



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

WILLIAM MATEUS SILVA PRADO

**ANALFABETISMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: O CASO DE
VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2016

WILLIAM MATEUS SILVA PRADO

**ANALFABETISMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: O CASO DE
VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2016

P921a

Prado, William Mateus Silva.

Analfabetismo e crescimento econômico: o caso de Vitória da Conquista – BA / William Mateus Silva Prado, 2016.

100p.

Orientador (a): Gildásio Santana Junior.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

Inclui referências. F. 96 – 100.

1. Crescimento econômico – Educação. 2. Analfabetismo – Vitória da Conquista – BA 3. Trabalho e renda. 4. Teoria do Capital Humano.

I. Santana Junior, Gildásio. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

CDD: 338.9

WILLIAM MATEUS SILVA PRADO

**ANALFABETISMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: O CASO DE
VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 26 de Setembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Gildásio Santana Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Orientador

Professor Dr. Roberto Paulo Machado Lopes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Doutor em Geografia, Planificació Territorial i Gestió ambiental pela Universidade de
Barcelona
Examinador

Professor M^a. Máira Ferraz de Oliveira Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus por me conceder a saúde, força e conhecimento para superar todos os desafios e dificuldades em minha vida. Por me iluminar e guiar nessa grande e vitoriosa jornada até aqui, sempre me mostrando o caminho a ser seguido, o caminho do bem. Seguirei esse caminho, de novos desafios e conquistas. Como economista formado, sempre em busca de novas possibilidades, feitos, realizações e contribuições nessa área.

Em seguida, gostaria de agradecer à minha família, principalmente aos meus pais, pela educação recebida, pelo orgulho sempre demonstrado e pelo apoio ao longo desses anos, é o meu pilar de sustentação.

Aos meus colegas, amigos e namorada Paloma Souza pelo companheirismo ao longo da jornada. Aqui vale duas ressalvas, primeiro aos meus grandes amigos, Rogério Gomes e Lucas Lima, parceiros de jornada, sempre com bons conselhos e conversas construtivas ao longo do curso. Segundo, Bianca Paz, uma grande amiga que foi de grande ajuda na escolha do tema e nos primeiros passos dessa monografia.

Em especial, ao meu orientador, Prof. Gildásio Santana Júnior que foi imprescindível na minha formação acadêmica e humana, e soube dividir os seus conhecimentos ao longo da elaboração e por ter se mostrado sempre disponível. E também à professora Fernanda Calasans pela boa vontade e contribuição em pesquisas de informações.

Estendo os agradecimentos aos demais docentes do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia por todo o conhecimento passado.

É a realização de um sonho, só eu sei tudo que passei para alcançar esse objetivo. Economia é o curso que escolhi e que gosto, o curso que abriu minha mente para o mundo e é a ciência que mais contribui, em todos os sentidos, para o bem da humanidade e a sustentabilidade do mundo.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha vida acadêmica e profissional. Os meus sinceros agradecimentos:

Muito obrigado!!

“Proponho, por isso mesmo, tratar a educação como um investimento e tratar suas conseqüências como uma forma de capital. Dado que a educação se torna parte da pessoa que a recebe, referir-me-ei a ela como capital humano (...) A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns aumentos importantes na renda nacional são uma conseqüência de adições a esta forma de capital”.

Theodore William Schultz

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a relação entre analfabetismo e crescimento econômico em Vitória da Conquista, entre 1999 e 2013, evidenciando o analfabetismo como um problema socioeconômico e fator de desenvolvimento. Esta pesquisa teve como fundamentação teórica a Teoria do Capital Humano (TCH), formalizada por Schultz (1961:73), Becker (1964) e Mincer (1958:1974). Os autores destacam a importância da educação para o desenvolvimento econômico e que a decisão individual de investir em um maior grau de instrução no presente, na busca de uma melhor qualificação profissional, resulta em maiores ganhos salariais futuros e mais oportunidades de emprego, além de melhores condições de trabalho. O trabalho também busca apresentar outras visões críticas e complementares à TCH: principalmente, Freire (1978:79), em uma corrente mais voltada ao social, abordando pobreza e dificuldade nas relações sociais; e Lima (1980), com a teoria da segmentação no mercado de trabalho. Tendo sido necessário relacionar a Teoria do Capital Humano ao analfabetismo. Realizou-se uma revisão da evolução histórica do analfabetismo, tendo como principais referências os relatórios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), abordando suas definições, conceitos, importância socioeconômica e consequências. Em seguida, com base em informações disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidas em estimativas dos censos demográfico de 1991 à 2010, foi feito um levantamento da população analfabeta adulta do município, com 15 anos ou mais de idade, sendo feitas análises da população analfabeta de Vitória da Conquista, relacionando com a Bahia, o Nordeste e o Brasil. Também analisou-se a situação educacional da cidade e como a população está distribuída. Buscou analisar a População em Idade Ativa (PIA) analfabeta do município e as condições de ocupação no trabalho e a renda desta população analfabeta, com base nas informações disponíveis dos últimos três censos demográficos (1991, 2000 e 2010). Por fim, apresentou-se a situação de trabalho e renda dos analfabetos: as condições de atividade, ocupação e emprego; a renda média; e com isso, realizou-se uma análise metodológica própria sobre os impactos e a participação na renda municipal.

Palavras-chave: Analfabetismo e crescimento econômico. Trabalho e renda. Teoria do Capital Humano.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between literacy and economic growth in Vitoria da Conquista, between 1999 and 2013, showing illiteracy as a socioeconomic problem and development factor. This research was theoretical foundation Theory of Human Capital (TCH), formalized by Schultz (1961: 73), Becker (1964) and Mincer (1958: 1974). The authors emphasize the importance of education to economic development and that the individual decision to invest in a higher degree of education in the present, in search of a better professional qualification, results in higher future wage earnings and more employment opportunities, and better work conditions. The work also aims to present other critical and complementary views to TCH: mainly Freire (1978: 79), in a more focused current social, addressing poverty and difficulty in social relationships; and Lima (1980), with the theory of segmentation in the labor market. Having been necessary to relate the Theory of Human Capital illiteracy. We conducted a review of the historical evolution of illiteracy, the main references of the reports of the United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), addressing their definitions, concepts, socio-economic importance and consequences. Then, based on information provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), obtained from estimates of demographic censuses of 1991 to 2010 it was made a survey of the adult illiterate population of the municipality, with 15 or more years of age, made analysis of the illiterate population of Vitória da Conquista, relating to Bahia, the Northeast and Brazil. Also analyzed the educational situation of the city and how the population is distributed. Sought to analyze the Active Age Population (PIA) illiterate of the municipality and the occupation conditions at work and the income of this illiterate population, based on the available information from the last three censuses (1991, 2000 and 2010). Finally, he presented the work situation and income of the illiterate: the conditions of activity, occupation and employment; the average income; and with that, there was a proper methodological analysis of the impacts and participation in municipal income.

Keywords: Illiteracy and economic growth. Work and income. Theory of Human Capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Consequência do Analfabetismo	38
Figura 2: O conceito de Capital Humano: inato e adquirido	49
Figura 3: Mapa territorial de Vitória da Conquista	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do PIB, série revisada a preços correntes de Vitória da Conquista - 1991 à 2013	59
Gráfico 2: Evolução da População Alfabetizada e Analfabeta. População em Idade Ativa, Vitória da Conquista – BA: 1991 à 2010	60
Gráfico 3: Evolução da Taxa de Analfabetismo. População em Idade Ativa, Vitória da Conquista – BA: 1991 à 2010	62
Gráfico 4: Fluxo Escolar por Faixa Etária - Vitória da Conquista - BA – 2010	66
Gráfico 5: Escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade em Vitória da Conquista: 1991 à 2010	68
Gráfico 6: Taxa de evasão escolar, Vitória da Conquista 2002 - 2010 (Em %)	69
Gráfico 7: Evolução da Taxa de Analfabetismo. População em Idade Ativa, Zona Urbana e Rural de Vitória da Conquista – BA: 1991 à 2010	70
Gráfico 8: Evolução da Taxa de Analfabetismo por Sexo. População em Idade Ativa, Vitória da Conquista – BA: 1991 à 2010	72
Gráfico 9: Com posição da PIA analfabeta e população de 18 anos ou mais de idade, Vitória da Conquista - 2010	77
Gráfico 10: Renda Média Per Capita por nível educacional, Vitória da Conquista – 2010	82
Gráfico 11: Renda Média Per Capita da PEA de Vitória da Conquista: Total X Analfabeta - 2010	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Condição do analfabetismo de Vitória da Conquista em relação à Bahia e o Brasil, 2000-2010	64
Tabela 2: Analfabetos por condição de Atividade, Vitória da Conquista - 2010	74
Tabela 3: Analfabetos por condição de Ocupação, Vitória da Conquista - 2010	75
Tabela 4: Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal da PEA analfabeta de Vitória da Conquista - 2010.....	78
Tabela 5: Renda domiciliar per capita da população analfabeta de Vitória da Conquista, em 2010	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Retornos econômicos da educação 33

Quadro 2: Efeitos econômicos da educação 34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CONFINTEA	Conferência Internacional sobre Educação de Adultos
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fundeb	Fundo de Financiamento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
HTML	Hyper Text Markup Language
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PEA	População Economicamente Ativa
PEMA	Programa Experimental Internacional da Alfabetização
PNEA	População Não Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNE	Plano Nacional de Educação

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Proxy	Medida de Aproximação
ONU	Organização das Nações Unidas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SMED	Secretaria Municipal de Educação
TCH	Teoria do Capital Humano
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. ANALFABETISMO: CONCEITUAÇÕES E IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA	21
1.1. Analfabetismo funcional	24
1.2. Alfabetização de jovens e adultos	26
1.3. Analfabetismo: impacto econômico e social	30
1.3.1. Analfabetismo: desigualdade e interação social	35
1.4. Consequências do analfabetismo	37
2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E FORMULAÇÕES CRÍTICAS	40
2.1. Raízes da Teoria do Capital Humano	41
2.1.1. Theodore W. Schultz (1902-1998)	42
2.1.2. Gary Becker (1930-2014)	44
2.1.3. Jacob Mincer (1922-2006)	45
2.2. Analfabetismo e Teoria do Capital Humano	47
2.3. Críticas à Teoria do Capital Humano	50
2.3.1. A teoria da segmentação no mercado de trabalho	52
2.3.2. Contribuições de Freire	54
3. ECONOMIA, EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA	57
3.1. Taxa de analfabetismo em relação à Bahia, o Nordeste e o Brasil	61
3.1.1. Posição do analfabetismo de Vitória da Conquista na Bahia e no Brasil	64
3.1.2. Fluxo escolar em relação à Bahia e o Brasil	66
3.1.2.1. Nível de escolaridade	68
3.1.2.2. Evasão escolar	69
3.2. O analfabetismo nas zonas rural e urbana	70
3.3. Analfabetismo por sexo	72
4. POPULAÇÃO ANALFABETA DE VITÓRIA DA CONQUISTA FRENTE À CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDA DO MUNICÍPIO	74
4.1. Analfabetos por condição de atividade	74
4.2. Analfabetos por condição de ocupação	75

4.2.1. Taxa de ocupação no trabalho do município	76
4.2.2. Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	78
4.3. Análise sobre a renda da população analfabeta	80
4.3.1. Renda por nível educacional	81
4.3.2. Diferença de renda entre a PEA analfabeta e municipal	83
4.4. Análise metodológica: impacto do analfabetismo sobre a renda e a economia municipal	84
4.4.1. Resultados encontrados para o impacto do analfabetismo sobre a renda	85
4.4.2. Elevação da renda média da PEA analfabeta e municipal	86
4.4.2.1. Resultados para elevação da renda	87
4.4.3. Análise da renda futura	88
4.4.3.1. Resultados para renda futura	88
4.4.4. Participação da PEA analfabeta na renda média municipal	89
4.4.4.1. Resultados para participação do analfabetismo na renda municipal	89
4.5. Síntese do capítulo	90

CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
---	-----------

INTRODUÇÃO

O analfabetismo vem sendo presença constante nas agendas dos encontros internacionais das Nações Unidas, desde a metade do século XX. O tema é encarado como um problema socioeconômico, relacionado ao subdesenvolvimento, pobreza e miséria, desigualdade social. É apontado por muitos como um dos problemas mais sérios a se superar. A falta de alfabetização de jovens e adultos torna-se um grande problema nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico¹. Ao longo do trabalho o analfabetismo é relacionado aos dois termos, particularmente, quando se relaciona com desenvolvimento, o analfabetismo é abordado estritamente como um fator de desenvolvimento.

A importância da educação para o crescimento e desenvolvimento econômico vem sendo abordada por grandes economistas a exemplo de Adam Smith, Karl Marx e Alfred Marshall. No entanto, a Teoria do Capital Humano realizou uma abordagem bem peculiar sobre o tema. A teoria foi formalizada pela Escola de Chicago, entre as décadas de 50 e 60 do século passado, por uma equipe de economistas neoclássicos coordenada por Theodore William Schultz (1961:73), com o apoio de Gary Becker (1964) e Jacob Mincer (1958:74).

A Teoria do Capital Humano defende que o investimento em educação no presente, em busca de maior qualificação do indivíduo, traria maior retornos financeiros no futuro. Essa decisão de investimento não parte apenas do indivíduo, mas também do Estado, o objetivo de ambos são os mesmos. Segundo Schultz (1973), o crescimento inexplicado, quando todos os outros fatores permanecem constantes, teria sua origem na elevação do capital humano.

Lima (1980), aborda a teoria da segmentação no mercado de trabalho, ao escrever “Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação”, para mostrar que existem outros fatores e variáveis, e não somente a educação como defende a TCH, que podem influenciar nas questões de diferenças e determinação dos rendimentos. Essa teoria se justifica pelas desigualdades salariais em pessoas com o mesmo nível de escolaridade, e inclusive, apresenta a existência de dois mercados, um mais avançado tecnologicamente e outro menos avançado, que também explicam as diferenças salariais.

Já Paulo Freire (1978:79), analisa o analfabetismo como expressão da pobreza e dos problemas sociais de uma nação. Por isso, teria que ser combatido na sua origem, os problemas socioeconômicos e estruturais. Assim, a melhor forma de superar o analfabetismo seria o

¹ Crescimento Econômico é o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), uma elevação da produção da região estudada. Desenvolvimento Econômico se mede através de indicadores de educação, saúde, renda, pobreza, etc.

desenvolvimento. Suas ideias serviram de referência para o Brasil e toda a América Latina.

O analfabeto possui baixa qualificação, contribuindo ineficientemente para a economia e, muitas vezes, não consegue também exercer a sua plena cidadania. Diversos fatores que agem como cascata, um influenciando o outro. Entre os principais: pobreza e miséria; falta de acesso à informação, que dificulta a compreensão dos seus direitos e deveres; dificuldade no mercado de trabalho, como poucas oportunidades, níveis e condições de emprego, gerando subordinação e exploração; baixa renda e nível salarial; perda de qualidade e produtividade para a indústria; dificuldade de comunicação; desigualdade social; exclusão e pouca interação social.

O Brasil apresenta altos índices de analfabetismo na sua população adulta, sendo em 2012, o oitavo país do mundo com maior número de analfabetos de 15 ou mais anos de idade, aproximadamente 14 milhões de pessoas. Equivalente à 38,5% de toda a população analfabeta adulta da América Latina (UNESCO, 2013/14).

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o crescimento econômico e analfabetismo na cidade de Vitória da Conquista, no período de 1999 à 2013. Especificamente, busca-se investigar: os conceitos e definições do analfabetismo, relacionando com crescimento econômico, e analisá-lo como um problema socioeconômico que, sendo superado pode resultar em processos de desenvolvimento, evidenciando questões relativas às diferenças de produtividade, de oportunidades e condições de trabalho, e níveis salariais, como também reduzir desigualdades e outras consequências sociais; a parcela de analfabetos da População em Idade Ativa (PIA) do município de Vitória da Conquista e suas condições de ocupação no trabalho e a renda média, com informações dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O trabalho justifica-se pelo fato de não haver qualquer estudo ou dados específicos da cidade que enfatizem o quão relevante o tema é para a economia do município, especificamente para a população analfabeta, de forma individual ou coletiva. Também busca compreender a importância da educação para o desenvolvimento econômico e os impactos socioeconômicos do analfabetismo, estabelecendo uma relação com desenvolvimento e crescimento. Assim, a proposta do estudo se justifica pela possibilidade de oferecer contribuições a respeito do analfabetismo na população de jovens e adultos do município de Vitória da Conquista.

Neste sentido, a problemática que guia esta investigação é a seguinte: como explicar a relação entre crescimento econômico e analfabetismo em Vitória da Conquista, no período entre 1999 e 2013, considerando que a taxa de analfabetismo permaneceu praticamente constante e o PIB municipal cresceu 596% no período?

A problemática nos permite pensar em três hipóteses: 1) a relação entre analfabetismo e

crescimento fica confirmada, o que sugere que caso o analfabetismo fosse menor, as taxas de crescimento alcançadas seriam maiores ainda, conforme sentença a Teoria do Capital Humano; 2) A economia de Vitória da Conquista tem um mercado segmentado que se utiliza da grande quantidade de analfabetos para viabilizar seu crescimento, de acordo com as considerações da teoria do mercado segmentado; e 3) Grande número de analfabetos de Vitória da Conquista está localizada na região rural nos extratos da população inativa da cidade, o que não compromete tanto o crescimento municipal.

Para alcançar os objetivos e responder à problemática proposta o procedimento metodológico utilizado foi o método histórico-dedutivo. A metodologia do trabalho considera o fato de que a economia é uma ciência substantiva, que tem um objeto aberto e complexo – os sistemas econômicos - e através da investigação empírica da realidade, formulam-se premissas do comportamento do objeto estudado. Suas proposições e modelos têm como critério de verdade a coerência com a realidade ou, em termos pragmáticos, a capacidade de previsão – sua capacidade de orientar a ação.

Os instrumentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica e a análise documental. A análise documental foi efetuada a partir de relatórios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e do Plano Nacional de Educação (PNE, 2010-2014), sobre o analfabetismo. Também foram utilizadas informações disponibilizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o retorno médio do processo de alfabetização, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a desigualdade resultante de diferenças em níveis educacionais e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos censos demográficos de 1991 à 2010, sobre indicadores de educação e analfabetismo.

A revisão bibliográfica elaborada buscou apresentar a Teoria do Capital Humano (TCH) que fornece contribuições interessantes para o estudo sobre a relação entre educação e desenvolvimento, principalmente nas questões referentes ao emprego e a renda: “O Capital Humano – Investimento em Educação e Pesquisa” (1973) e “*Investment in human capital*” publicado na “*American Economic Review*” (1961), ambos de Theodore William Schultz; “Capital Humano: uma análise teórica e empírica, com referência especial à educação” (1964) de Gary Becker; e “*Investment in human capital and personal income distribution*” (artigo publicado em 1958 no *The Journal of Political Economy*) e “*Schooling, experience and earnings*” (1974), ambos de Jacob Mincer. Além disso, obras complementares: “A Riqueza das nações” de Adam Smith; “Princípios de economia: tratado introdutório” de Alfred Marshall;

“Teoria do Capital Humano” de Ribas”; “O capital humano e a economia do conhecimento” de Bayer; e “A Teoria do Capital Humano: Revistando Conceitos” de Kelnar, Lopes e Pontili.

Em contraponto, no que se refere a literatura nacional, Freire (1978:79), em atenção para o analfabetismo, sob a perspectiva marxista, estabelece uma relação estreita entre o analfabetismo e os problemas sociais. Outros autores também apresentam estudos sobre críticas, falhas e complementos à TCH: Balassiano, Seabra e Lemos (2005); Castilho e Silva (2012). Lima (1980); e Fiuza-moura, Souza e Maia (2014), apresentam a teoria da segmentação no mercado de trabalho, não apenas de forma crítica, mas complementar aos estudos da TCH. Ademais, utilizar-se-á as contribuições de Smith (1996); Marshall (1982), sobre as origens da TCH; Azevedo, Ulyseia, Mendonça e Franco (2007), sobre os impactos da alfabetização.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em 5 partes. O capítulo 1, trata-se sobre a evolução dos conceitos e definições do analfabetismo, em seguida, uma breve contextualização da alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Segue-se, enfatizando os impactos socioeconômicos do analfabetismo e suas consequências, e a educação como um fator de desenvolvimento.

No capítulo 2, é apresentada a relação entre educação e desenvolvimento econômico com base na Teoria do Capital Humano, fazendo uma análise sobre os primeiros relatos da teoria até a sua formalização pela Escola de Chicago. Em seguida, faz-se uma análise crítica sobre as principais premissas da TCH, e é apresentada a teoria da segmentação no mercado de trabalho como complementar as ideias da TCH, além de apresentar a visão de Freire (1978:79). Ao final do capítulo é estabelecida a relação entre a TCH e o analfabetismo.

No capítulo 3, descreve-se o município de Vitória da Conquista, segundo seus aspectos demográficos, e dados sobre o crescimento econômico e o analfabetismo, considerando a PIA municipal. Compara-se as taxas de analfabetismo municipal, estadual, regional e nacional, e analisa-se o fluxo escolar, o nível educacional e a evasão escolar da cidade. Depois, verifica-se a taxa de analfabetismo entre homens e mulheres, e entre as zonas rural e urbana.

O capítulo 4 é dividido em quatro partes: a primeira, mostra a relação entre analfabetismo e trabalho (condição de atividade, ocupação e no emprego); e a segunda, mostra a relação entre analfabetismo e renda, comparando a renda média por nível educacional, e posteriormente, entre a PEA analfabeta com a PEA municipal. No terceiro, é feita uma análise metodológica própria sobre o impacto do analfabetismo da PEA na renda e na economia municipal, além de buscar estimar a participação da PEA analfabeta na renda. E ao final, uma síntese do capítulo.

E por fim, a parte final do trabalho é reservada às considerações finais.

1. ANALFABETISMO: CONCEITUAÇÕES E IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA

No ano de 1948, foi reconhecido que um dos aspectos fundamentais dos direitos humanos e de realização pessoal dos indivíduos se constituía em adquirir uma vasta gama de competências, entre estas incluem a capacidade de ler, escrever e calcular (UNESCO, 2006). Dez anos mais tarde, na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura² (UNESCO) realizada em Paris, foi acordado que são analfabetas todas as pessoas que não possuem as habilidades que lhe permitam ler e escrever um texto simples de sua vida diária (CEPAL, 2009, p. 17).

Esta convenção tornou-se referência operacional para censos nacionais. Então, a medida oficial de analfabetismo, para todos os países, resulta da resposta para a pergunta se as pessoas sabem ou não ler e escrever (INFANTE, 2000). Os entrevistados que não sabem ler e escrever são chamados analfabetos absolutos.

Porém, esse conceito, de dicotomia entre analfabetos e alfabetizados, simplifica e reduz essa condição a um conjunto mínimo de habilidades de leitura e escrita, sem evidenciar a sua gradual importância e utilização em diferentes contextos sociais. Proporcionando assim, uma imagem artificial do desafio da alfabetização (FRANSMAN, 2008 apud CEPAL, 2009, p. 17).

Em setembro de 1975, foi realizado em Persépolis, no Irã, o Simpósio Internacional de Alfabetização, a fim de avaliar os resultados das políticas de alfabetização desenvolvidos durante os anos 60 pelas UNESCO. Verificou-se que o número de analfabetos aumentou e que o impacto de programas alfabetização estava longe do esperado. A Declaração de Persépolis afirma que esse fato "reflete o fracasso das políticas de desenvolvimento indiferentes ao homem e satisfação necessidades essenciais"(UNESCO, 1975, p. 149 apud CEPAL, 2009, p. 18).

Novos discursos sobre alfabetização, desde o final dos anos 60, questionam a sua relação quase exclusiva com desempenho produtivo das pessoas (CEPAL, 2009). Com a influência do brasileiro Paulo Freire, o Simpósio Internacional de Persépolis apresentou uma nova perspectiva dentro da abordagem funcional da alfabetização. Consequentemente, o conceito de funcionalidade foi extensivo à dimensão política, econômica, social e cultural e deste modo a alfabetização passou a ter como objetivo, a consciencialização crítica do indivíduo, sobre a sua

² Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. (UNESCO, 2016).

realidade social, e sua capacidade de entender, dominar e transformar o seu destino. No Simpósio Internacional sobre a Alfabetização de Persépolis foi aprovada a seguinte Declaração:

A alfabetização não é só o processo que leva ao aprendizado das habilidades da leitura, escrita e aritmética, mas sim uma contribuição para a liberação do homem e seu pleno desenvolvimento. Assim concebida, a alfabetização cria condições para a aquisição de uma consciência crítica das contradições da sociedade onde o homem vive e de seus anseios. Estimula ainda a iniciativa e participação na elaboração de projetos capazes de agir sobre o mundo, transformá-lo e definir metas e objetivos de um desenvolvimento autêntico (XAVIER, 1992, p. 2).

Essa declaração foi importante por produzir mudanças no modo de interpretar o problema do analfabetismo, sem reduzi-lo apenas à falta de habilidade técnica. Mas, também como um meio de garantir a produtividade econômica.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, emitida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ratificada em Dakar no Senegal, 2002, enriqueceu o conceito. Neste momento, a alfabetização é definida como uma necessidade básica de aprender o que é adquirido ao longo da vida, permitindo que as pessoas desenvolvam seu conhecimento e habilidades para participar plenamente na sociedade. O conceito refere-se às noções de cidadania, identidade cultural, desenvolvimento econômico, direitos humanos e igualdade, com a necessidade de criar "ambientes alfabetizados" pelo seu apoio ao desenvolvimento (UNESCO, 2006). Destacou também a satisfação das necessidades básicas:

(...) compreendem tanto ferramentas essenciais para a aprendizagem da leitura, escrita, fala, cálculo, como conhecimento necessário para os seres humanos sobreviverem, para desenvolver as suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões informadas e de continuar a aprender (UNICEF/UNESCO, 1990, art. 1, item 1).

Esta "nova visão" compreende a alfabetização como o desenvolvimento da expressão e comunicação oral e escrita, com uma visão da linguagem como um todo (falar, ouvir, ler e escrever), que é um processo de aprendizagem aperfeiçoado ao longo da vida, e que está associado com os instrumentos convencionais, bem como com instrumentos modernos como papel e caneta, teclado e tecnologias digitais (BUJANDA & ZÚÑIGA, 2008; TORRES, 2000 apud CEPAL, 2009, p. 18).

Atualmente, várias reuniões e publicações da UNESCO convergem no conceito de alfabetização, por conta desta vasta, pluralista e contínua visão:

A alfabetização é a capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e computação, utilizando materiais impressos e escritos associados a vários contextos. A alfabetização envolve um contínuo processo de aprendizagem que permite aos indivíduos atingir seus objetivos, desenvolver o seu potencial do seu conhecimento e participar ativamente em atividades comunitárias e social (UNESCO, 2013, p. 9).

Assim, nos ambientes sociais as práticas e interações interpessoais são fundamentais para a compreensão e desenvolvimento da alfabetização, como competência e condição para o desenvolvimento da sociedade (Bujanda & Zuniga, 2008 apud CEPAL, 2009, p. 18).

Esta visão mais ampla do conceito e do problema coloca enormes desafios metodológicos para a medição. Desde os anos 60, especialistas abandonaram a dicotomia entre alfabetizados e analfabetos em favor de uma concepção de alfabetização contínua, partindo da gestão de competências básicas para uma linguagem mais complexa e habilidades de comunicação que se desdobram em diferentes contextos sociais (CEPAL, 2009, p. 18). Por esse fato, a confiabilidade e a precisão das informações e estatísticas ainda podem omitir a real situação do analfabetismo, principalmente em países menos desenvolvidos.

Para a UNESCO (1980), a pessoa na condição de analfabetismo é aquela incapaz de exercer qualquer atividade para as quais seja necessário saber ler, requisito fundamental para o bom funcionamento de um grupo e de uma comunidade. E também necessário que a pessoa continue a utilizar-se da leitura, da escrita e da aritmética em prol de seu próprio desenvolvimento e o da comunidade (UNESCO, 1980 apud GARCIA, 1990).

Neste sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conceitua como analfabeta a “pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece, além daquelas que relatam que aprenderam a ler, mas esqueceram” (IBGE, 2010).

O conceito é complexo em significados e em dimensões abrangendo não só as capacidades dos indivíduos, mas também contextos sociais que os condicionam e afetam o desenvolvimento ou perda. No entanto, a definição operacional incide sobre as medidas de habilidades ou atributos de pessoas como a capacidade para identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e calcular, utilizando materiais impressos e escritos associados com diferentes contextos" ou ter um certo número de anos de escolaridade, em detrimento da avaliação de ambientes e contextos em que os indivíduos demonstram suas habilidades (BUJANDA & ZUÑIGA, 2008 apud CEPAL, 2009, p. 20).

Se os chamados "ambientes alfabetizados" não são operacionalizados e incluídos nas medições, estes não são visíveis para os tomadores de decisão e implementação de estratégias

de alfabetização. A condição de indivíduos analfabetos pode ser analisada em diferentes níveis e indicadores complementares, como o analfabetismo funcional e alfabetização de jovens e adultos, questões que abordaremos na sequência.

1.1. Analfabetismo funcional

Segundo a UNESCO (1978), é considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e de usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. O analfabeto absoluto é qualquer pessoa que responda que não sabe ler ou escrever nos censos e pesquisas sociais gerais ou especializados (CEPAL, 2009). A definição de analfabetismo funcional, segundo a UNESCO, foi proposta em 1978:

uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade (INFANTE, 1994, p. 7).

Desde os anos 60, começou-se a difundir o conceito de analfabetismo funcional. Atualmente, não se analisa apenas a alfabetização absoluta, mas também se incorpora o conceito de analfabetismo funcional, que ensina o uso de leitura, escrita e aritmética em vários domínios da vida social relevantes para a identidade e integração social dos cidadãos. Não basta ao indivíduo apenas aprender a ler e escrever, também é necessária a aquisição de competências para o desempenho social e produtivo na sociedade (UNESCO, 2006).

No Congresso Mundial de Ministros da Educação, realizado em Teerã, no Irã, em 1965, estabeleceu-se pela primeira vez uma estreita relação entre a alfabetização e desenvolvimento econômico nos países. Essa relação foi definida como "alfabetização funcional", entendida como um aprendizado que permite às pessoas a exercerem várias funções na sociedade (cidadãos, pais e mães, trabalhadores, membros da comunidade), com vista a melhorar a produtividade (LENÇO & ZUÑIGA, 2008 apud CEPAL, 2009, p. 17). Neste Congresso, o conceito de alfabetização foi discutido:

A alfabetização funcional significava mais que o conhecimento rudimentar de leitura e escrita, o que com frequência é inadequado e às vezes ilusório. O ensino da alfabetização deve capacitar os analfabetos, deixados para trás pelo correr dos acontecimentos, para que pudessem tornar-se integrados social e economicamente numa nova ordem mundial, na qual o progresso científico e tecnológico exige conhecimentos e especializações crescentes (XAVIER, 1992, p.2).

No entanto, Infante (2000) estudou o analfabetismo funcional em sete países da América Latina (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México, Paraguai e Venezuela) e concluiu que, para alcançar estas competências, são necessários mais anos de estudos. Para alcançar níveis básicos seriam necessários pelo menos sete anos de escolaridade e ter um bom nível de competência em todos domínios. Na maioria dos países exige-se onde, doze ou mais anos de escolaridade.

Não existe um parâmetro geral para identificar e conceituar o analfabetismo funcional. Essa falta de consenso existe pela diversidade entre os países, não sendo possível utilizar um padrão geral para todos. No Brasil, segundo o IBGE, utiliza-se os anos de estudo como medida de aproximação (proxy), nesse caso, pessoas com quatro ou menos anos de estudos. Portanto, seguindo recomendações da UNESCO, no Brasil o analfabeto funcional é a pessoa que possui menos de quatro anos de estudos completos.

O Indicador de Analfabetismo Funcional³ (INAF), entre 2012 e 2015, estabeleceu cortes de grupos de analfabetismo por intervalos em escalas de proficiência. Foram estabelecidos cinco grupos de analfabetismo, partindo do grau mais inferior até o mais elevado, de acordo com a pontuação de cada grupo de entrevistados no estudo, são eles: analfabeto (4%), rudimentar (23%), elementar (42%), intermediário (23%) e proficiente (8%). Pessoas dos dois primeiros grupos (analfabeto e rudimentar) podem ser classificadas como analfabetos funcionais, correspondendo a 27% do total, enquanto os outros três (elementar, intermediário e proficiente) como alfabetizados funcionalmente, que correspondem a 73% (INAF, 2016).

Os classificados como Analfabetos não conseguem realizar tarefas simples que envolvam leitura de palavras e frases. O grupo Rudimentar concentra aquela população que realiza tarefas de simples localização de informações explícitas, expressas de forma literal, e operações matemáticas básicas, mas que dificilmente conseguem localizar mais de uma informação em textos de extensão média.

³ O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa e realizado com o apoio do IBOPE Inteligência com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano.

Fonte: <http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/Paginas/default.aspx>

No grupo Elementar, se concentra a maior porcentagem, realizam a leitura de uma ou mais unidades de informação em textos diversos de extensão média realizando pequenas inferências e resolvem problemas envolvendo operações básicas com exigência de algum grau de planejamento e controle.

Na condição de Intermediário, estão os indivíduos que revelam habilidades de leitura, escrita e resolução de problemas condizentes com a localização de múltiplas informações, a resolução de problemas matemáticos complexos e com capacidade de sintetizar ideias centrais de textos e captar efeitos de sentido. E no último grupo de analfabetismo, o de Proficientes, estão as pessoas que apresentam domínio de habilidades que praticamente não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais e resolvem problemas envolvendo múltiplas etapas, operações e informações.

Desse modo, espera-se que indivíduos localizados nos grupos superiores da escala revelem as habilidades descritas no grupo correspondente e acumulem também o domínio das habilidades dos grupos anteriores.

O estudo também revela que é possível encontrar pessoas analfabetas, dos níveis rudimentar e posteriores, na educação superior. Diante disso, presume-se que grupos de analfabetos funcionais estão presentes na educação superior, ou melhor, são encontrados grupos de analfabetismo nos níveis mais elevados da educação brasileira. Pessoas do grupo de analfabetos têm dificuldade em inserir-se no mercado formal de trabalho e apresentam tendência em ocupar cargos que não exigem muita qualificação ou instrução. Pessoas que estão em grupos mais elevados estão mais presentes em áreas administrativas e financeiras, tendo maior participação na ocupação de cargos de supervisão, coordenação e gerência.

Diante dos esclarecimentos sobre a evolução das definições de analfabetismo, torna-se necessário estudar o analfabetismo na população de jovens e adultos no mundo e no Brasil, que apresenta uma relação mais imediatista com o trabalho, a renda e, conseqüentemente, a economia. O processo de alfabetização da população de jovens e adultos é um tema que vem ganhando muita atenção e importância ao longo dos anos.

1.2. Alfabetização de jovens e adultos

As Conferências Internacionais de Educação de Adultos são convocadas pela UNESCO periodicamente: a primeira ocorreu em Elsinore, na Dinamarca, em 1949; a segunda, citada

anteriormente, em Montreal, no Canadá, em 1960; a terceira teve lugar em Tóquio, no Japão, em 1972; a quarta foi em Paris, em 1985; a quinta foi em Hamburgo, na Alemanha, em 1997; e a sexta foi em Bangcoc, na Tailândia, em 2003 (UNESCO 2008). Na V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em 1997 em Hamburgo, na Alemanha, 1.500 representantes de 170 países assumiram os seguintes compromissos:

(...) fazer valer o direito dos cidadãos de todo o planeta à aprendizagem ao longo da vida, concebida para além da escolarização ou da educação formal, incluindo as situações de aprendizagem informais presentes nas sociedades contemporâneas. A Declaração de Hamburgo atribui à educação de jovens e adultos o objetivo de desenvolver a autonomia e o sentido de responsabilidade das pessoas e comunidades para enfrentar as rápidas transformações socioeconômicas e culturais por quais passa o mundo atual, mediante a difusão de uma cultura de paz e democracia promotora da coexistência tolerante e da participação criativa e consciente dos cidadãos. Entre os temas abordados com prioridade pela Agenda para o Futuro, aprovada na Conferência, consta a garantia do direito universal à alfabetização e à educação básica, concebidas como ferramentas para a democratização do acesso à cultura, aos meios de comunicação e às novas tecnologias da informação (UNESCO, 2008, p. 22-23).

O Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar, no Senegal, em 2000, estabelecia novas metas relativas à satisfação das necessidades dos jovens e adultos. A UNESCO realizou em Bangcoc, na Tailândia, no ano de 2003, uma reunião intermediária com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da educação de adultos após a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA V). O balanço realizado nessa ocasião, sintetizado no Chamado à Ação e à Responsabilização, não foi otimista:

A contribuição da educação de adultos à solução dos conflitos globais, ao combate à pobreza, à igualdade entre homens e mulheres, à formação para o trabalho e à preservação do meio ambiente e da saúde não tem sido devidamente aproveitada. Em quase todos os países houve redução do financiamento público para a aprendizagem dos adultos, em grande medida devido à prioridade concedida por agências internacionais e governos à educação primária das crianças e adolescentes (UNESCO, 2008, p. 23).

O problema do analfabetismo na população de jovens e adultos ganhou muito destaque ao longo dos anos, principalmente na segunda metade do século passado. Esse problema se apresenta de forma mais evidente em países subdesenvolvidos, e no Brasil não foi diferente, principalmente por ser um país com uma população grande. É importante mostrar como o analfabetismo de jovens e adultos se desenvolveu no país desde o século passado.

No início do período republicano, a alfabetização ocupou lugar de destaque nos discursos de políticos e intelectuais. O analfabetismo era qualificado como “*vergonha nacional*” e creditavam à alfabetização o poder da elevação moral e intelectual do país. Pouco, porém, foi realizado nesse período. Até 1950 mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política, pois o voto lhe era vedado (UNESCO, 2008, p. 24-25, grifo do autor).

Nos anos de 40 e 50, foram implementadas as primeiras políticas de públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos, sendo a primeira em 1947, quando se estruturou o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e teve início a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Na década de 50 outras duas políticas foram implantadas, mas não tiveram muito sucesso: a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), em 1958 (UNESCO, 2008, p. 25).

No início dos anos 60, a alfabetização de adultos compôs as estratégias de ampliação das bases eleitorais e de sustentação política das reformas que o governo pretendia realizar. Porém, o golpe militar de 1964 interrompeu os preparativos para o início das ações do Plano Nacional de Alfabetização (UNESCO, 2008, p. 26). Mas, nesse período de ditadura o processo de alfabetização de jovens e adultos não parou, pelo contrário:

Durante a ditadura militar, a educação de jovens e adultos, promovida pelo governo, colaborou na manutenção da coesão social e na legitimação do regime autoritário, nutrindo o mito de uma sociedade democrática em um regime de exceção. A escolarização de jovens e adultos ganhou a feição de ensino supletivo, instituído pela reforma do ensino de 1971, mesmo ano em que teve início a campanha denominada Movimento Brasileiro de Alfabetização, que ficou conhecida pela sigla Mobral. O Mobral espalhou-se por todo o país, mas não cumpriu sua promessa de erradicar o analfabetismo durante aquela década e, em 1985 acabou sendo extinto e substituído pela Fundação Educar (UNESCO, 2008, p. 26-28).

A implantação do ensino supletivo ocorreu de forma ineficiente, ainda no período da ditadura, com recursos escassos e sem uma adequada formação de professores. “Abriu um canal de democratização de oportunidades educacionais para os jovens e adultos excluídos do ensino regular, mas ficou estigmatizado como educação de baixa qualidade e caminho facilitado de acesso a credenciais escolares” (UNESCO, 2008, p. 28-29). Esse processo foi fundamental na transição para a democracia, e também na ampliação de direitos sociais e políticos.

Em consequência disso, a sociedade passou a ter voz mais ativa e teve suas aclamações atendidas na Constituição de 1988 que “restituiu o direito de voto aos analfabetos, em caráter

facultativo; concedeu aos jovens e adultos o direito ao ensino fundamental público e gratuito; e comprometeu os governos com a superação do analfabetismo e a provisão do ensino elementar para todos” (UNESCO, 2008, p. 29).

No início dos anos 90, o Brasil também aumentou sua participação nos compromissos internacionais sobre a educação, organizados pela UNESCO. Entre eles destaca-se a participação brasileira na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien na Tailândia, no ano de 1990 (UNESCO, 2008). Porém, a Constituição de 1988 e a participação nos compromissos das Nações Unidas não apresentaram resultados significativos para as políticas educacionais de alfabetização de jovens e adultos, a situação político-econômica do país na época obrigou o governo a priorizar outros assuntos: “Frente à reforma do Estado e às restrições ao gasto público impostas pelo ajuste da economia nacional às orientações neoliberais, as políticas públicas da década de 1990 priorizaram a universalização do acesso das crianças e adolescentes ao ensino fundamental” (UNESCO, 2008, p. 30).

No início século XXI, a alfabetização de jovens e adultos adquiriu nova posição na agenda das políticas nacionais, com o lançamento, em 2003, do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e a progressiva inclusão da modalidade no Fundo de Financiamento da Educação Básica (Fundeb), a partir de 2007 (UNESCO, 2008). No início dos anos 2000 também pode-se citar outros projetos: Programa Alfabetização Solidária (PAS); Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); e Recomeço, o Fazendo Escola. Todos esses programas, operando sob a lógica delineada pela UNESCO, elegem “a educação como um instrumento das políticas sociais de cunho compensatório, que visam à contenção da pobreza e não à alteração no quadro de produção e distribuição de riquezas” (BARRETO e RISCAL, 2008 p. 299).

Para a segunda década do século XXI, é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴, para o período de 2014-2024, com o objetivo de estabelecer metas e políticas públicas para a educação brasileira. O PNE é constituído por 20 metas, sendo a meta 9 desse plano é de grande importância para este estudo, porque estabelece metas de analfabetismo da população de jovens e adultos, com 15 anos ou mais de idade.

Esta meta tem-se como objetivo elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto. Assim, podemos presumir que a taxa de analfabetismo da PIA, para o ano de 2015, tem como meta 6,5% (PNE, 2015). Para efeito de comparação, segundo a UNESCO (2013-14), a meta da ONU para o mesmo ano foi de 6,7%. Então, o PNE 2014-2024 buscou estabelecer

⁴ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

uma meta inferior (melhor) do que a meta da ONU, tendo uma diferença de 0,2%, com o objetivo de usar essa margem a seu favor no caso de não conseguir atingir a meta nacional, mas ainda tendo chance de superar a meta da ONU.

Segundo o PNE (2015), em 2013, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul já tinham atingido a meta de alfabetização prevista para 2015, com 93,5%, 95,2% e 95,4%, respectivamente. Porém, as outras duas regiões do país ainda estavam bem abaixo dessa meta, o Norte com 90,5% e o Nordeste com 83,1%. Nota-se que quanto mais desenvolvida a região, maior é a taxa de alfabetização, conseqüentemente, quanto menos desenvolvida a região, menor será a taxa de alfabetização e maior será a taxa de analfabetismo. E a maior prova disso, é que a região Nordeste, a mais pobre do país que apresenta os piores índices, e também é a região que puxa o índice nacional para baixo.

Segundo o IBGE, em 2014, a taxa de analfabetismo da PIA foi de 8,3% (91,7% da PIA alfabetizada), assim, para atingir a meta de 2015 o Brasil teria que melhorar 1,8% nesta taxa em apenas 1 ano. Considerando que a variação nos últimos dois anos (2013 e 2014) foi de 0,2 em cada ano, essa meta não será alcançada, não em 2015. Os dados do PNE 2014-2024, no que diz respeito à meta 9, servem de parâmetro e base para analisar as informações nos capítulos subsequentes.

Depois da análise histórica, é importante analisar agora o analfabetismo em um âmbito socioeconômico.

1.3. Analfabetismo: impacto econômico e social

Segundo o Anuário Estatístico de 2010 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), neste mesmo ano o Brasil tinha 9,6% da população de 15 anos de idade ou mais em estado de analfabetismo, contra 8,3% da região, ou seja, o Brasil tinha uma taxa de analfabetismo acima da América Latina, que é uma região de países subdesenvolvidos. Nesse ano o Brasil tinha 16,3 milhões de pessoas analfabetas com idade de 15 anos ou mais, número maior que a população de muitos países pelo mundo. Nos anos seguintes, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgados pelo IBGE (2013) apontam que a taxa de analfabetismo ficou praticamente estável em 2012, tendo variado de 8,6% em 2011 para 8,7% no ano seguinte.

No Brasil, é preciso preencher o gargalo do analfabetismo que emperra o crescimento e desenvolvimento econômico e social, e gera prejuízos para as empresas nacionais em relação ao mercado exterior, como competitividade e mão-de-obra desqualificada. O cidadão analfabeto age de acordo as imposições da sociedade ou governo em que está inserido, e em sua maioria, os analfabetos não compreendem a importância de investir em si mesmos, assim como não conseguem prever taxas de retornos futuros sobre os investimentos presentes na educação e em sua qualificação, não só profissional, mas também pessoal.

A compreensão da relação de casualidade escolaridade-produtividade-trabalho-renda-desenvolvimento, abordada pela UNESCO como uma reação em cadeia, é fundamental para entendimento desse novo paradigma. A produtividade do trabalhador está diretamente relacionada à sua capacitação intelectual e ao seu conhecimento. O indivíduo com melhor formação educacional e, conseqüentemente, profissional, produz mais, tem mais capacidade, mais oportunidades e mais chances no mercado de trabalho. A inserção no mercado de trabalho requer que o indivíduo esteja de posse, mesmo que seja mínima, de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático, que acontece de forma sistematizada no ambiente escolar, no âmbito da educação básica necessária.

Em um mundo globalizado com inovações e tecnologias surgindo em uma velocidade cada vez maior, o mercado de trabalho, muito mais exigente acaba por excluir, de forma até natural, pessoas que tem menos capacidade que outras. O mercado de trabalho está em constante processo competitivo e eliminatório, a busca por um emprego acaba se tornando uma competição. Nesse contexto, as pessoas analfabetas são as primeiras a serem descartadas nesse novo modelo globalizado, e não têm sequer a chance de participar desse processo.

Assim, a demanda de empregos para pessoas analfabetas é quase inexistente em mercados que exigem um maior nível de qualificação, visto que atualmente o rápido avanço tecnológico abrange um número cada vez maior de mercados, elevando o nível de exigência de qualificação. Esse fato faz com que o analfabeto fique isolado em mercados secundários, que exigem pouca qualificação e pagam baixos salários. Em contraponto, a demanda para pessoas com nível superior continua crescendo na maioria dos mercados e a exigência de um nível superior, em curso ou completo, é constante nos processos seletivos das empresas.

A importância da escolaridade para o cidadão e para o próprio mercado de trabalho fica mais clara quando se analisa a influência da escolaridade na remuneração e na inserção do trabalhador no mercado de trabalho sob três ópticas: primeiro, a escolaridade aumenta a produtividade e, portanto, a remuneração; segundo, uma maior escolaridade dá acesso a

melhores postos de trabalho e, portanto, modifica a inserção do trabalhador no mercado de trabalho e o seu nível de remuneração; por fim, a escolaridade altera o valor relativo que o trabalhador dá ao seu tempo em atividades econômicas e não econômicas, levando a que ele fique mais propenso a participar do mercado de trabalho.

Atualmente, um dos grandes e vários problemas enfrentados pelo analfabeto é o fato de que a velocidade de exigências e qualificações que o mercado de trabalho requer é muito maior do que a velocidade das ações dos governos para melhoria da educação básica. Isso significa que os problemas enfrentados pelos analfabetos não serão resolvidos tão rapidamente, enquanto isso o analfabeto está ficando à margem da legalidade no mercado de trabalho efetivo. Grande parte dos trabalhadores adultos analfabetos buscam formas alternativas para sobreviverem nesse novo cenário, por isso muitos trabalham de forma anônima e autônoma.

A importância da escolaridade na remuneração do trabalhador é também comprovada em estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base na Pesquisa Mensal de Empregos (PME-IBGE) de 2002-2006, que mostra que o retorno médio para pessoas adultas que se alfabetizaram no período de um ano chega a ser de 10%. Com a continuidade nos estudos, após esse período, a porcentagem de aumento do retorno médio tende a aumentar. Entre aqueles que são empregados formais, ou seja, com carteira assinada, esse número pode chegar à 15%. Já no caso das mulheres, o retorno financeiro é ainda maior, 17%, podendo chegar a 25% para mulheres entre 40 e 66 anos. (FGV, 2009).

Cada ano de estudo pode significar um incremento de 11,25% ao ano no salário. De acordo com esse dado, a diferença entre um salário de um analfabeto e uma pessoa que fez curso superior pode chegar a 636%. (PUC-RJ, 2001 apud DINIZ, 2008, p. 8).

A maioria dos estudos que examinaram o efeito da educação sobre o crescimento, usaram modelos econômicos de estimação por regressão em que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é expresso em termos da educação (como anos de escolaridade ou taxa de matrícula) e um conjunto de outras variáveis relacionadas ao crescimento econômico.

Existe um debate sobre a importância da qualidade da educação vs. o número de anos de educação para o crescimento econômico. As análises empíricas a respeito desse debate indicam que o efeito na qualidade da educação é maior e mais impactante para o desenvolvimento econômico do que as medições apenas sobre os anos de estudos. Nesse sentido, a alfabetização básica seria crucial para influenciar o crescimento de países em desenvolvimento, principalmente no que diz respeito a jovens e educação de adultos (população economicamente ativa) que apresentam retornos no curto prazo, quando comparado às crianças.

Um outro tema de discussão é se a relação entre o desenvolvimento e a educação é contínua ou discreta. Alguns modelos indicam que um nível de acumulação de capital humano (sob a forma de conhecimento e qualificação) é necessário para influenciar o crescimento produtivo do país, e este ponto de viragem seria dado pela alfabetização da população. Assim, para um país alcançar maiores níveis de crescimento devem superar certo nível de acumulação de capital humano. Por exemplo, em análises de anos de estudo (o ponto de corte de 3 à 4 anos no caso do Brasil para sustentar a análise empírica), ou quando uma grande percentagem da população é alfabetizada corretamente. Uma vez que o ponto de corte é superado, o país pode atingir níveis mais elevados de crescimento (CEPAL, 2009, p. 43).

O processo de alfabetização, como forma de combate ao analfabetismo, seria fator determinante e um diferencial para o desenvolvimento. Esse fator se mostraria de forma mais evidente em nações com maiores índices de analfabetismo, nas quais o impacto do processo de alfabetização seria sentido em maior proporção tanto social, quanto economicamente.

Assim como nas estimativas microeconômicas é possível distinguir os retornos privados e sociais da educação, os novos modelos de crescimento econômico enfatizam a existência de externalidades que ultrapassam os retornos sociais à educação (PSACHAROPOULOS E PATRINOS DE 2007, E MC MAHON, 2007 apud CEPAL, 2009). Com base nas estimativas empíricas é possível fazer uma análise dos retornos econômicos da educação, relacionando fatores macroeconômicos e microeconômicos, sociais e monetários do crescimento econômico, além das externalidades positivas:

Quadro 1: Retornos econômicos da educação

Natureza dos Benefícios	Base de Dados	Resultados Empíricos	Metodologia
Mercado (retornos monetários)	Microeconômica	Retornos Privados	Taxas de Retorno (Full-Discounging) Equações de Mincer
		Retornos Sociais	Custo Total (Full-Costing)
Contas nacionais (monetária)	Macroeconômica	Contribuição ao crescimento	Contabilizar crescimento dentro de um país Regressões em painel Pelo país
Sociais (Ampliado)	Micro/Macro	Benefícios Não Monetários	Avaliação Contingente
		Externalidades	Nova Teoria do Crescimento

Fonte: Tradução própria. CEPAL, 2009.

Os principais efeitos e externalidades da educação sobre a economia estão presentes na literatura em estimativas empíricas. Uma vez que a alfabetização é um passo fundamental neste processo, grande parte das externalidades associadas à educação também estão presentes quando se comparam os estágios das populações alfabetizada e analfabeta. No quadro abaixo é possível observar os efeitos econômicos da educação sobre o desenvolvimento e o crescimento *per capita* (por pessoa):

Quadro 2: Efeitos econômicos da educação

No crescimento <i>per capita</i>	Sobre o desenvolvimento (non-market)
Maior Taxa de Inversão em capital físico, dado que a educação melhora a estabilidade	Melhoria da saúde pública
Maior inversão em educação, dado que a educação induz o crescimento econômico	Melhor taxa de crescimento da população
Efeitos de novas tecnologias no crescimento	Democratização: regimes autoritários dependem do analfabetismo; há também o fortalecimento das instituições civis
Contribuição da educação a pesquisa, desenvolvimento e inovação	Direitos Humanos: o papel da democratização e da educação
Menor taxa de crescimento da população, via fertilidade	Estabilidade Política: impulsionada por melhores instituições civis Menores taxas de homicídios e menor propensão ao crime Redução dos desmatamentos Menor poluição da água, a medida que diminui o crescimento da população Maior poluição do ar (externalidade negativa) Redução da desigualdade e da pobreza rural e urbana Menor migração para guetos urbanos Maior emigração de trabalhadores universitários (externalidade negativa)

Fonte: Tradução própria. CEPAL, 2009.

No quadro acima, pode-se observar o quão amplo podem ser os efeitos da educação nos vários segmentos da economia. Os fatores apresentados tornam impossível haver uma dissociação entre educação e desenvolvimento.

Após analisar o analfabetismo sob a ótica econômica, torna-se necessário agora estudar o problema sob o aspecto social, no qual as consequências são tão importantes quanto o econômico.

1.3.1. Analfabetismo: desigualdade e interação social

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2001) indicam que 40% da desigualdade no Brasil resulta, naquele ano, da diferença de nível educacional (FOLHA, 2001). Os analfabetos são pessoas discriminadas em todos os meios da sociedade, pois não tiveram nenhuma oportunidade quando mais novos, e a falta de aprendizagem e conhecimento, impostas pela estrutura social que estão inseridos, reduzem perspectivas diferentes do conformismo com o qual vislumbram o futuro. São deixados de lado e esquecidos não só pela sociedade, mas pelo governo, que deveria estar interessado na resolução desse problema e no bem-estar social da população.

A alfabetização é um direito humano, fundamentado na preservação da vida e sua integridade física, moral e social. É um princípio básico de cidadania, um direito assegurado pela Constituição, cuja importância é crucial para o crescimento e o desenvolvimento econômico e diminuição das desigualdades sociais. Essa hipótese, que pode ser entendida até como uma afirmação, é um consenso entre muitos economistas que defendem as análises dos impactos negativos à economia causados pelo analfabetismo ou pela má formação educacional. Isso sem desconsiderar outros fatores importantes, como fatores humanísticos e políticos.

Atingir o ensino primário universal não só representa um avanço significativo na realização do direito à educação, mas também traz benefícios na redução da pobreza extrema, promovendo a equidade e a inclusão social, além de promover os direitos dos cidadãos (VILLATORO, 2007 apud CEPAL, 2009).

O problema para o analfabeto também se estende no processo de interação social, existe uma grande dificuldade em construir grandes redes sociais. Isso faz com que o cidadão fique em uma posição de subordinação, num contexto onde o domínio da escrita e da leitura é uma condição de poder. Nesse sentido, o analfabetismo se torna mais evidente em classes inferiores da sociedade, onde a população é mais pobre e os problemas sociais são mais presentes.

A noção de inclusão social, como importante fator para a diminuição das desigualdades sociais, pode ser considerada como uma forma estendida de integração e interação. Diante disso, é importante pensar em uma estrutura que envolva o esforço para adaptar o sistema de modo a incorporar uma maior variedade de atores e indivíduos, e não somente de uma forma em que os indivíduos é que tenham que adaptar-se à lógica sistêmica (CEPAL, 2007).

Nas condições em que a sociedade atual se encontra, uma pessoa que não sabe ler ou escrever (analfabeta) é excluído socialmente. O analfabeto está inserido em um mundo de

informações e inclusive comunicações escritas, porém se encontra algemado pela própria ignorância, vivendo no mundo sombrio e escuro do analfabetismo. Nesse contexto social, a alfabetização se insere como um fator primordial de inclusão social, abrindo as portas para um mundo de novas possibilidades, proporcionando dignidade e instrumentos para um universo de conhecimentos. A alfabetização age assim, não só no sentido de inclusão, mas também de recuperação dos excluídos.

(...) leitura, escrita e aritmética são habilidades fundamentais, necessárias para tomar decisões com conhecimento de causa e adquirir autonomia em equipe para participar ativamente ou passivamente na vida social.

Pessoas alfabetizadas têm mais acesso às informações, especialmente aquela que vêm de autoridades e organismos públicos e, conseqüentemente, estão mais preparados para intervir e demanda de acordo com as suas necessidades (STROMQUIST, 2005 apud CEPAL, 2009, p. 49).

Segundo o relatório da CEPAL (2009), a questão do analfabetismo/alfabetização é muito importante no campo da política, principalmente em um processo democrático, no qual é essencial uma participação mais ativa dos indivíduos devidamente alfabetizados. Uma população exigente, organizada e consciente dos seus direitos em torno de organizações públicas, profissionais e civis, é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas, em um sentido mais amplo, que beneficiem toda a população. "(...) o potencial da alfabetização pode levar o indivíduo a uma maior participação na vida política, contribuindo assim para a democracia e melhoria na qualidade de política pública" (CEPAL, 2009, p. 50).

Pesquisas internacionais comprovam que pessoas que participam do processo de alfabetização apresentam uma maior participação política em relação às pessoas analfabetas (CEPAL, 2009). Os indivíduos adquirem a capacidade de acessar informações relevantes, elevando sua participação na vida política e social da sua comunidade (local e nacional). Com isso, também têm a oportunidade de expressar seus pontos de vista, ou seja, ter opinião própria.

Os efeitos sociais do analfabetismo acompanham o indivíduo ao longo de todo o seu ciclo de vida. Os primeiros efeitos são observados na família e na socialização primária das crianças. Mais tarde, na idade adulta, o analfabetismo irá afetar a posição social, a renda e o capital cultural dos indivíduos (CEPAL, 2009).

O analfabetismo eleva a vulnerabilidade socioeconômica dos adultos. Essa condição pode ser passada entre gerações, para os seus filhos, afetando todo o ciclo de vida:

(...) os primeiros cinco anos de vida são críticos para a formação do intelecto, personalidade e comportamento social. É nesta fase onde milhões de células nascem, crescem e se conectam. Quando não ocorre este processo de desenvolvimento, maturação e ligações corretamente, há um impacto negativo sobre a criança (UNESCO, 2004 apud CEPAL, 2009, p. 45).

É possível notar uma relação estreita entre o acesso à educação e a classe social de origem. Pais com baixa instrução educacional têm influência negativa sobre os resultados dos seus filhos na escola. O fator econômico, em famílias de baixa renda e baixo nível educacional, também é um fator que favorece o abandono de crianças e jovens da escola, distanciando-os da educação. Esse fato é responsável pela geração de mais indivíduos adultos analfabetos.

Um estudo da Universidade Federal Fluminense (UFF), de 2007, investiga o impacto da alfabetização de um jovem ou adulto sobre as dimensões do bem-estar e do desenvolvimento humano. A análise é estruturada a partir de 12 temas: criação de novas famílias; evolução das famílias; dissolução das famílias; alocação do tempo; estrutura e hábitos de consumo; educação dos filhos; trabalho infantil; acesso a postos de trabalho; condições de saúde dos filhos; acesso e utilização de serviços de saúde; planejamento familiar; e condições de saúde da mulher.

Os resultados obtidos mostram que, no agregado, o processo de alfabetização tem impactos significativos e positivos em diferentes dimensões do bem-estar do indivíduo. Os mais importantes estão nos indicadores de mercado de trabalho e trabalho infantil. Também apresentam impactos significativos sobre a educação dos filhos e o acesso a postos de trabalho. Em termos de magnitude, os temas que apresentaram maiores impactos médios foram consumo e serviços de saúde. O trabalho infantil e a saúde da mulher apresentam impacto médio expressivo, porém, corresponde à metade dos mencionados acima (AZEVEDO, et al, 2007).

Todo o aporte conceitual apresentado até aqui neste trabalho serve como base para estimar as consequências do analfabetismo no tópico a seguir. E principalmente, para melhor compreensão do que será apresentado e demonstrado nos capítulos seguintes.

1.4. Consequências do analfabetismo

Diante do que já foi exposto, a CEPAL (2009) elaborou um diagrama com as principais consequências do analfabetismo. Abaixo segue a esquematização das principais consequências do analfabetismo:

Esse diagrama mostra que os primeiros efeitos do analfabetismo se apresentam nas partes cognitivas do indivíduo. Os efeitos cognitivos criarão consequências comportamentais (parte comportamental) do analfabeto, gerando consequências sociais e estas levarão a consequências econômicas. O diagrama, de fato, evidencia o analfabetismo como um problema socioeconômico. Diante do exposto neste capítulo e apresentando nesta ilustração será possível compreender a importância das pesquisas apresentadas nos capítulos subsequentes.

O capital humano sob a forma de conhecimento adquirido e qualificação, tem apresentado de forma introdutório neste capítulo, é analisado como teoria no próximo, quando os primeiros estudos que relacionam educação ao desenvolvimento econômico são apresentados, entre as décadas de 50 e 60 do século passado, pela Teoria do Capital Humano (TCH), formalizada pela Escola de Chicago, juntamente com uma equipe de economistas neoclássicos, coordenada e liderada por Theodore William Schultz (1902-1998), com o apoio de Gary Becker (1930-2014) e Jacob Mincer (1922-2006), e suas contribuições e implicações, bem como suas críticas e a teoria da segmentação, são apresentados a seguir.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E FORMULAÇÕES CRÍTICAS

A partir dos anos 1950 e 1960 surge a necessidade de se explicar com maior clareza o processo de determinação de salários, uma vez que é observada uma diferenciação salarial entre indivíduos com diferentes níveis educacionais e a partir daí desenvolve-se a Teoria do Capital Humano. Tal teoria supõe que a oferta de mão de obra é homogênea e o mercado de trabalho contínuo, sendo que a variável explicativa para as diferenças de rendimento é a escolaridade, e o trabalhador, de forma racional, realiza investimentos em sua capacidade produtiva, através da escolarização e treinamento, a fim de auferir maiores níveis de renda no futuro (LIMA, 1980).

Nas últimas décadas, o capital humano tem se tornado uma prioridade política, econômica e social, principalmente nos países chamados “industrializados”. Com isso, os governos têm direcionado sua atenção para compatibilizar essa demanda por conhecimento, investindo cada vez mais em educação e qualificação profissional, em busca de um melhor desempenho econômico.

O aperfeiçoamento do capital humano, através de investimentos em educação e qualificação profissional, faz com que o conhecimento adquirido abra novos precedentes. Além do bem social que traz ao indivíduo, como uma melhor qualidade de vida, bem-estar social e melhoria na renda, o principal objetivo e foco dos governos está no desenvolvimento econômico.

Em um mundo cada vez mais desenvolvido, a tecnologia é fator fundamental de crescimento, quanto mais conhecimento a população de uma nação possui, maiores são as possibilidades de inovações. O conhecimento torna mais fácil para o indivíduo a adequação e aceitação de novas tecnologias e inovações, e principalmente abre mais possibilidades para gerar inovações e tecnologias. Os avanços tecnológicos elevam a complexidade da produção e induz o mercado a exigir profissionais cada vez mais qualificados. Com isso, o nível de qualificação cresce à medida que os níveis de educação aumentam, elevando assim a especialização (qualidade) da mão-de-obra.

No decorrer do tempo o capital humano foi objeto de debates em vários países, devido seu impacto nos processos sociais e econômicos. E a partir de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo se volta para a organização econômica e social. É na década de 1960, do século passado, que um grupo de estudos, formado por economistas neoclássicos da Universidade de Chicago, coordenado por Theodore William Schultz, com Gary Becker e Jacob

Mincer, formulou o que viria a ser conhecida como a Teoria do Capital Humano (KELNIAR, et al, 2013).

As obras que mais contribuíram para o tema também desses três foram: “O Capital Humano – Investimento em Educação e Pesquisa” (1973) e “*Investment in human capital*” publicado na “*American Economic Review*” (1961), ambos de Schultz; “Capital Humano: uma análise teórica e empírica, com referência especial à educação” (1964) de Becker; e, “*Investment in human capital and personal income distribution*” (artigo publicado em 1958 no *The Journal of Political Economy*) e “*Schooling, experience and earnings*” (1974), ambos de Jacob Mincer. O tema se difundiu rapidamente pelos Estados Unidos e pelo mundo, sendo incorporados em programas de expansão educacional, como a UNESCO.

Porém, antes da formalização teórica sobre o capital humano, alguns dos teóricos mais importantes já visualizavam a importância da educação para o desenvolvimento econômico, dentre os principais, estão Adam Smith e Alfred Marshall.

2.1. Raízes da Teoria do Capital Humano

A educação tem um impacto direto no desenvolvimento econômico e social de uma nação. A Teoria do Capital Humano surge através da insatisfação e de evidências empíricas de que não era somente a acumulação dos fatores de produção o único responsável por gerar o crescimento econômico. Os economistas clássicos já enxergavam isso.

No século XVII com Adam Smith (1723-1790), considerado o pai da economia moderna, o capital humano assume a forma de fator de produção, passando posteriormente por vários estudos e debates, mesmo sem usar o termo exato, ele já se aproxima nas suas abordagens do que mais tarde seria “A Teoria do Capital Humano”. Smith (1996) esclarece a relevância das “habilidades úteis” adquiridas pelo indivíduo:

Em quarto lugar, as habilidades úteis adquiridas por todos os habitantes ou membros da sociedade. A aquisição dessas habilidades para a manutenção de quem as adquiriu durante o período de sua formação, estudo ou aprendizagem, sempre custa uma despesa real, que constitui um capital fixo e como que encarnado na sua pessoa. Assim como essas habilidades fazem parte da fortuna da pessoa, da mesma forma fazem parte da sociedade à qual ela pertence. A destreza de um trabalhador pode ser enquadrada na mesma categoria que uma máquina ou instrumento de trabalho que facilita e abrevia o trabalho e que, embora custe certa despesa, compensa essa despesa com lucro (SMITH, 1996, v. I, p. 285).

Em sua obra, “A Riqueza das Nações”, Smith (1996) mostra que para um país alcançar o desenvolvimento é de suma importância que haja o investimento do Estado na educação, com gastos mais eficientes a fim de promover uma melhor qualidade no nível educacional. Segundo Smith (1996), o Estado deveria oferecer maior atenção à educação, proporcionando gastos de maneira mais planejada, principalmente gastos direcionados para pessoas comuns, detentoras de menos riqueza (dinheiro):

A educação das pessoas comuns talvez exija, em uma sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado que a de pessoas de alguma posição e fortuna. (...) Se nem sempre são bem formados, raramente isso acontece por se ter gasto pouco em sua educação, mas antes devido à aplicação inadequada desses gastos. (SMITH, 1996, p. 245-46, v. II).

Alfred Marshall (1842-1924), outro grande economista da história, em sua obra sobre os “*Princípios de Economia*” (1890), iniciou os primeiros estudos sobre o capital humano. Para Marshall (1982), quanto melhor for o nível de educação melhor seria o desempenho do operário:

Mas uma boa educação proporciona grandes benefícios indiretos, inclusive ao trabalhador comum. Serve para estimular sua atividade mental, para manter o hábito da curiosidade científica, para torná-lo mais inteligente, mais capaz e mais digno de confiança no trabalho comum para aumentar o teor da vida em horas de trabalho e nas de lazer sendo assim um meio de produzir riqueza material (...). (MARSHALL, 1982, p. 188).

Marshall (1982), acreditava que o capital mais valioso de todos era o investido em seres humanos. Ele dividiu a riqueza de uma nação em bens materiais e imateriais. Os bens imateriais seriam as qualidade e habilidade do ser humano, que consistiriam em capital humano. Ele acreditava que a educação era de responsabilidade dos pais e do Estado, o pai teria o papel de conscientizar, incentivar e investir na educação dos seus filhos, enquanto o Estado não teria que medir esforços para o investimento na educação em massa da sociedade.

Os estudos sobre o capital humano se intensificam nas décadas de 50 e 60 do século passado, quando a Teoria do Capital Humano é formalizada por uma equipe da Escola de Chicago, formada por Schultz, Becker e Mincer. A seguir, são apresentadas as principais ideias e pensamentos de cada um desses teóricos.

2.1.1. Theodore W. Schultz (1902-1998)

Theodore W. Schultz (1902-1998), professor de Economia Agrícola da Escola de

Chicago e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1979, foi um dos principais expoentes e formuladores da teoria a respeito do capital humano (ECONOMIABR, 2016). Schult (1961) verificou que os países com taxas significativas de crescimento econômico apresentam elevados índices educacionais. Em um relato publicado na *American Economic Review*, Schultz (1961) afirma:

Embora seja evidente o fato de os homens adquirem habilidades e conhecimentos úteis, o mesmo não ocorre quando se afirma que habilidades e conhecimentos são uma forma de capital; à esse capital é, em grande parte, produto do investimento deliberado, que cresceu nas sociedades ocidentais, a um ritmo muito mais rápido do que o do capital convencional (não humano); e este crescimento é o aspecto mais característico de um sistema econômico. Observou-se, amplamente, que os investimentos na produção nacional estão relacionados, em grande parte, com os feitos na terra, nas horas de trabalho e no capital físico reproduzível. Mas, o investimento em capital humano é, provavelmente, a principal justificativa desta diferença (SCHUTLZ, 1961, p. 1).

Como precursor dos estudos dessa área, ele buscou analisar a formação para o trabalho como capital, produto de investimento, e não como meio de produção. Segundo Schultz (1961), investimento em pessoas é necessário na obtenção de informações, habilidades e desenvolvimento dessas informações transformando-as em capacidade técnicas, compondo assim o capital humano. Quando ele diz que “os aumentos ocorridos na produção nacional” têm ligação com o investimento em capital humano, percebe-se que a educação passa a ser valorizada como parte do investimento e importante no processo de desenvolvimento de uma nação.

Para Schultz (1973), o conhecimento era uma forma de capital e o interesse em investir nesse capital teria que ser não apenas individual, mas também das partes interessadas em aumentar a produtividade. Cabe ao Estado investir e possibilitar aos trabalhadores, e também a toda população, o acesso à educação. Para ele, o que explica a dinâmica das relações sociais é o capital menos constate, o capital humano. A educação como meio para formar capacidade produtiva passa a atuar, na relação capital-trabalho, como elemento paradoxalmente agregado ao trabalhador (força de trabalho). Schultz (1973) afirma que o crescimento econômico não explicado, com todas as outras variáveis constantes, teria como resposta o investimento em capital humano:

Se o coeficiente de todo capital em relação à renda permanece essencialmente constante, então o crescimento econômico inexplicado, que tem sido de uma presença tão perturbadora, tem a sua origem primordialmente a partir da elevação do acervo do capital humano (...) as capacitações econômicas do homem são predominantemente um meio fabricado de produção e que, à exceção de alguma renda pura (em rendimentos) para marcar as diferenças em capacitações herdadas, a maioria das diferenças de rendimentos é uma diferença nos quantitativos que foram investidos nas pessoas. (...) a estrutura dos ordenados e dos salários é determinada primordialmente pelo investimento na escolarização, na saúde, no treinamento no local de trabalho, na busca de informações acerca das oportunidades de empregos, e pelo investimento na migração. (...) uma distribuição mais equitativa de investimentos no homem igualiza os rendimentos entre os agentes humanos (...) (SCHULTZ, 1973, p. 66).

Segundo Schultz (1973), desconsiderar o capital humano como forma de capital era um grande equívoco, considerando todos os resultados obtidos em suas pesquisas. O indivíduo que investe em educação passa a ter melhores rendimentos e uma ascensão social. Conhecimento é algo que não pode ser retirado, não pode ser separado do indivíduo. Assim, ele acredita que os proprietários do capital humano são os trabalhadores, não podendo ser separados de suas habilidades e conhecimento adquiridos. Com isso os trabalhadores elevam sua produtividade e passam a investir em educação na expectativa de retornos crescentes. Porém, Schultz acredita que para a educação ter efeitos e grandes impactos no crescimento econômico, os investimentos na mesma teriam que ser de qualidade e corretos.

2.1.2. Gary Becker (1930-2014)

Outro grande expoente dos estudos à respeito do capital humano foi Gary Becker (1930-2014), professor de sociologia da Universidade de Chicago e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1992 (ECONOMIABR, 2016). Becker (1964), afirma que uma maior instrução influencia não apenas os ganhos de aumentos monetários, mas também ganhos não-monetários, como ocupações de maior prestígio e cultura. Para ele, o indivíduo investe mais em capital humano quanto maior for o retorno com a educação e menor for o custo envolvido.

Becker (1964 apud RIBAS, 2007, p. 2) expõe a seguinte questão: “Talvez seja a rentabilidade, a taxa de rendimentos, o principal determinante do investimento em capital humano”. O ganho ou rendimento futuro originado de uma maior instrução ou qualificação representa a decisão do indivíduo de investir em si mesmo, comparando os ganhos futuros aos custos presentes. Sendo assim, o agente racional destina uma taxa considerável de sua renda

para investimento próprio, em si mesmo, em função de uma taxa de retorno futuro que remunere e cubra os custos desses investimentos. Nessa perspectiva, a expectativa sobre as taxas de rendimentos futuros são de que essas taxas aumentem cada vez mais à medida que esse investimento apresente resultados positivos.

Em sua obra “Capital Humano: uma análise teórica e empírica, com referência especial à educação” (1964), Becker elabora uma teoria baseada, não apenas no indivíduo, mas neste como integrante de uma família, sociedade, etc. Ele conceitua o capital humano como “a inversão do talento como valor futuro, formação e informação às pessoas, as permite dar um maior rendimento e produtividade na economia moderna, aproveitando o seu talento”. (BECKER, 1964 apud BAYER, 2011, p. 17).

Para Becker (1964), o destino final do capital humano formado é ser alugado aos empregadores, sob a forma de estoque de capital produtivo. Os trabalhadores raramente utilizam seu capital humano para si próprio, em vez disso, acabam vendendo como força de trabalho. O capital humano engloba habilidades aos trabalhadores que geram aumento de produtividade, criatividade e redução de custos, sendo esses os principais fatores para o interesse do empregador em adquirir “capital humano”.

2.1.3. Jacob Mincer (1922-2006)

Junto com Schultz e Becker, Jacob Mincer (1922-2006) teve contribuição fundamental para a elaboração da Teoria do Capital Humano. Mincer, economista norte-americano de origem polonesa, foi considerado o pai da economia moderna do trabalho. Ajudou no desenvolvimento e análise do capital humano que, segundo ele, seria a maneira pela qual os indivíduos buscam investir em suas habilidades de trabalho para garantir salários maiores no futuro. Seus estudos foram baseados nos recenseamentos americano das décadas de 50 e 60, nos quais determinou-se que os rendimentos anuais de uma pessoa podem aumentar entre 5% e 10% para cada ano de escolaridade (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2016).

Suas obras se tornaram base para a economia do trabalho contemporânea e, posteriormente, para teorias econômicas. Mincer (1958:1974) apresenta a importância da educação para explicar as diferenças de qualidade e renda entre os trabalhadores, estabelecendo as bases da Teoria do Capital Humano. Suas obras têm muita influência sobre a análise econômica da distribuição de renda. Em seus estudos, analisou as conhecidas “funções de trabalho minceriano”, que se tornariam uma das ferramentas básicas de análise econômica dos

mercados de trabalho (TEIXEIRA, 2007).

Mincer (1958:1974), analisou a relação entre capital humano (incluindo sua forma inata) e a oferta do mercado de trabalho, na busca de criar um novo caminho para no estudo dos padrões de vida e da participação do trabalhador no mercado de trabalho. Essa relação também serviu para entender melhor as diferenças salariais no mercado de trabalho.

Em sua obra “*Schooling, experience and earnings*” (MINCER, 1974, p. 86-92), incorpora a importância das decisões da família para explicar a participação dos indivíduos no mercado de trabalho. De modo que as famílias se tornam unidades de análise adequadas para compreender as decisões sobre o comportamento de consumo dos indivíduos e suas determinações na distribuição de tempo entre lazer e produção de bens e serviços em casa.

Os estudos e análises de Mincer (1958:1974) podem ser divididos em dois períodos complementares: no primeiro, é identificado o efeito da experiência no mercado de trabalho e do treinamento no trabalho na determinação e na distribuição dos ganhos; e no segundo, verifica e enfatiza a distinção entre idade e experiência no trabalho e a forma côncava do perfil idade-experiência sobre ganhos salariais futuros. Além disso, ele considera duas dimensões do capital humano: escolaridade e experiência de trabalho, e demonstra empiricamente a correlação positiva entre as duas dimensões e o retorno salarial, bem como a posição ocupacional dos indivíduos no âmbito do mercado de trabalho.

Jacob Mincer explorou o capital humano numa base microeconômica e sob um panorama econométrico, oferecendo contribuições significativas no campo metodológico:

Seus estudos foram fundamentais para analisar as taxas de retorno dos investimentos em educação, apurou que a distribuição entre os rendimentos nas diferentes atividades está diretamente ligada ao incentivo de capital humano disposto nelas. Sua função aprimorou a análise do período de tempo de trabalho que o ser humano leva para atingir suas metas, as diferenças salariais são encontradas no número de anos investidos em escolaridade (KELNIAR, LOPES, PONTILI, 2013, p. 4).

A Teoria do Capital Humano defende que a rentabilidade da pessoa está relacionada ao seu nível de escolaridade e à medida que o indivíduo adquire mais conhecimento, elevando o seu capital humano, aumenta sua produtividade e seus rendimentos. O processo de alfabetização seria o primeiro passo para elevar a escolaridade da pessoa, a partir desse momento ela percebe o aumento da sua renda e toma a decisão de investir em capital humano e continuar aumentando essa renda. Assim, estabelece-se uma relação entre analfabetismo e TCH, que é apresentado adiante.

2.2. Analfabetismo e Teoria do Capital Humano

Nas últimas décadas, o conhecimento se tornou o elemento central do novo paradigma de desenvolvimento e a educação um fator fundamental produtivo para a modernização dos sistemas de produção e do comportamento econômico dos indivíduos. Além de ser abordada como um fator diferencial e fundamental de crescimento e desenvolvimento econômico.

A Teoria do Capital Humano é baseada na hipótese de que a educação é um investimento que produz uma renda maior no futuro. Assim, as diferenças de produtividade são resultantes de uma educação superior e seriam refletidas em diferenças salariais.

Segundo a CEPAL (2009), os modelos de capital humano enfatizam o efeito da educação sobre os indivíduos. A demanda por educação parte de um comportamento muito racional das pessoas e da entrega de conhecimentos que aumentam a produtividade individual, que se traduz em aumento na renda do trabalho. Assim, o comportamento racional do indivíduo, em busca de melhores salários futuros, faria com que este buscasse investir em conhecimento (educação), elevando o seu capital humano.

A teoria assimila a decisão individual de investir em educação como semelhante à decisão de um investimento em capital físico:

(...) O indivíduo no momento de tomar a decisão investir ou não em sua educação arbitra entre os benefícios que ele terá no futuro se continuar formando e os custos de investimento (por exemplo, o custo de perdas de oportunidade - salário que deixa de receber por estar estudando- e os custos diretos de estudos). Ele continuará a estudar se o valor presente líquido dos custos e dos benefícios for positivo (...) (DESTINOBLÉS, 2006 apud CEPAL, 2009, p 39).

A Teoria do Capital Humano sugere que a educação seja importante não só por ser um investimento que tem um efeito positivo em um nível individual, mas também porque produz efeitos positivos para a sociedade como um todo, através do aumento do emprego, desenvolvimento e uma maior equidade econômica e social.

A maioria dos estudos que se relacionam com a contribuição da escolaridade para a produtividade e renda, se referem a estimativas de taxa – microeconômica - de retorno da educação. Estes estudos medem a contribuição da receita adicional de cada ano de escolaridade, estimando as taxas de retorno marginais a cada ano adicional de educação e/ou taxas de retorno dos diferentes níveis de ensino: primário, secundário e terciário.

Como já foi observado anteriormente, as taxas de retorno privado para o ensino primário seriam maiores em países com menor desenvolvimento. Psacharopoulos e Patrinos (2004 apud

CEPAL, 2009, p. 39) indicam que essas taxas chegam a atingir 25,8% nos países com renda menor que U\$ 755 *per capita*. Para efeito de comparação, a renda *per capita* do Brasil em 2004 estava em U\$ 3.607, bem acima dessa média (IBGE, 2004).

Segundo a CEPAL, em 2006, a taxa de retorno para a educação, em 13 países da América Latina e o Caribe, teve média de 14% para todos os níveis de ensino, ou seja, por cada ano adicional de educação, a renda média do indivíduo tem um aumento de 14% ao ano. Supondo que a pessoa prossiga estudando, o retorno é ainda maior. O retorno no primário é de 8%, se elevando para 12% no secundário e 18% no terciário ou superior.

A alta taxa de inovação e o desenvolvimento tecnológico levaram a uma maior valorização do trabalho qualificado, com maior destreza e habilidades para essas novas tecnologias, o que se reflete na taxa de aumento em volta do ensino superior de 15% para 18% (CEPAL, 2006 apud CEPAL, 2009, p. 39-40).

Como visto na seção anterior, estudos indicam que o mais importante é a qualidade da aprendizagem, principalmente na educação de base e no processo de alfabetização. Um nível de competências básicas, expressa-se na capacidade de ler e compreender os fenômenos da vida diária, além do desenvolvimento de habilidades cognitivas, sendo mais relevante do que os anos de escolaridade para explicar o rendimento das pessoas e mais fortemente relacionado ao crescimento econômico.

A qualidade da educação, medida pelas taxas alfabetização e a qualidade das escolas em termos globais, podem ter um efeito mais importante no crescimento do que na expansão do número de alunos a frequentar a escola (FULLER, GORMAN & EDWARDS, 1986, p.170 apud CEPAL, 2009). Estudos desses autores mostram que, no caso do México, a expansão da produção industrial está diretamente associada a melhorias na qualidade da educação, incluindo as taxas de alfabetização e despesas *per capita* das escolas.

A qualidade das escolas (estrutura, educação e aprendizagem) tem um impacto significativo nas receitas. Porém, essa qualidade na aprendizagem também está altamente correlacionada às variáveis de base da família, como o nível educacional dos pais. Assim, extensões dos modelos de capital humano também apontam para enfatizar que os pais analfabetos ou com nível muito baixo de escolaridade influenciam negativamente o nível dos rendimentos esperados de seus filhos.

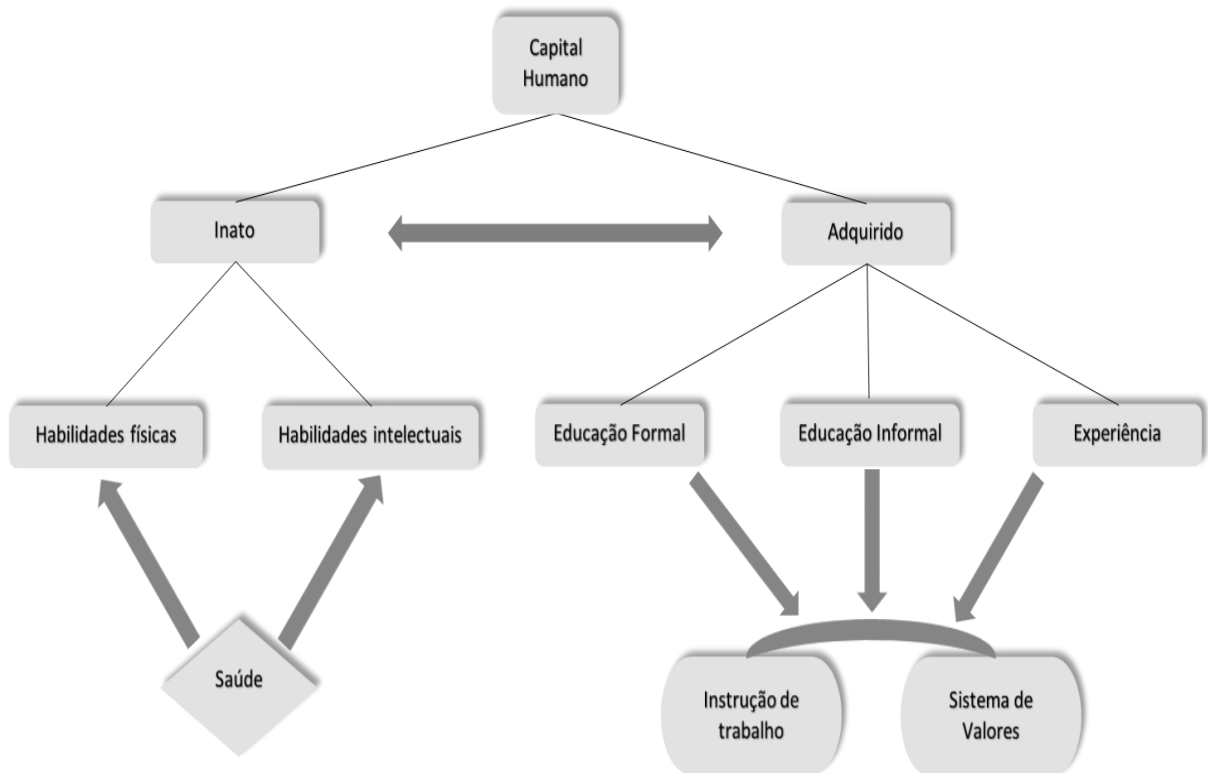
A estrutura da família, que é difícil de mensurar em estudos, tem um impacto gigantesco na formação educacional dos filhos. É bom ter em mente que em muitos casos a família se vê obrigada a tomar certas medidas, que inclusive podem não concordar, por serem obrigadas pela sociedade em que estão inseridos. Isso se deve à vários problemas sociais e governos

incompetentes.

Existem poucos estudos que analisam diretamente a taxa de retorno sobre alfabetização inicial (aprender a ler e escrever). Os estudos destacam mais os impactos de auto-estima, criatividade, saúde, participação política e integração social. A alfabetização inicial gera benefícios para as pessoas alfabetizadas bem como para a sociedade.

O capital humano em um sentido amplo é aplicado e quantificado por Giménez (2005), distinguindo uma origem inata e adquirida. O capital humano inato é definido como aquele que "inclui habilidades tais físico e intelectual, que podem ser modificadas devido às condições de alimentação e saúde", enquanto o capital humano adquirido "será construído ao longo da vida do sujeito, a por meio da educação formal, a educação informal e experiência acumulada" (GIMÉNEZ, 2005 p. 106).

Figura 2: O conceito de Capital Humano: inato e adquirido



Fonte: Tradução própria (GIMÉNEZ, 2005 apud CEPAL, 2009, p. 41).

Na determinação do capital inato, a saúde desempenha um papel crucial. Os principais determinantes do capital humano adquirido são o treinamento de trabalho e o sistema de valores da sociedade.

Porém, há controvérsias e implicações com relação às ideias da TCH, principalmente no que diz respeito à sua abordagem na relação entre educação e desenvolvimento. Algumas

ideias, inclusive, oferecem pensamentos que podem complementar a TCH, apresentando visões mais amplas.

2.3. Críticas à Teoria do Capital Humano

A TCH analisa a relação próxima de causalidade entre educação, desenvolvimento e crescimento econômico. O estabelecimento dessa relação parte da ideia de que um maior nível de instrução educacional proporciona ao cidadão um maior nível de renda e maiores oportunidades de trabalho, tanto em questões de empregabilidade (inserção no trabalho), quanto em melhores condições de trabalho. Existe um consenso, entre os economistas, sobre essa relação educação/desenvolvimento, porém esta condição consensual desaparece quando se aborda essa relação de forma direta, na qual o investimento em educação resultaria em desenvolvimento, desconsiderando outras variáveis importantes que afetam essa relação.

Não adianta fornecer educação e não gerar empregos e aumento de renda com o crescimento econômico. Muitos economistas baseiam suas ideias em fatos da realidade para negar a relação estabelecida pela TCH. Há países que possuem índices de alfabetização elevados, porém com índices de desemprego elevadíssimo, bem maiores que os índices de analfabetismo. Também existem muitas pessoas com alto índice de escolaridade que não possuem emprego, fazendo com que o desemprego e a má distribuição de renda apenas se deslocasse para uma população mais educada (FOLHA, 2001).

Diante disso, seria necessário estabelecer, primeiramente, as bases econômicas para o posterior processo de melhoria da educação, ou seja, preparar o terreno. Não adianta elevar o índice educacional da população, melhorando sua qualificação e produtividade, e não empregar essas pessoas. Isto criaria um excedente ocioso de mão de obra qualificada, portanto, é preciso que essa oferta de mão de obra excedente seja completamente absorvida no mercado de trabalho, sendo criada assim, antes de tudo, uma estrutura econômica eficaz capaz dar suporte e assegurar esse processo. Para isso, é fundamental verificar a questão da causalidade entre educação e desenvolvimento.

A TCH defende a educação como um fator de desenvolvimento econômico, mas também é preciso analisar essa relação de causalidade existente de forma inversa. As Nações Unidas, por exemplo, analisam a questão do analfabetismo como um problema originado pela pobreza, presente, de forma mais evidente, em nações menos desenvolvidas. Dessa forma, pode-se muito bem fazer uma análise na premissa de que melhorias na educação resultariam de

um processo de desenvolvimento econômico e social, e não o contrário. Assim, o desenvolvimento econômico seria um determinante para melhoria da educação. Então, fatores econômicos determinam o desempenho educacional, tanto positivamente, quanto negativamente, no caso da pobreza.

Outras críticas se baseiam relação positiva entre escolaridade e renda do trabalhador, defendida pela TCH. Essa relação não é negada, porém, estudos da região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1999, indicam que incrementos significativos nos salários ocorrem apenas a partir do segundo grau. Nas faixas escolares inferiores as diferenças são pouco significativas. Também verificam que não há variações significativas entre as taxas de empregabilidade para os diferentes graus de escolaridade, principalmente entre os três grupos de menor escolaridade, dos analfabetos que não completaram a 4ª série até aqueles que completaram o segundo grau (BALASSIANO, SEABRA e LEMOS, 2005).

Esse fato leva ao questionamento de que um maior nível de escolaridade, representando uma maior qualidade da força de trabalho, aumentaria a empregabilidade das pessoas. Constatou-se também que o aumento dos salários tem efeito negativo na empregabilidade, os indivíduos com maior escolaridade tendem a receber maiores salários, porém apresentam baixa empregabilidade, são menos empregáveis (BALASSIANO, SEABRA e LEMOS, 2005). É importante destacar a falta de estudos que forneçam dados empíricos para essa questão de empregabilidade, sendo um debate que continua aberto.

Castinho e Silva (2012), também questionam a questão da casualidade entre educação e desenvolvimento, além de negar a ação isolada do capital humano sobre o crescimento econômico. Analisam o Brasil nas décadas de 80 e 90, principalmente esta primeira, tida como a década perdida, na qual a educação não influenciou positivamente a economia.

Isso mostra uma contradição no modelo de crescimento, pela condição “*ceteris paribus*”, na qual a casualidade na relação educação-produtividade-salários pressupõe que um aumento da escolaridade aumentaria a produtividade do fator trabalho, portanto, contribuindo para o crescimento econômico e redução da pobreza. Levanta-se, inclusive duas questões relevantes: a baixa qualidade da educação, resultante de um processo de deterioração do sistema, mesmo com a expansão quantitativa da rede de ensino básico; e acumulação de capital humano ocioso que o país não consegue utilizar adequadamente, como por exemplo, muitos profissionais com qualificações superiores às exigidas nas ocupações atuais, dando indícios de escassez relativa a infraestrutura e capital físico complementares (CASTILHO E SILVA, 2012, grifo do autor).

As principais premissas da TCH se baseiam na relação entre educação, renda e

desenvolvimento. Essas premissas não são totalmente negadas pelos críticos, pelo contrário, porém, não são tratadas de forma direta e causal. O importante é constatar que existe um consenso de que há uma forte relação entre escolaridade, emprego, renda e desenvolvimento, mas não de maneira isolada, direta e causal.

Quanto a relação direta e de causalidade, entre educação e desenvolvimento, a teoria da segmentação no mercado de trabalho apresenta outras variáveis e fatores que podem interferir na determinação dos rendimentos, principalmente nas diferenças de renda entre pessoas com o mesmo grau de instrução, abordando a existência de mercados segmentados.

2.3.1. A teoria da segmentação no mercado de trabalho

A teoria da segmentação no mercado de trabalho surge, não como uma crítica, mas como complemento à TCH. Nela, observa-se que em determinados grupos com o mesmo grau de escolaridade ou instrução os salários se mostram heterogêneos, indicando a existência de outros fatores, que fogem à Teoria do Capital Humano, capazes de influenciar na determinação do rendimento. Dentre tais fatores, se destacam gênero, raça, setor em que a firma se encontra, demografia, grau de sindicalização, segmentação dos postos de trabalho e intensidade tecnológica. Um mercado de trabalho segmentado é identificado quando um trabalhador com a mesma produtividade recebe remunerações diferentes em empregos diferentes.

Outro ponto importante que consiste na abordagem desta teoria é a existência de mercados segmentados: um mais tecnológico e outro menos tecnológico. Segmentos com maior intensidade tecnológica apresentam maior proporção de trabalhadores escolarizados sendo estes melhor remunerados do que aqueles que possuam o mesmo grau de instrução, mas que estejam inseridos em segmentos de menor intensidade tecnológica (FIUZA-MOURA, SOUZA e MAIA, 2015).

Portanto, a teoria da segmentação no mercado de trabalho estabelece que existem dois mercados paralelos. Um deles, chamado de primário, é caracterizado por hábitos de trabalho e empregos estáveis, alta produtividade, salários relativamente altos, promoção por antiguidade ou tempo de empresa, oferecimento de capacitação da mão de obra por parte do empregador (canais de promoção dentro das próprias firmas, como treinamento no próprio trabalho), alto custo de rotatividade, organização sindical e, principalmente, elevado progresso tecnológico. É comum que os empregos neste mercado estejam associados às firmas grandes, muitas vezes oligopolistas com alta relação capital/produto (LIMA, 1980).

Já o mercado denominado secundário apresenta alta rotatividade de mão-de-obra, salários relativamente mais baixos, pouco (ou nulo) treinamento – apenas o mínimo de qualificação é necessário –, más condições de trabalho, altos índices de desemprego, pouca oportunidade de elevação dos salários, ínfima ou nenhuma organização sindical, baixa produtividade, pouca estabilidade no emprego e uma baixa intensidade tecnológica. Este mercado é caracterizado por “pequenas firmas competitivas, que operam em mercados restritos e de demandas instáveis, que enfrentam ausência quase total de acesso ao capital, que não geram lucros suficientes para promoverem programas de qualificação de mão-de-obra e aquisição de tecnologia moderna” (LIMA, 1980, p. 233-234).

As firmas do mercado primário demandam trabalhadores com elevado grau de escolaridade e conhecimento técnico, e para atraí-los oferecem salários maiores. Este mercado se encontra em uma estrutura monopolista, as firmas têm a possibilidade de repassar os aumentos de produtividade para seus lucros, possibilitando assim novos investimentos em pesquisa, e para os salários, aumentando a remuneração e valorização de sua mão de obra (FIUZA-MOURA, et al, 2015).

Segunda Lima (1980), no mercado secundário, de baixa tecnologia, os trabalhadores não precisam atender a características específicas para ocupar os cargos, não havendo a necessidade de elevar os salários para atrair mão-de-obra. Este mercado atua sob a concorrência perfeita, e se vê obrigado a transformar em reduções de preço o pouco progresso tecnológico que absorve. Lima (1980) também verificou rigidez no que tange à possibilidade de trabalhadores secundários conseguirem se inserir no mercado primário. Da mesma forma, foi encontrada rigidez entre os filhos desses trabalhadores para realizarem tal mudança, mostrando assim elevado grau de segmentação no mercado.

O processo de segmentação também se mostra presente entre os setores de atividade da economia, sendo responsável por contribuir para explicar 10% e 18%, entre 2001 e 2005, das reduções na desigualdade de renda *per capita* e remuneração do trabalho, respectivamente (FIUZA-MOURA, et al, 2015). As empresas multinacionais, com elevado grau de tecnologia, apresentam os maiores prêmios salariais e também uma média educacional de mão-de-obra mais elevada.

A segmentação por gênero evidencia que mulheres, com o mesmo grau de instrução que os homens, ganham menos à medida que o nível de escolaridade dos dois aumenta, e também enfrentam dificuldades e diferenças com relação aos tipos de cargos ocupados. A teoria da segmentação se mostra como um complemento à TCH, na medida em que não nega a

importância da educação, mas apresenta outras variáveis que ajudam a entender as diferenças salariais e de oportunidades no mercado de trabalho.

Diante do exposto, presume-se que as pessoas recém alfabetizadas abastecem o mercado secundário (menos tecnológico). A existência do mercado secundário é necessária para o funcionamento da economia, é parte integrante e indispensável. Serve como base de sustentação para o mercado primário, preserva o “trabalho sujo” para sustentar o “trabalho limpo” do mercado mais tecnológico. O mercado primário é caracterizado por grandes empresas, enquanto o secundário por médias e pequenas que muitas vezes são subcontratadas, agindo como subordinadas das grandes empresas, sendo, inclusive, terceirizadas. Porém, a educação continua como importante fator de desenvolvimento.

As críticas têm em comum com a TCH o fato de que a educação é um fator de desenvolvimento, mas não é o único. Paulo Freire, referência brasileira em educação e analfabetismo, conhecido internacionalmente, também apresenta um pensamento diferente da TCH. Freire (1978:79) tem uma visão mais ligada a corrente social, numa perspectiva marxista, enquanto a TCH uma visão mais econômica.

2.3.2. Contribuições de Freire

O educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), contribuiu para o desenvolvimento de uma abordagem analítica que distingue a alfabetização como mera habilidade técnica da alfabetização com um conjunto de práticas situadas, definindo-a por relações sociais e maiores processos culturais. Esta perspectiva destaca, por sua vez, os múltiplos usos da alfabetização no domínio da vida diária: direitos civis e políticos, local de trabalho, negócios, cuidados infantis, autoaprendizagem, desenvolvimento espiritual, recreação (LENÇO & ZUÑIGA, 2008; FRANSMAN, 2008 apud CEPAL, 2009, p. 18).

A abordagem de Freire parte de uma visão diferente da Teoria do Capital Humano de Schultz (1961:73), Becker (1964) e Mincer (1958:74). A TCH analisa a importância da educação para o desenvolvimento econômico, visando mais as questões de produtividade, emprego e renda. Enquanto isso, Freire (1978:79), em seu pensamento, analisa a importância da educação e do analfabetismo em um contexto social.

Seu pensamento relaciona muito bem a questão do analfabetismo com o contexto social de uma nação, ressaltando que o problema do analfabetismo teria que ser combatido na sua

origem, ou seja, na melhoria da estrutura social do país: “o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas” (GADOTTI, 2000, p. 279).

É fundamental ter como referência também suas contribuições para a educação de jovens e adultos, principalmente sua influência na alfabetização e no direito à educação básica. Suas obras serviram de referência não só para o Brasil, mas também para toda a América Latina. Freire (1978) tinha como objetivo a implantação de uma educação popular no Brasil com o principal objetivo de combater o analfabetismo, que segundo ele era expressão da pobreza, da miséria e do subdesenvolvimento.

Para Freire (1978), os problemas socioeconômicos de um país são as principais causas do analfabetismo, ninguém é analfabeto porque quer, as pessoas são submetidas e subordinadas às condições sociais em que seu país se encontra. E a principal forma de superar essa situação, segundo Freire (1978), seria o desenvolvimento. Desde o final da década de 50 do século passado até os dias atuais, os seus ideais influenciam e servem de inspiração para a educação, principalmente a alfabetização de jovens e adultos.

Freire (1979) enfatiza que o analfabetismo não é apenas o simples fato de não saber ler e escrever, onde o aprendizado disso, em uma forma “mecânica” não faria a pessoa deixar de ser analfabeta:

O analfabeto aprende criticamente a necessidade de aprender a ler e escrever. Prepara-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler (FREIRE, 1979, p. 71).

Freire dedicou sua vida em prol dos discriminados pela educação no Brasil e no mundo. Foi e continua sendo um ícone na luta das camadas populares pela igualdade de direitos. Seu maior desafio era despertar nessas camadas o seu direito de participar da sociedade, atingindo assim o seu nível de consciência crítica. Ele afirma:

(...) produzir os analfabetos (as) é arrancar-lhes a voz da participação, da cidadania e da vida social com dignidade. Ao analfabeto (a) rouba-se o direito de biografarem-se, isto é, de serem sujeitos que podem ter suas histórias de vida como seres sujeitos da história, a partir de suas participações efetivamente concretizadas (FREIRE, 1978, p. 232).

Eu sua compreensão inovadora, o analfabetismo era tido como produto de estruturas sociais desiguais, portanto, era efeito e não causa da pobreza. A alfabetização era vista como

uma ferramenta propícia ao exame crítico e à superação dos problemas que afetavam as pessoas e as comunidades.

O processo de alfabetização favorecia a conscientização das pessoas sobre as estruturas sociais e outros modos de dominação a quem estavam submetidos. Os analfabetos eram portadores e produtores de cultura. A educação teria o papel de libertar os sujeitos de uma consciência ingênua, herança de uma sociedade opressora, agrária e oligárquica (tratando do caso específico do Brasil), transformando-a em consciência crítica (UNESCO, 2008, p. 27).

Até o momento, analisou-se as definições e conceitos do analfabetismo, bem como sua importância econômica e social. A Teoria do Capital Humano apresenta a relação entre educação e desenvolvimento, enquanto a teoria da segmentação se mostra como alternativa para questões não abordadas pela TCH. Freire (1978:79), inclusive apresenta contribuições interessantes sobre o analfabetismo, em uma abordagem social, convergente com a abordagem econômica da TCH. Toda essa base teórica é fundamental para análise e compreensão das informações que são apresentadas nas próximas seções.

3. ECONOMIA, EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

O Município de Vitória da Conquista está localizado na microrregião do Planalto de Conquista, mesorregião Centro-Sul, região Sudoeste do Estado da Bahia, situada nas encostas da Serra do Periperi. O município de Vitória da Conquista possui uma área de 3.704.018 km². Para efeito de comparação, Salvador, a capital do Estado, possui uma área de “apenas” 692 km². Ou seja, Vitória da Conquista, em termos territoriais, é mais de cinco vezes maior que Salvador (IBGE, 2016).

Possui as seguintes coordenadas geográficas: 14°51'58" de latitude sul e 40°50'22" de longitude oeste. Possui o clima tropical de altitude, subúmido a seco, devido à elevação da cidade, que tem uma altitude em torno de 923 m acima do nível do mar, chegando a mais de 1.100 m nos bairros mais altos. Por isso é uma das cidades com clima mais ameno das regiões Norte e Nordeste, registrando temperaturas abaixo de 10 °C em alguns dias do ano, principalmente no mês de agosto que é o mais frio do ano, com médias de 17,6 °C. A temperatura média anual é de 20,3 °C, a umidade relativa do ar anual é de 77,5%, e a pluviosidade média anual é de 717,4 mm. (INMET, 2014 e PMVC, 2016).

A vegetação da região de Vitória da Conquista é distribuída em faixas: Faixa A – Caatinga; Faixa B – Carrasco, também conhecido como “campos gerais” ou cerrado; Faixa C – Mata de Cipó; Faixa D – Mata-de-Larga; e Faixas E e F – Mata Fria e Mata Fluvial Úmida. A zona rural da cidade é composta, predominantemente, por dois tipos de biomas, a Caatinga e a Mata Atlântica. O relevo é o planalto, geralmente pouco acidentado na parte mais elevada, suavemente ondulado, com pequenas elevações de topos arredondados. Seus vales são largos, desproporcionais aos finos cursos d’água que aí correm, de fundo chato e com cabeceiras em forma de anfiteatro. Ocorrem no platô elevações geralmente de encostas suaves, embora existam aquelas com encostas íngremes, que podem atingir 1.000m ou mais (PMVC, 2016).

Tem uma distância de 503 Km da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Faz limite, ao norte, com os municípios de Anagé e Planalto, ao sul, com Encruzilhada e Cândido Sales, a leste, com Itambé e Barra do Choça e a oeste com Anagé e Belo Campo (SEI, 2010):

Figura 3: Mapa territorial de Vitória da Conquista



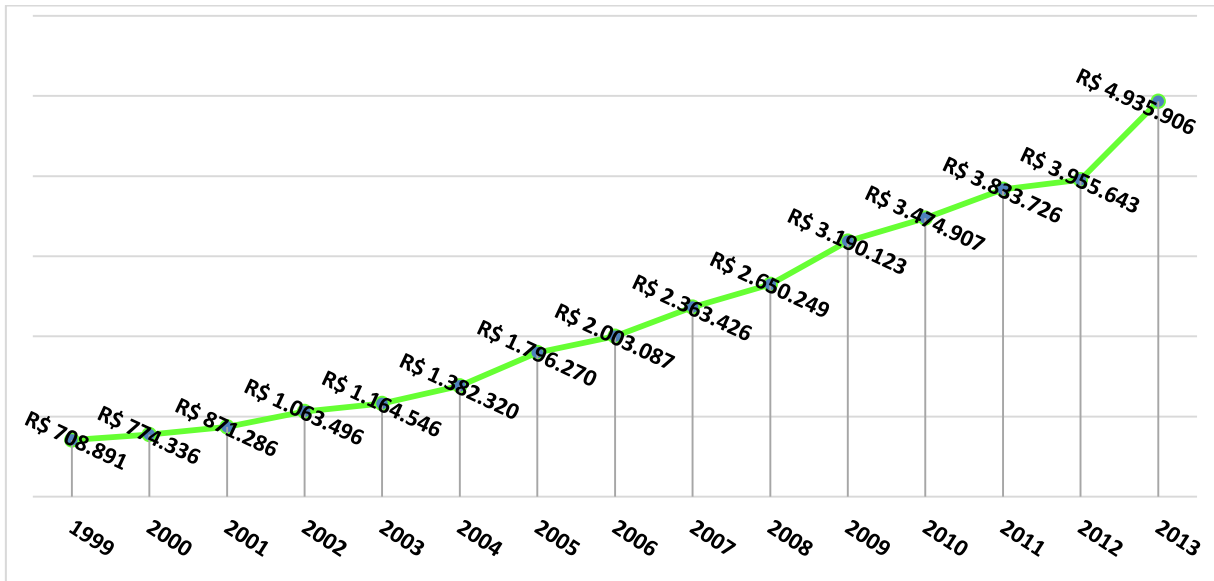
Fonte: IBGE, 2016.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Vitória da Conquista era 0,678, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é a longevidade, com índice de 0,788, seguida da renda, com 0,681, e da educação, com 0,581 (ATLAS, 2016).

Vitória da Conquista é um polo regional, maior cidade da região sudoeste da Bahia, responsável por abranger uma região de 70 municípios dessa região sudoeste da Bahia, além de 16 cidades do norte de Minas Gerais, influenciando uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas, colocando a cidade entre os 100 maiores centros comerciais do país (IBGE/PMVC, 2016). Há quem defenda, inclusive, que o município deveria se tornar uma Região Metropolitana do Sudoeste baiano, dado o seu potencial econômico e sua influência regional (CORDEIRO, 2010).

Segundo o IBGE (2016), em 2013 Vitória da Conquista possuía a 5ª maior economia da Bahia, com participação de 2,42% no Produto Interno Bruto (PIB) estadual. No ano de 2013, as riquezas produzidas em solo conquistense geraram R\$ 4.935.906 bilhões, um aumento de 24,8% em relação ao ano de 2012. Entre 1999 a 2013, o PIB municipal apresentou um crescimento superior a 596%, passando de R\$ 708.891 milhões para R\$ 4.935.906 bilhões, respectivamente. À frente de Vitória da Conquista só estão Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Candeias (IBGE, 2016):

Gráfico 1: Evolução do PIB, série revisada a preços correntes, de Vitória da Conquista - 1991 à 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE

O destaque da economia municipal é o setor de serviços que, em 2013, era responsável por 56,29% do PIB do município, com R\$ 2,778 bilhões. A grande força do PIB está neste setor, que é o responsável por ditar a dinâmica econômica da cidade. O comércio forte e dinâmico, os serviços educacionais e os de saúde contribuem de maneira fundamental para o crescimento desse setor. Os outros setores são: a indústria, com R\$ 681.119 milhões (13,80%); a agropecuária, com R\$ 76.556 (1,55%); administração pública, com R\$ 786.447 milhões (15,93%); e impostos, com R\$ 613.430 milhões, representando (12,43%). A construção civil também é um vetor importante de crescimento, apresentando grande desenvolvimento nos últimos anos, e boa participação na geração de emprego (IBGE, 2013).

Os gastos com a educação, entre 2000 e 2010, em Vitória da Conquista tiveram um aumento de 295%, saltando de R\$ 19.960.749,13 para R\$ 78.979.990,75. Porém, a participação da educação no orçamento municipal se manteve constante ao longo do período analisado, apresentando até uma pequena queda, passando de 25,73% em 2000, para 24,85% em 2010. Nesse período, a participação da educação no orçamento teve fases decrescentes e baixas, como em 2005 com 15,8%, tanto que a variação média foi de 21,32% em 11 anos analisados (TCM-BA/PMVC apud NOVAIS e GUSMÃO, 2013).

Em 2010, o orçamento da educação municipal era predominantemente destinado aos programas de educação fundamental, que representavam 84,04%. Em 2000, esse percentual era ainda maior, 95,89%. Os gastos com educação infantil representavam apenas 8,07% em 2010, já para os programas de educação de jovens e adultos era destinado somente 0,45% do total.

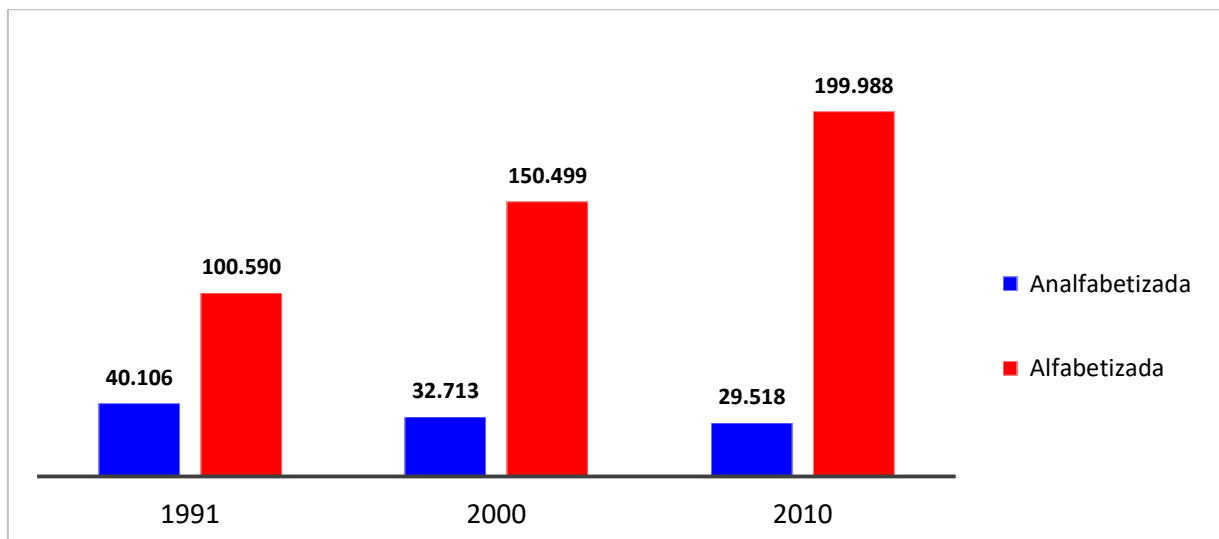
Em 2000, a situação era pior, não era destinado, nenhum recurso, para a educação de jovens e adultos em Vitória da Conquista (SMED apud NOVAIS e GUSMÃO, 2013).

Segundo o IBGE (2016), estima-se que o município de Vitória da Conquista possua, em 2016, uma população de 346.069 habitantes, sendo que em 2010 possuía 306.866 habitantes. Em 2014, possuía a 3ª maior população da Bahia e a 74ª nacional, a densidade demográfica era de 91,85 hab/km². Em 2010, a população urbana era de 274.739, enquanto a rural de 32.127, representando 89,53% e 10,47% do total, respectivamente. A população masculina era de 147.879, representando 48,19% da população total, já a feminina de 158.987 e representava 51,81% (IBGE, 2013/2014).

Apesar dos elevados índices de crescimento registrados desde o final dos anos 90, acompanhado também pela grande elevação do orçamento municipal destinado a educação, a queda do número de analfabetos e das taxas de analfabetismo não são tão expressivas, e estão longe de acompanhar os índices de crescimento econômico. E apesar destas quedas, os índices de analfabetismo de jovens e adultos, principalmente entre 2000 e 2010, permaneceram praticamente constantes.

A PIA⁵, em 2010, era de 229.506 habitantes. A população em estado de analfabetismo era de 29.518 habitantes (IBGE, 2010), conforme se verifica no Gráfico 2:

Gráfico 2: Evolução da População Alfabetizada e Analfabeta População em Idade Ativa, Vitória da Conquista-BA: 1991 à 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Dados dos Censos demográficos, 1991, 2000 e 2010.

⁵Segundo o IBGE, a PIA – População em Idade Ativa – compreende a População Economicamente Ativa (PEA) e a População Não Economicamente Ativa, as pessoas com 15 anos e mais de idade.

No Gráfico 2 é possível analisar a evolução do número de analfabetos em Vitória da Conquista, com base em estudos do Censo e informações disponíveis do IBGE, entre 1991 e 2010. Observa-se que o número de analfabetos da PIA vem caindo gradativamente, enquanto a população alfabetizada nessa faixa etária de 15 anos ou mais de idade praticamente dobrou. Porém, a queda da população analfabeta entre os Censos de 2000 e 2010 foi menor, em 10 anos o número de analfabetos caiu apenas em 3.197 pessoas, enquanto que entre os Censo de 1991 e 2000 a queda foi de 7.393 pessoas, levando ainda em consideração que o aumento da população alfabetizada nessas duas décadas foi praticamente o mesmo, aproximadamente 50 mil habitantes.

Analisando os números friamente, nota-se que apesar da grande queda no número de analfabetos de 15 ou mais de idade, este número ainda é significativo. Para efeito de comparação, segundo o IBGE (2010), o Estado da Bahia atualmente possui 417 municípios, desses 317 têm população inferior ao número total de analfabetos da PIA de Vitória da Conquista, ou seja, mais de 75% dos municípios baianos tem uma população total inferior à 29.518 habitantes. Assim, apenas a população adulta em estado de analfabetismo do município é maior que a população de 3/4 (três quartos) das cidades baianas, vale ressaltar que a Vitória da Conquista possui a terceira maior população da Bahia.

Isso dá uma dimensão de como esse número é alto e mostra que esse fator pode sim ser um diferencial econômico do município, por se tratar apenas da população adulta, que não está exercendo sua plena produtividade na cidade devido às limitações impostas pelo analfabetismo. Com um grande número da PIA em estado de analfabetismo, a cidade perde muito em produtividade e qualidade no trabalho. Esse fator impacta diretamente a renda individual e municipal, sendo importante inclusive no crescimento do PIB da cidade. Veremos agora um comparativo entre as taxas de analfabetismo municipal, estadual, regional e nacional.

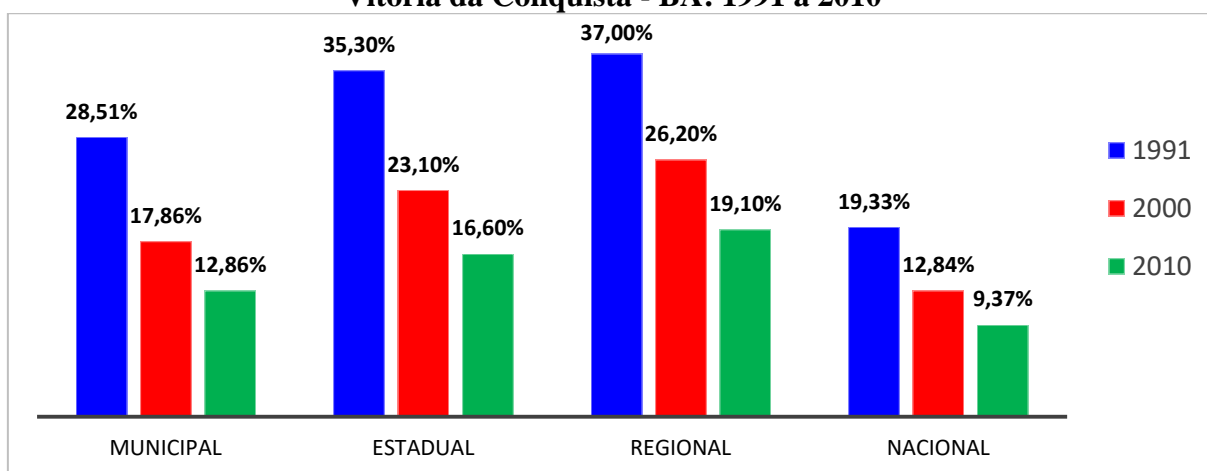
3.1. Taxa de analfabetismos em relação à Bahia, o Nordeste e o Brasil

Quando se analisa a taxa de analfabetismo de Vitória da Conquista ao longo de 20 anos, em relação a Bahia e o Nordeste a situação se torna um pouco mais otimista ou pelo menos não tão trágica. Porém, isso não é para ser comemorado, longe disso, se comparado às taxas em relação ao Brasil, Vitória da Conquista está abaixo.

Segundo a UNESCO (2013/14), em 2012, o Brasil tinha a 8ª maior população analfabeta com 15 anos ou mais de idade do mundo, com aproximadamente 14 milhões de analfabetos.

Esse valor equivale à 38,5% de toda a população analfabeta adulta da América Latina, que é de 36 milhões de pessoas, considerando que o Brasil possui a maior população, porém é um universo de muitos países que possuem populações grandes, principalmente, o México e a maior parte dos países da América do Sul. A meta de taxa de analfabetismo, estabelecida pela ONU, foi de 6,7%, para 2015 e a meta nacional do PNE 2014-2024, para o mesmo ano, foi de 6,5%. Usaremos como referência de análise a meta nacional e veremos a seguir como Vitória da Conquista está longe dessa meta em 2010:

Gráfico 3: Evolução da Taxa de Analfabetismo População em Idade Ativa, Vitória da Conquista - BA: 1991 à 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Dados dos Censos demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Em 1991, 28,51% da PIA do município era analfabeta, essa taxa teve uma queda de 10,65% para o ano de 2000, caindo para 17,86%. Posteriormente caiu mais 5% de 2000 para 2010, ficando com 12,86% da população adulta analfabeta. Esse número é praticamente o dobro da meta estabelecida pela PNE 2014-2024 para 2015. Não é difícil prever que, em 2015, a taxa de analfabetismo da PIA de Vitória da Conquista passaria bem longe dessa meta, considerando as variações entre 1991 e 2010. Fica claro também que, apesar da taxa de analfabetismo⁶ ter caído mais da metade nas últimas duas décadas, a taxa referente a essa queda, de uma década em relação à outra, diminuiu para mais da metade também, ou seja, de 1991 para 2000 essa taxa foi de 10,65%, já de 2000 para 2010 foi apenas de 5%. Assim, houve uma queda no processo de alfabetização.

Esse fato é preocupante, mas deve-se levar em conta que o número de pessoas analfabetas caiu de uma década para outra. A taxa de queda do analfabetismo não teria como

⁶Taxa de analfabetismo - percentagem das pessoas analfabetas de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. (IBGE, 2016).

se manter constante. A diferença entre a taxa de decréscimo de uma década para a outra tende a diminuir, ou seja, a velocidade na taxa de diminuição do analfabetismo tem diminuído, mas isso é natural, visto que os primeiros resultados sempre serão mais impactantes e abrangentes, pois vão atingir um número maior de pessoas.

Quando faz a comparação entre a taxa de analfabetismo de Vitória da Conquista e a taxa nacional, a situação também não parece tão confortável quanto se imagina. A taxa de analfabetismo nacional, segundo o Censo de 2010, estava em 9,37%. Isso significa que a taxa municipal está acima 3,49 pontos percentuais em relação à taxa nacional que, se comparado a outras nações desenvolvidas e até mesmo subdesenvolvidas, também é alta, basta observar que também que está acima da meta das Nações Unidas.

Entretanto, essa diferença em relação à taxa nacional vem caindo nas últimas duas décadas. Essa diferença em 1991 era de 9,18 pontos percentuais, em 2000 de 5,02 e em 2010 já estava em 3,49. Isso significa que a taxa de analfabetismo do município vem caindo mais rapidamente em relação à taxa nacional. Se a taxa ainda é maior que a taxa nacional, ao menos a cidade está conseguindo diminuir essa diferença e a tendência é que nas próximas duas décadas fique próxima ou até abaixo da taxa nacional. É claro, se for mantida a média das últimas duas décadas, considerando que na última década os números não foram tão significativos quanto da década de 1990. Porém, a tendência é de diminuição nestes níveis de queda, mantendo as taxas de analfabetismo praticamente constantes, sem grandes variações positivas.

A situação melhora quando se compara a situação da cidade com a região Nordeste e a Bahia. A situação do Nordeste é a pior, ao longo dos últimos três censos (1991, 2000 e 2010) a taxa de analfabetismo vem caindo, mas ainda é muito alta: 37%; 26,2% e 19,1%, respectivamente. A Bahia também não apresenta bons resultados e apesar de as taxas também apresentarem queda (35,3%; 23,1% e 16,6%, respectivamente), a taxa de analfabetismo ainda é muito elevada, quase o dobro da taxa nacional.

Vitória da Conquista apresenta índices bem melhores quando comparado ao seu Estado (Bahia) e a sua Região (Nordeste). Porém, ainda está acima dos índices nacionais. Em 2010, as regiões Sudeste (5,28%), Sul (4,95%) e Centro-oeste (6,99%), foram as responsáveis por impulsionar os resultados do índice de analfabetismo nacional. Possuíam uma população maior, mais desenvolvidas e apresentavam índices bem melhores em relação ao Norte (11,12%) e ao Nordeste (19,10%), conseqüentemente exerciam maior influência sobre os números obtidos para o país. Agora, veremos como a cidade está posicionada no mapa estadual e nacional do analfabetismo.

3.1.1. Posição do analfabetismo de Vitória da Conquista na Bahia e no Brasil

É importante conhecer, de forma mais detalhada, como a questão do analfabetismo em Vitória da Conquista se encontra no cenário estadual e nacional para entender que a situação da cidade está muito longe de ser confortável, muito pelo contrário. Nessa nova perspectiva, fica mais claro que a situação é ruim e não tem mostrado sinais relevantes de melhora.

O coeficiente da taxa municipal de analfabetismo em relação às taxas estadual e nacional indica quantas vezes a taxa de analfabetismo municipal é superior ou inferior às taxas estadual e nacional. O coeficiente é obtido pela função de divisão da taxa municipal sobre as taxas estadual e nacional, separadamente:

$$C^E = \frac{T^{AM}}{T^{AE}} \quad \text{e} \quad C^N = \frac{T^{AM}}{T^{AN}}$$

Onde,

C^E = Coeficiente estadual

T^{AM} = Taxa de analfabetismo municipal

T^{AE} = Taxa de analfabetismo Estadual

C^N = Coeficiente nacional

T^{AN} = Taxa de analfabetismo nacional

O coeficiente mostra uma melhora municipal das taxas de analfabetismo. Entre 2000 e 2010 houve uma queda tanto estadual, quanto nacionalmente, passando de 0,812 para 0,793 em relação à Bahia, e de 1,391 para 1,372 ao Brasil. E quedas de 0,21 e 0,19, respectivamente, porém não tão significativas.

Tabela 1: Condição do analfabetismo de Vitória da Conquista em relação à Bahia e o Brasil, 2000-2010

Descrição	Bahia		Brasil	
	2000	2010	2000	2010
Posição no <i>ranking</i> de municípios pela população analfabeta	3°	3°	29°	23°
Posição no <i>ranking</i> de municípios pela taxa de analfabetismo	392°	390°	2.682°	2.793°
Participação do município no total da população analfabeta	1,69%	1,75%	0,21%	0,22%
Coeficiente da taxa de analfabetismo municipal pelas taxas estadual e nacional	0,812	0,793	1,391	1,372

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE-PNAD. Dados dos Censos demográficos: 2000 e 2010.

Na Tabela 1, inicialmente se observa a posição de Vitória da Conquista no *ranking* pelo total da PIA analfabeta. Na Bahia, a cidade fica na 3ª posição, sem variação entre 2000 e 2010, assim como no *ranking* de população total. Como as três cidades mais populosas do estado têm grandes diferenças populacionais entre si e, nesse sentido, também se encontram em uma posição de destaque em relação às demais cidades do estado, a posição da população analfabeta tende a seguir a mesma da população total. Nesse *ranking*, quanto maior a posição do município, melhor.

Porém, a posição nacional do município piorou na década analisada, passou da 29ª posição, em 2000, para a 23ª, em 2010. Isso significa dizer a população analfabeta de Vitória da Conquista é 23ª maior do país, para efeito de comparação, nesse mesmo ano de 2010, a cidade era 78ª cidade mais populosa do país (IBGE, 2010). Esse fato é explicado porque a maioria das cidades mais populosas que Vitória da Conquista estão nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, lugares que possuem os menores índices de analfabetismo do país.

No *ranking* de posição pela taxa de analfabetismo, quanto maior for a posição melhor será a taxa municipal. E nesse *ranking*, a situação de Vitória da Conquista na Bahia se mostra preocupante. Piorou duas posições em dez anos, passando da 392ª posição, em 2000, para 390ª, em 2010. Em um estado que está entre os que têm as piores taxas de analfabetismo do país, apesar de, segundo o IBGE (2013), apresentar os melhores índices do Nordeste, estar na 390ª posição em um total de 417 municípios, tendo 27 municípios com melhores taxas de analfabetismo, é uma situação a ser superada pela cidade.

Nacionalmente, a condição é ainda pior, apesar de apresentar uma melhora em mais de 100 posições na década (2.682ª em 2000 e 2.793ª em 2010). Segundo o IBGE, em 2010, o Brasil tinha 5.565 municípios, sendo que 2.772 desses apresentam taxas de analfabetismo menores que Vitória da Conquista, praticamente metade dos municípios brasileiros.

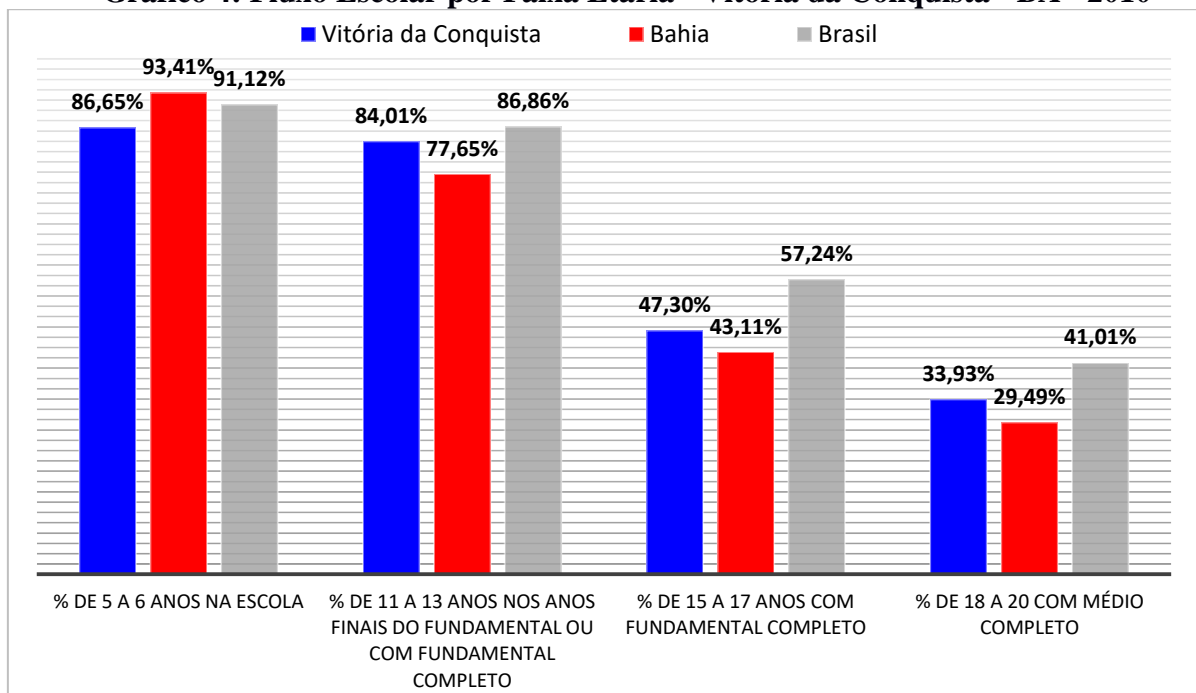
A participação do município no total da população analfabeta mostra o percentual referente à participação da população analfabeta de Vitória da Conquista no total dessa mesma população no estado e no país. De 2000 para 2010, a participação aumentou em ambos os casos, passando de 1,69% para 1,75% na participação estadual e 0,21% para 0,22% na nacional. O ideal seria que essa participação diminuísse, o que não está acontecendo.

É preciso ter como meta superar a taxa nacional e para isso, vamos ver agora a situação do fluxo, nível e vasão escolar da cidade.

3.1.2. Fluxo escolar em relação à Bahia e o Brasil

O fluxo escolar é um dos fatores que têm que ser analisados para compreender a situação em que se encontra o analfabetismo de Vitória da Conquista. Os resultados das pesquisas sobre fluxo escolar vão de encontro aos obtidos em relação ao analfabetismo, são semelhantes, justificando sua importância na influência e no impacto sobre o analfabetismo.

Gráfico 4: Fluxo Escolar por Faixa Etária - Vitória da Conquista - BA - 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNUD, IPEA e FJP. Dados do Censo demográfico, 2010.

O Gráfico 4 mostra o fluxo escolar dividido por faixa etária entre as categorias de ensino, até completar o ensino médio. Antes de tudo, é preciso uma atenção especial na faixa de 5 a 6 anos na escola. Em 2010, nem Vitória da Conquista, nem a Bahia e nem o Brasil conseguiram uma taxa superior à 93,5% que é a meta de alfabetização da PNE 2014-2024 para 2015. Para atingir a meta de 2015 seria necessário que, já em 2010, mais de 93,5% das crianças de 5 a 6 anos de idades estivessem na escola, e os número mostram que isso não está acontecendo. Um dado está diretamente relacionado ao outro, esse é o principal motivo pelo qual o Brasil, a Bahia e Vitória da Conquista não conseguirão atingir a meta de alfabetização, muito pelo contrário, estarão bem longe dessa meta.

Outra análise interessante para esse gráfico é que os resultados na faixa entre 11 e 20 anos de idade, do ensino fundamental ao ensino médio completo, são parecidos com os obtidos sobre analfabetismo. Nessa faixa, os melhores resultados continuam com o Brasil, Vitória da

Conquista fica em segundo e a Bahia em último, seguindo a mesma tendência das taxas de analfabetismo.

Entretanto, na faixa de indivíduos entre 5 e 6 anos de idade que estão na escola a Bahia passa a ter os melhores resultados, e Vitória da Conquista cai para último. Os resultados dessa faixa de idade são importantes porque mostram a porcentagem de cobertura populacional atingida nos primeiros anos da escola. Ou seja, de cada 100 crianças, na faixa entre 5 e 6 anos, 7 não estão na escola na Bahia, no Brasil esse número sobe para 9 e em Vitória da Conquista chega a 14, o dobro da Bahia. Esses números de 2010 já mostram resultados obtidos pela Bahia.

Segundo o IBGE (2013), a Bahia foi o estado que mais diminuiu o número de analfabetos em todo o Brasil e o que teve a melhor evolução das taxas no Nordeste. É preciso entender o porquê desse número elevado de crianças fora da escola em Vitória da Conquista, essas crianças, no mínimo, estarão com situação irregular nos estudos.

Em 2010, 76,59% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 63,01% e, em 1991, 62,60%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 14,39% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 4,07% e, em 1991, 2,62% (IBGE, 2010). Quando se analisa os números dessa forma há melhoras, principalmente no ensino superior.

A população de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo da cidade, passou de 24,90%, em 1991, para 32,86%, 2000, e por fim para 49,26% em 2010. Esses números na Bahia eram 30,09%, 39,76% e 54,92, respectivamente (IBGE, 2010). Os números da Bahia, de 2000 e 2010, são melhores, mas isso não quer dizer que seja algo positivo. Pessoas dessa faixa etária podem ter entrado no grupo com ensino médio completo, nesse ângulo, Vitória da Conquista apresentaria uma vantagem em relação à Bahia.

Outro indicador importante é o de expectativa de anos de estudo que sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo de uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 7,86 anos para 8,75 anos, no município, enquanto na Bahia passou de 7,28 anos para 8,63 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 6,16 anos, no município, e de 5,75 anos, na Bahia (IBGE 2010).

Os números de Vitória da Conquista são melhores que os da Bahia, porém a diferença caiu muito na última década (0,58 para 0,12), depois de ter aumentando entre 1991 e 2000 (0,41 para 0,58). A expectativa de anos de estudo, acima de 8 anos, já seria suficiente para completar o antigo ensino fundamental que iria até a 8ª série e que ainda prevalecia em 2010.

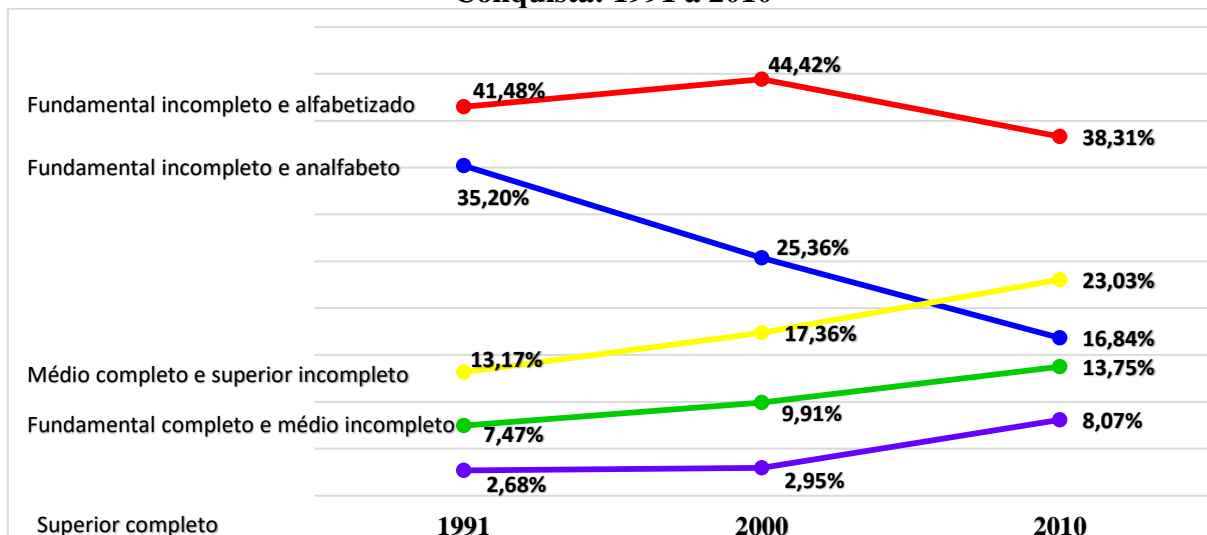
Depois de analisar o fluxo escolar das faixas etárias menores, faz-se necessário realizar

uma análise do nível de escolaridade da população com idade superior a já analisada (25 anos ou mais de idade).

3.1.2.1. Nível de escolaridade

Foram obtidas informações sobre a escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade em Vitória da Conquista, ao longo dos três últimos censos. É importante ressaltar alguns fatos a respeito dos resultados mostrados no Gráfico 5:

Gráfico 5: Escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade em Vitória da Conquista: 1991 à 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNUD, IPEA e FJP. Dados do Censo demográfico, 2010.

Diante das informações do gráfico, alguns fatores devem ser destacados. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 16,84% eram analfabetos ou fundamental incompleto, 44,85% tinham o ensino fundamental completo, 31,10% possuíam o ensino médio completo e 8,07%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

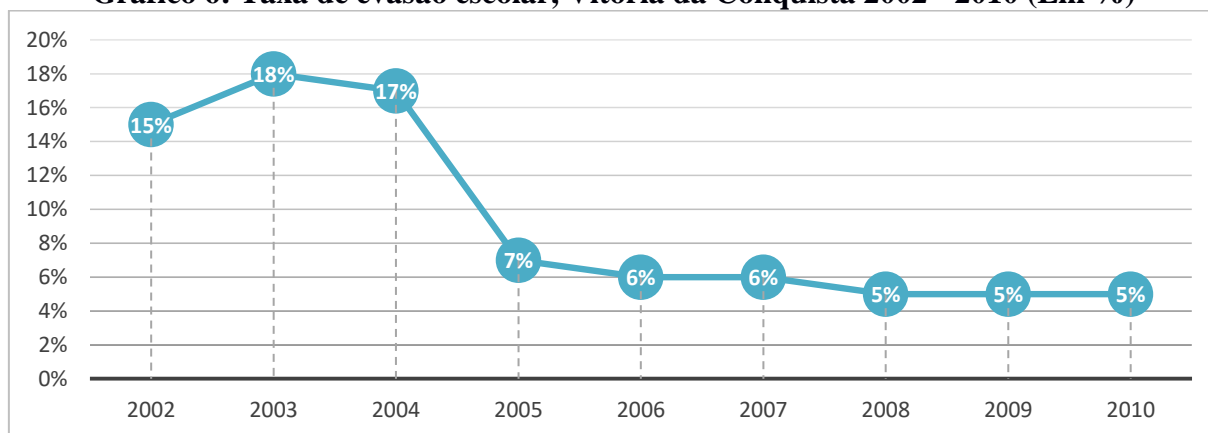
Ao longo das duas décadas analisadas, houve um aumento semelhante no número de pessoas com ensino fundamental, médio e superior completos. A população com fundamental incompleto e alfabetizada apresentou pouca variação (41,48%, 44,42% e 38,31%, respectivamente entre 1991, 2000 e 2010). A população analfabeta com 25 anos ou mais, que se encontra na categoria de ensino fundamental incompleto e analfabeta, foi a que mais apresentou variação em valores absolutos, entre 1991 e 2010, passando de 35,20% para 16,84%.

O ensino superior completo foi o que mais apresentou melhoras na última década, depois de se manter estável de 1991 à 2000. Entre 2000 e 2010, a população acima de 25 anos com nível superior completo passou de 2,95% para 8,07%. Esse número tende a aumentar, na virada da última década a cidade teve um grande impulso na educação de nível superior, com a chegada de mais faculdades e implantação de novos cursos nestas novas faculdades, e também nas já existentes.

3.1.2.2. Evasão escolar

No que diz respeito a taxa de evasão escolar, entre 2002 e 2010, as informações do Gráfico 6 ilustram a situação do município:

Gráfico 6: Taxa de evasão escolar, Vitória da Conquista 2002 - 2010 (Em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SMED, 2012.

No gráfico 6, observa-se que a taxa de evasão apresentou uma queda de 10% ao longo do período analisado (8 anos). Essa queda se deu muito pela variação de 2004 para 2005 que teve a maior queda de todo o período analisado, coincidindo com o período de implantação do bolsa família, que pode ser a razão de tal queda. Nos demais anos a taxa se manteve constante, chegando à 5%, em 2010. Isso mostra que os alunos estão ficando cada vez mais nas escolas, sendo mais frequentes e o nível de abandono escolar caiu consideravelmente.

Deve-se considerar que essa pesquisa abrange as crianças que estão se mantendo na escola na educação básica, os dados em relação aos adultos não apresentam relevância significativa no resultado dessa pesquisa. O investimento na educação básica se mostra mais eficaz para a permanência e continuidade das crianças na escola, não surtindo muito efeito na captação de adultos analfabetos para voltar aos estudos.

A Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Vitória da Conquista possui 182 escolas na rede municipal, sendo 140 na zona rural e 41 na zona urbana. São mais de 41 mil alunos atendidos na Rede Municipal de Ensino por 1.785 professores (SMED-PMVC, 2014). Sendo assim, é importante analisar também as questões de analfabetismo por gênero e por zonas (rural e urbana) no município. Vitória da Conquista possui uma população rural consideravelmente grande em quantidade e essa população está distribuída e espalhada em um território grande e vasto.

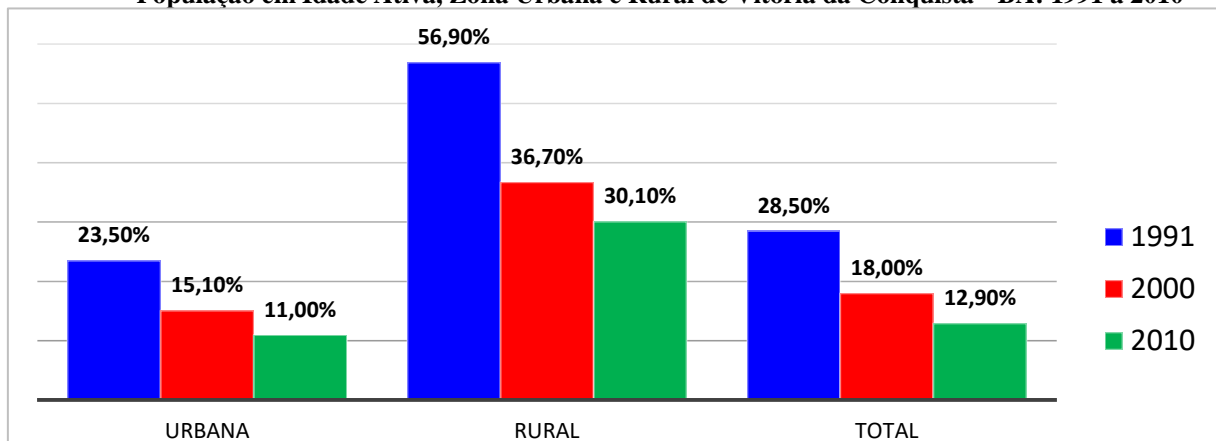
3.2. O Analfabetismo nas zonas rural e urbana

A zona rural de Vitória da Conquista é muito vasta, possui mais de 30 mil habitantes espalhados em quase 300 povoados, fazendas, e principalmente distritos, que são maiores e mais organizados, são onze no total: Bate-Pé, Cabeceira da Jiboia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião e Veredinha (PMVC, 2016).

Muitos desses povoados e distritos não são pavimentados, e também são de difícil acesso, que muitas vezes se dá por estradas de chão e em períodos de chuva é torna-se mais complicado esse acesso, os moradores acabam isolados. Esse fato também dificultou à essa população o acesso a uma educação básica de qualidade, o que faz o índice de analfabetismo da zona rural ser bem maior em relação à zona urbana.

Ao longo das últimas duas décadas analisadas é possível analisar as taxas de analfabetismo da PIA nas zonas rural e urbana de Vitória da Conquista:

Gráfico 7: Evolução da Taxa de Analfabetismo População em Idade Ativa, Zona Urbana e Rural de Vitória da Conquista - BA: 1991 à 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Dados dos Censos demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Como mostra o Gráfico 7, Vitória da Conquista apresenta uma grande discrepância em suas taxas de analfabetismo quando se comparam as zonas rural e urbana da cidade. Em 2010 a taxa de analfabetismo na zona rural era, praticamente, três vezes maior que na zona urbana. E no começo dos anos 90 mais da metade da população rural com 15 anos ou mais de idade era analfabeta. Os números da zona urbana são melhores, mas as taxas das duas zonas estão em proporções próximas.

O número baixo de pessoas em idade ativa morando na zona rural, em relação à população urbana, explica o fato de os 30,3% da população analfabeta não ter muito impacto na elevação da taxa total de analfabetos do município, 12,9%. A taxa de analfabetismo da população urbana, 11%, exerce maior influência, pois a população representa, praticamente, 90% da população total da cidade.

No Brasil, em 2010, a taxa da PIA analfabeta urbana era 7,06%, enquanto a rural era de 22,89%. Na Bahia, 11,23% urbana e 29,78% rural (IBGE, 2010). Os números de Vitória da Conquista são piores que a Bahia, exceto urbana, e o Brasil. Em relação à Bahia, a diferença é pouca em ambas as zonas, já em relação ao Brasil, a diferença é bem maior, tanto rural quanto urbana.

Porém, nos três casos, cabe salientar que, considerando as especificidades e as diferenças existentes entre as localidades rurais e urbanas, os números sugerem que há a necessidade de ações mais concentradas para a elevação da taxa de alfabetização (ou diminuição da taxa de analfabetismo) de pessoas com 15 anos ou mais de idade residentes nas localidades rurais.

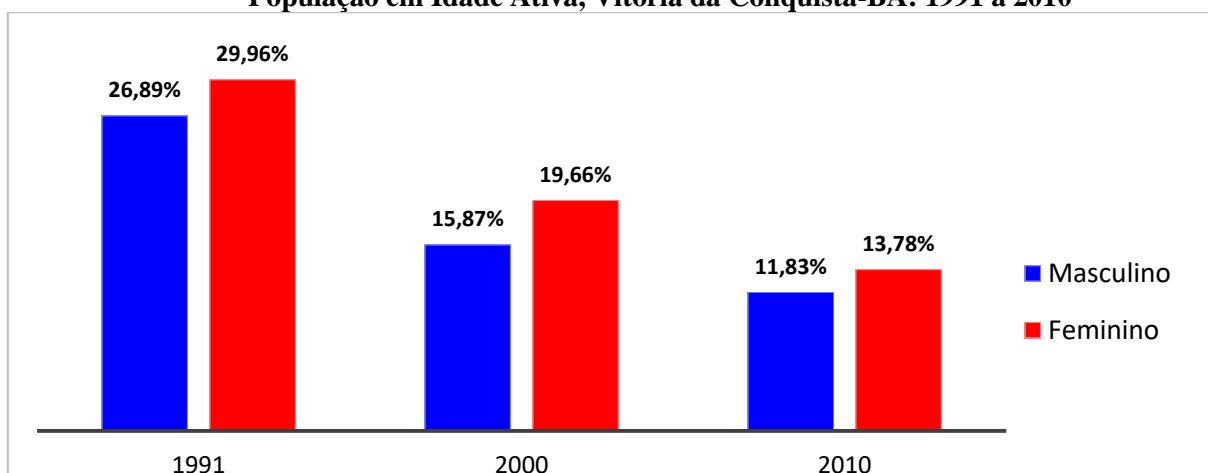
Essa taxa de analfabetismo elevada da zona rural também é mais um indicador do quanto a questão do analfabetismo influencia na renda da população. Para entender melhor, o valor do rendimento médio nominal mensal na zona rural de Vitória da Conquista é de R\$ 856,00, enquanto na zona urbana esse valor sobe para R\$ 2.105,97 (IBGE, 2014).

Assim, observa-se que uma maior instrução educacional influencia na renda. A população urbana possui um nível educacional maior em relação à população da zona rural, justificando essa diferença na renda. As questões de gênero também são relevantes, principalmente por apresentar diferenças de rendimentos quando homens e mulheres possuem a mesma qualificação e nível de instrução, argumento que é abordado pela teoria da segmentação.

3.3. Analfabetismo por sexo

As taxas analfabetismo, em Vitória da Conquista, entre homens e mulheres com idade de 15 anos ou mais se mantém próximas, conforme se verifica no Gráfico 8:

**Gráfico 8: Evolução da Taxa de Analfabetismo por Sexo
População em Idade Ativa, Vitória da Conquista-BA: 1991 à 2010**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Dados dos Censos demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Percebe-se que, ao longo dos últimos 20 anos, a taxa de analfabetismo por sexo vem caindo de forma constante no município. As diferenças entre as taxas de analfabetos de homens e mulheres sempre se mantiveram consideravelmente próximas, e em 2010 apresentou a menor diferença ,1,95 pontos percentuais. Mesmo assim a taxa de analfabetismo ainda é maior entre as mulheres, 13,78% contra 11,83% dos homens.

Porém, nesse quesito especificamente, Vitória da Conquista apresenta uma diferença em relação à Bahia e o Brasil. Enquanto a taxa de analfabetismo do sexo feminino é maior que a do masculino na cidade, na Bahia e no Brasil a taxa feminina é menor que a masculina. Em 2010, na Bahia, 15,53% das mulheres com 15 anos ou mais de idade eram analfabetas, contra 16,94% dos homens. No Brasil, as mulheres analfabetas eram 9,09% do total, contra 9,69% dos homens (IBGE, 2010). Nesta análise, Vitória da Conquista também continua à frente da Bahia e atrás do Brasil, como na maioria dos estudos analisados.

Em 2010 o município possuía uma população feminina maior que a masculina: 158.987 mulheres e 147.879 homens. Existiam 11.108 mulheres à mais que homens em Vitória da Conquista. As mulheres representavam 51,81% da população da cidade, enquanto os homens 48,19% (IBGE, 2010).

Estudos feitos em 2006, pela FGV⁷, citados anteriormente nesse trabalho, mostram que indivíduos que se alfabetizaram obtiveram retorno médio de 10% no intervalo de um ano. Esse retorno mostrou-se maior entre as mulheres, 20,3% contra 6,2% entre os homens (FGV, 2009). Levando em consideração esses dados e o número de mulheres analfabetas do município ser maior que o número de homens, é possível constatar os efeitos que um processo de alfabetização traria ao município, principalmente com base nos retornos para o sexo feminino.

Analisou-se, neste capítulo, a economia e os gastos com a educação, além da PIA analfabeta de Vitória da Conquista e sua condição de analfabetismo na cidade em relação à Bahia, o Nordeste e o Brasil. E também, fluxo, nível e evasão escolar. Diante disso, analisamos a seguir o analfabetismo municipal em relação aos fatores de crescimento econômico: condições de trabalho (atividade e ocupação) e renda.

⁷ Fundação Getúlio Vargas (FGV) é uma instituição privada brasileira de ensino, pesquisa e extensão. Foi fundada em 1944 com o objetivo inicial de preparar pessoas qualificadas para a administração pública do Brasil.

4. POPULAÇÃO ANALFABETA DE VITÓRIA DA CONQUISTA FRENTE ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDA DO MUNICÍPIO

Em uma análise mais específica, baseada no cruzamento de dados do IBGE disponíveis no Censo demográfico de 2010, através do sistema Sidra, é possível verificar a situação dos analfabetos dentro do mercado de trabalho de Vitória da Conquista. O censo classifica a população analfabeta em dois grupos: os analfabetos plenos ou absolutos; e os analfabetos funcionais (segundo a CEPAL, 2009, no caso do Brasil, com menos de 4 anos de estudo), que sabem ler, porém, não sabem interpretar ou entender o que leem.

Essa classificação tem o intuito de analisar as diferenças entre os dois grupos de analfabetos e mostrar que o mínimo grau de instrução à mais pode causar impactos positivos para o analfabeto, principalmente no que diz respeito ao trabalho e a renda, mesmo entre diferentes grupos de analfabetismo (plenos e funcionais). É importante analisar o analfabetismo funcional de maneira complementar ao analfabetismo. Ambos possuem pouco ou quase inexistente raciocínio lógico em matemática. Com isso, serão analisados nesse capítulo as condições de atividade e ocupação no trabalho, e de renda da população analfabeta municipal

4.1. Analfabetos por condição de atividade

A Tabela 2 demonstra a condição de atividade da PIA analfabeta em Vitória da Conquista em 2010:

Tabela 2: Analfabetos por condição de Atividade, Vitória da Conquista – 2010

Situação	Analfabeto	Percentual %	Acumulado %
Econômica Ativa	Pleno	7,87	7,87
	Funcional	92,13	100
Percentual total dos analfabetos		65,16	
Econômica Não Ativa	Pleno	23,07	23,07
	Funcional	76,93	100
Percentual total dos analfabetos		34,84	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE-PNAD. Dados do Censo demográfico, 2010.

Na Tabela 2 observa-se que a condição de atividade está dividida em dois grupos: quantidade de analfabetos na PEA – População Economicamente Ativa⁸ que representa 65,16%

⁸População Economicamente Ativa: Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. (IBGE, 2016).

de analfabetos entre os indivíduos com 15 anos ou mais de idade; e PNEA – População Não Economicamente Ativa⁹ que representa 34,84%.

Na população que se encontra economicamente ativa, os analfabetos plenos representam 7,87%, já os funcionais, que sabem ler alguma coisa, porém não conseguem entender o que leem, representam 92,3. Entre a não economicamente ativa, os plenos somam 23,07%, enquanto os funcionais somam 76,93%.

Assim, verifica-se que 34,84% da PIA analfabeta não tem potencial econômico significativo para o município. Essas pessoas são aquelas que estão acima de 64 anos de idade e são classificadas como Não Economicamente Ativas por não possuírem mais potencial produtivo, além de pessoas com faixa etária menor aposentadas por invalidez ou algum tipo de deficiência física ou mental, entre outros, que não exercem qualquer atividade econômica produtiva. E nessas condições a taxa de analfabetismo pleno é maior, chega a 23,07% da PNEA.

A PEA representa o potencial produtivo, e podemos perceber que a taxa de analfabetos nessa faixa que não sabem ler (plenos) é bem menor, 7,87%. Porém, não quer dizer que todos os analfabetos em condição economicamente ativa estejam no mercado de trabalho.

4.2. Analfabetos por condição de ocupação

Busca-se agora, analisar como essa PEA analfabeta está distribuída em condições de ocupação e verificar quem, de fato, está exercendo sua condição economicamente ativa. A Tabela 3 mostra a taxa de ocupação dessas pessoas no mercado de trabalho.

Tabela 3: Analfabetos por condição de Ocupação, Vitória da Conquista - 2010

Situação	Analfabeto	Percentual %	Acumulado %
Ocupados	Pleno	8	8
	Funcional	92	100
Percentual total dos analfabetos		59,18	
Desocupados	Pleno	6,63	6,63
	Funcional	93,37	100
Percentual total dos analfabetos		5,98	
Não ativa	Pleno	23,07	23,07
	Funcional	76,93	100
Percentual total dos analfabetos		34,84	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE-PNAD. Dados do Censo demográfico, 2010.

⁹População Não Economicamente Ativa: Pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas. (IBGE, 2016)

Nessa tabela temos três grupos, os ocupados¹⁰, desocupados¹¹ e não ativa^{12a} (inativa). Esse último é o grupo de pessoas analfabetas Economicamente Não Ativas que não possuem classificação por taxa de ocupação, pois já se encontram em uma faixa etária elevada ou, como dito anteriormente, possuem alguma deficiência ou impedimento para exercer alguma atividade produtiva, é possível perceber pela porcentagem que é a mesma 34,84%.

As pessoas analfabetas ocupadas, ou seja, aquelas que estão exercendo alguma atividade produtiva, representam 59,18% do total de analfabetos da PIA. Pouco mais da metade dos analfabetos com 15 anos ou mais de idade do município estão realmente economicamente ativos, mesmo assim não chega nem a 60%.

Os desocupados somam 5,98% da PEA, desses apenas 6,63% são plenos, enquanto os outros 93,37% sabem ao menos ler e escrever alguma coisa, são funcionais. O nível de pessoas nas condições de analfabetos plenos e funcionais se manteve praticamente o mesmo em relação aos ocupados (8% e 92%, respectivamente), já que os dois grupos pertencem ao mesmo grupo, de pessoa economicamente ativas. Diante disso, é interessante comparar a população analfabeta com a população municipal sob as condições de ocupação.

4.2.1. Taxa de ocupação no trabalho do município

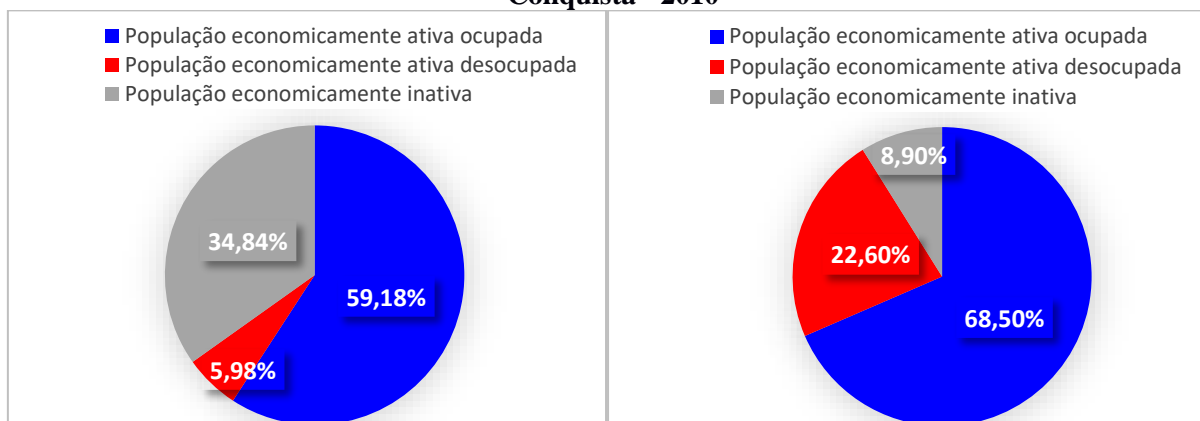
Para entender melhor a situação da condição de ocupação do analfabeto no município, é preciso analisar como essa condição se verifica na população geral do município. Mesmo que exista uma diferença de idade de 3 anos de uma população para outra na análise, não influenciará tanto na comparação.

¹⁰População Ocupada: aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam. São classificadas em: Empregados, conta própria, empregadores e não-remunerados. (IBGE, 2016);

¹¹População Desocupada: aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva. (IBGE, 2016).

¹²População Não Economicamente Ativa: As pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas.

Gráfico 9: Com posição da PIA analfabeta e população de 18 anos ou mais de idade, Vitória da Conquista - 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNUD, IPEA e FJP. Dados do Censo demográfico, 2010.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população municipal de 18 anos ou mais de idade economicamente ativa ocupada passou de 67,85% para 68,50%. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 15,70% em 2000 para 8,90% em 2010.

Entre os dois grupos analisados, a PEA ocupada apresenta números próximos. Porém, nos outros dois quesitos há uma diferença maior. A PEA desocupada é muito menor entre a população total do município, 22,60%, contra 5,98% na analfabeta. Esse fato chega a ser surpreendente, a taxa de desocupados do município ser maior e muito maior que a mesma taxa entre os analfabetos.

Esse fato pode ser justificado quando se observam as informações da população inativa. Nesse quesito, a taxa entre os analfabetos é muito maior que a municipal (34,84% e 8,90%, respectivamente), cobrindo e superando a diferença existente entre os desocupados. Outra justificativa é a hipótese de que a população que seria desocupada entre os analfabetos migrou para o grupo de inativos. A população analfabeta, constitui-se em sua maioria pessoas com elevado nível de pobreza, são indivíduos que estão mais sensíveis a apresentarem limitações que os colocam na condição de inativas.

A mão-de-obra municipal possui uma baixa qualificação profissional. Em 2013, aproximadamente 48% da população ocupada do município não possuía o ensino fundamental incompleto e 39% possuía apenas o fundamental completo. Ou seja, 87% da população ocupada do município não possuía nem o ensino médio completo (RAIS, 2013-MTE apud SOUTO, 2015). Essa baixa qualificação profissional acaba refletindo negativamente nos salários dos trabalhadores e na renda municipal.

A participação dos setores de atividade no PIB é semelhante quando comparada à participação dos mesmos na geração de empregos formais: serviços e comércio, juntos representam 61% do total de empregos formais do município; indústria e construção civil representam 24%; a agropecuária menos de 1%; e a administração pública, 13% (RAIS, 2013-MTE apud SOUTO, 2015).

De acordo com as premissas da Teoria da Segmentação, de Lima (1980), é possível identificar a segmentação de mercado em Vitória da Conquista. O mercado primário, mais tecnológico, é representado pela indústria e administração pública, enquanto o mercado secundário, menos tecnológico, de menor qualificação e remuneração, pelos serviços e comércios, além da maior parte da agropecuária.

Porém, o mercado primário da cidade também possui baixa qualificação profissional, o que sugere que a segmentação do mercado de trabalho seja bem intensa. O mercado secundário apresenta-se de forma mais evidente na informalidade, que possui baixa intensidade tecnológica. No mercado informal pode-se verificar que a presença de analfabetos é maior, principalmente, nas categorias de empregados sem carteira assinada, que trabalham por conta própria e na produção do próprio consumo. A seguir, vamos verificar como essa população analfabeta ocupada está distribuída nas categorias de emprego.

4.2.2. Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

Agora considera-se apenas a PEA analfabeta por condição de ocupação para saber como essas pessoas estão distribuídas em categorias de emprego. Abaixo, veremos as categorias de emprego onde se encontra a população ocupada:

Tabela 4: Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal da PEA analfabeta de Vitória da Conquista - 2010

	Analfabeto pleno (absoluto)		Analfabeto funcional	
	Percentual %	Acumulado %	Percentual %	Acumulado %
Empregados com carteira de trabalho ass.	17,22	17,22	39,68	39,68
Militares e funcionários públicos estaduais	0	17,22	5,92	45,6
Empregados sem carteira de trabalho ass.	40,44	57,66	25,58	71,18
Conta própria	30,35	88,01	23,78	94,96
Empregadores	0,57	88,58	2,26	97,22
Não remunerados	2,19	90,77	1,1	98,32
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	9,23	100	1,68	100
Percentual total dos analfabetos	8		92	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE-PNAD. Dados do Censo demográfico, 2010.

Antes de analisar a Tabela 4, é importante frisar os dois filtros que foram feitos para demonstrar os dados. Primeiro, a PIA analfabeta ficou separada em dois grupos: Econômica Ativa (65,16%) e Não Ativa (34,84%). E segundo, a população Economicamente Ativa também ficou separada em dois grupos: Ocupados (59,18%) e Desocupados (5,98%), e mais a Inativa (34,84%). Com isso, agora é possível analisar o analfabetismo da PEA por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, analisando apenas o grupo de Ocupados.

Nesse sentido, apenas 17,22% dos analfabetos plenos ocupados têm empregos com carteira assinada, contra 39,68% dos que analfabetos funcionais. Fica claro a diferença que faz a educação no mercado de trabalho formal, o nível de instrução mais elevado faz a taxa dos analfabetos funcionais ser maior que o dobro da taxa dos analfabetos plenos ou absolutos.

Entre os empregados sem carteira assinada, a taxa dentro do grupo de analfabetos plenos é de 40,44%, já dentre os analfabetos funcionais a taxa é de 25,58%. Nessa categoria já acontece o inverso, a taxa entre os analfabetos absolutos é maior, pois constitui uma categoria de emprego indesejada e alternativa. Porém, as pessoas que não sabem ler têm pouco poder de escolha no mercado atual, por isso acabam sendo “obrigados” a ficar nessa situação.

Constitui o empregado, segundo a PNAD, a “pessoa que trabalha para empregador, cumprindo jornada de trabalho e recebendo remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc), inclusive a que presta serviço militar obrigatório, sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos” (IBGE-PNAD 1992, 1993, 1995, 1996).

Na categoria de empregados militares e funcionários públicos estaduais, na qual o nível de instrução educacional exigido é maior, não existe nenhum analfabeto pleno, já a taxa de analfabetos funcionais é de apenas 5,92%. Empregados dessa categoria, em sua maioria, são contratados através de concurso público, sendo assim, pessoas na condição de analfabetismo absoluto são indiretamente excluídas dessa categoria, já cortadas nas provas seletivas.

No grupo de empregados que trabalham por conta própria, a taxa entre os analfabetos plenos é de 30,35%, enquanto entre os funcionais é de 23,78%. A PNAD descreve o empregado que trabalha por conta própria como a “pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregados, individualmente ou com sócio, com auxílio ou não de trabalhador não-remunerado” (IBGE-PNAD 1992, 1993, 1995, 1996). Nessa categoria é natural que o grupo de analfabetos absolutos tenha uma taxa maior, pois seria o refúgio para aquelas pessoas que não tiveram oportunidade em outras áreas, resta a eles buscarem uma alternativa própria para sobreviver.

Existe também a categoria de empregadores analfabetos, que chega a ser surpreendente e impensável por ser tratar de pessoas sem uma educação básica de qualidade. Nessa categoria, a taxa entre os analfabetos plenos é de 0,57% e entre os funcionais é de 2,26%, ou seja, aproximadamente quatro vezes maior em relação aos que não sabem ler. Empregadores necessitam de um grau de instrução o pouco maior, por isso a taxa nos dois grupos é muito baixa. Mesmo assim, é possível ver que um pouco mais de instrução faz com que a taxa entre os analfabetos funcionais seja muito maior. A PNAD conceitua o empregador como: “pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica, com pelo menos um empregado” (IBGE-PNAD 1992, 1993, 1995, 1996).

A taxa de analfabetos plenos não-remunerados é de 2,19%, já a taxa entre os analfabetos funcionais é de 1,1%. Segundo a PNAD, a pessoa não remunerada é aquela:

(...) pessoa que trabalha sem remuneração, pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é conta-própria ou empregador em qualquer atividade, ou empregado em atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário (IBGE-PNAD 1992, 1993, 1995, 1996).

Por fim, na categoria de trabalhadores na produção para o próprio consumo a taxa entre os analfabetos absolutos é de 9,23% e entre os funcionais é de 1,68%. Essa categoria pode-se dizer que é praticamente predominante da zona rural do município, onde a taxa de analfabetismo é maior, por existirem um maior número de atividades relacionadas ao consumo próprio e para o próprio sustento, predominantemente a agropecuária. Consequentemente a taxa entre os que não sabem ler (plenos) é muito maior do que os que sabem ler (funcionais).

Para a PNAD, o trabalhador na produção para consumo próprio é a: “pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar” (IBGE-PNAD 1992, 1993, 1995, 1996). Após analisar as condições do analfabeto no trabalho, busca-se agora verificar as diferenças e o impacto na renda da população analfabeta da cidade.

4.3. Análise sobre a renda da população analfabeta

Como já observado ao longo desse trabalho, é possível verificar que existe uma relação entre a renda e o nível educacional do indivíduo, e da população como um todo, e o

analfabetismo é um dos fatores que mais impactam negativamente na renda.

Veremos agora a renda domiciliar *per capita* (por pessoa) da PEA analfabeta em Vitória da Conquista no ano de 2010, novamente entre os dois grupos de analfabetos analisados anteriormente, plenos e funcionais:

Tabela 5: Renda domiciliar per capita da população analfabeta de Vitória da Conquista, em 2010

	Analfabeto	Porcentagem %	Renda Média	Renda Máx.
Renda domiciliar per capita	Pleno	13,17%	R\$ 309,25	R\$ 9.075
	Funcional	86,83%	R\$ 653,66	R\$ 30.510
Renda Média total			608,31	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE-PNAD. Dados do Censo demográfico, 2010.

A Tabela 5 mostra a renda média domiciliar *per capita* representa a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores (IBGE-PNAD, 2010). A renda *per capita* média do analfabeto é de R\$ 608,31, sendo que a dos analfabetos plenos é aproximadamente a metade disso, R\$ 309,25. Entre os analfabetos funcionais, a renda média é de R\$653,66. A população analfabeta plena representa 13,17% do total de analfabetos, enquanto os funcionais representam a grande maioria, 86,83%. Isso faz com que a influência dos analfabetos funcionais sobre a renda média *per capita* seja grande, impulsionando para mais que o dobro da renda média *per capita* das pessoas na condição de analfabetismo pleno.

A renda máxima encontrada de um analfabeto que não sabe ler chegou a ser de R\$9.075,00. Já a renda máxima de um analfabeto que sabe ler foi de R\$ 30.510,00, ou seja, o triplo de uma pessoa que não sabe ler. Os impactos da educação para o cidadão são muito grandes, atingem todas as áreas de sua vida, desde a sua vida pessoal até a profissional. A vida profissional (emprego e renda, influencia muito na vida pessoal do cidadão, desde o lazer, o consumo e às condições de vida no geral. É possível entender melhor a influência da educação na renda quando se analisam as diferenças de renda por nível de instrução.

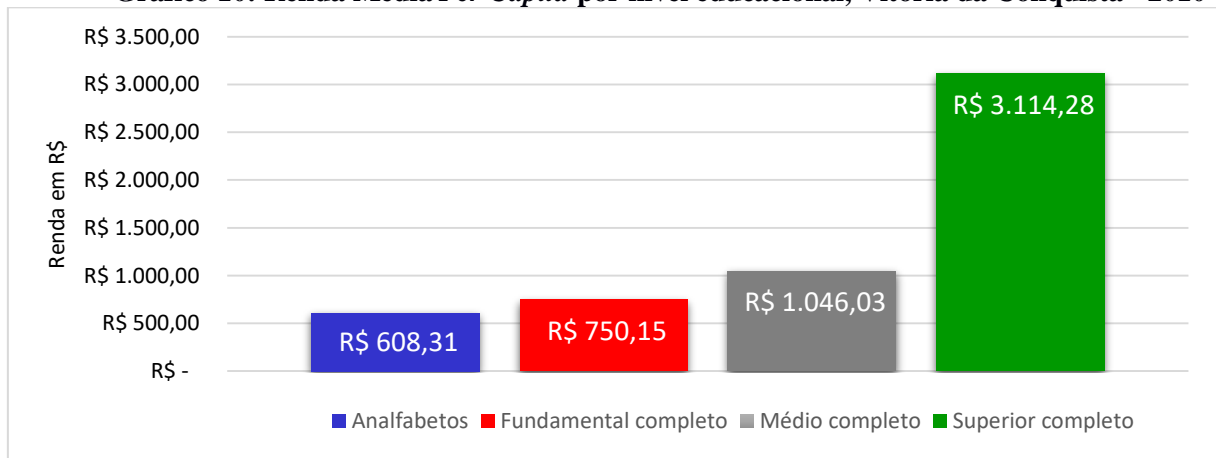
4.3.1. Renda por nível educacional

Para demonstrar o impacto que a educação tem na renda da população municipal e como, nesse sentido, o analfabetismo é um problema socioeconômico, analisaremos as

diferenças na renda da população de Vitória da Conquista dada pelo seu nível de instrução. Lembrando que a análise é referente a PEA analfabeta com 15 anos ou mais de idade, enquanto nos outros níveis analisados essa população é de 10 anos ou mais.

Porém, essa diferença não interfere no objetivo dessa análise que busca demonstrar que há diferenças de rendimento com base nos níveis de instrução do indivíduo, e também não afeta nos níveis médio e superior por não possuírem pessoas abaixo de 15 anos concluindo esses níveis:

Gráfico 10: Renda Média Per Capita por nível educacional, Vitória da Conquista - 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE-PNAD. Dados do Censo demográfico, 2010.

Quando se observa o Gráfico 10, é notória a diferença por nível educacional na renda. Percebe-se, assim como a TCH defende, que quanto maior for o nível educacional, maior será a renda do indivíduo. Cabe ao cidadão decidir ou não em investir o valor presente em educação na busca de retornos futuros mais elevados e condições de trabalho melhores, e também ao Estado oferecer condições para que isso ocorra.

À medida que o indivíduo consegue alcançar um nível de educação maior, sua renda aumenta, como mostra o gráfico. Porém, no município, tem que se destacar a diferença entre o nível superior e os demais. É interessante analisar a diferenças entre os dois extremos de educação na cidade, os analfabetos e as pessoas com nível superior completo. A diferenças entre esses dois grupos é de R\$2.505,97, o salário de uma pessoa que possui nível superior completo em Vitória da Conquista é pouco mais de 5 vezes maior que o salário médio de uma pessoa analfabeta. Esse número se aproxima dos estudos da PUC (2001 apud DINIZ, 2008, p. 8), que apontavam a diferença de renda entre esses dois grupos poderia chegar a 636%.

Se for analisar essa diferença utilizando o salário do analfabeto pleno do município como referência, que é de R\$309,25, a diferença pode chegar a 10 vezes mais. E a cidade tem

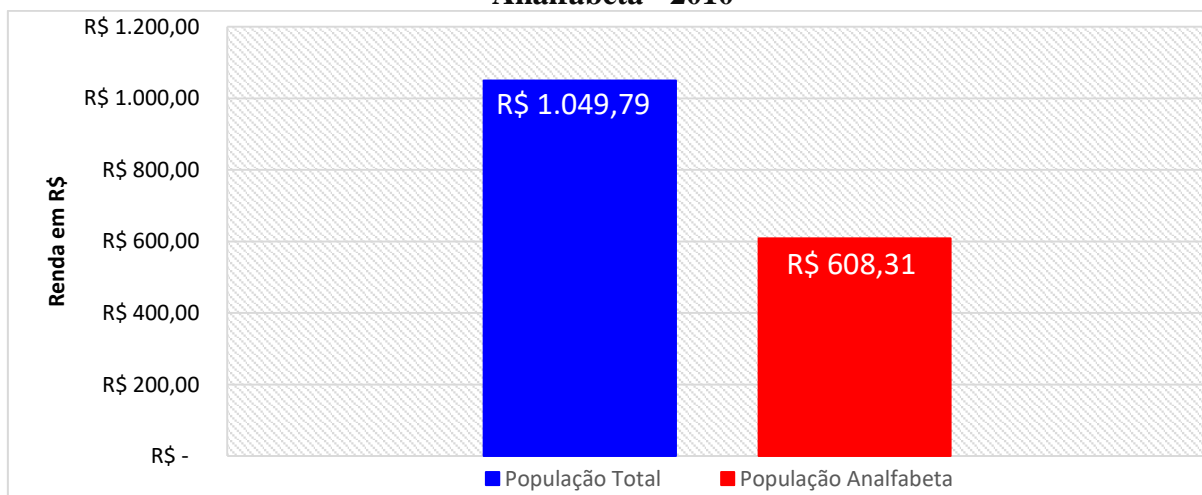
apresentado bons resultados em relação ao ensino superior, elevando o número de instituições de ensino e, conseqüentemente, o número de pessoas nesse grupo, como já foi dito neste trabalho. Após analisar a renda por nível de escolaridade e ver a diferença em cada grau de instrução, será realizado a seguir um comparativo entre a renda média da população analfabeta e da população total do município.

4.3.2. Diferença de renda entra a PEA analfabeta e municipal

Ao tomar base e conhecimento das diferenças de renda entre os níveis de instrução do município, é fundamental agora analisar a diferença entre a PEA analfabeta e a PEA municipal, com base nas informações do IBGE (2010), para indivíduos de 10 anos ou mais de idade¹³.

Os 5 anos de diferença na idade não representam impactos significativos para a análise, porém se as pesquisas do IBGE (2010) considerassem a PEA municipal iniciando aos 15 anos, a tendência seria ter um aumento nestas diferenças de renda conforme veremos a seguir. Considerando que a população entre 10 e 14 anos não contribua para elevação da renda média municipal, muito pelo contrário, puxa essa média para baixo, sua representatividade nos números é baixa devido a sua participação na população, que não chega a 10% (IBGE, 2010).

Gráfico 11: Renda Média *Per Capita* da PEA de Vitória da Conquista: Total X Analfabeta - 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE-PNAD. Dados do Censo demográfico, 2010.

¹³Em 2011 o IBGE mudou a faixa de idade da População em Idade Ativa (PIA) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A população considerada em idade ativa passou de 10 anos ou mais para 15 anos ou mais. A mudança se deu porque as crianças de 10 a 14 anos não têm representatividade na força de trabalho do país, e o objetivo da mudança foi para adequar os resultados da pesquisa às estatísticas internacionais.

No Gráfico 11, percebe-se que há uma diferença considerável na renda dos analfabetos e da população total do município, de R\$441,48. Essa diferença causa um impacto considerável na média da renda municipal. No tópico seguinte, usaremos essa diferença para estimar o impacto do analfabetismo na renda do município.

4.4. Análise metodológica: impacto do analfabetismo sobre a renda e a economia municipal

Para buscar estimar o impacto negativo que o analfabetismo causa a renda da cidade foi realizado um processor metodológico próprio neste trabalho, com base nas informações disponíveis pelo IBGE, sobre a população analfabeta, as condições de atividade e ocupação desta população, bem como sua renda. Para tanto foi preciso considerar alguns fatores a fim de que os valores possam ser mais próximos do real:

- Serão considerados apenas os valores absolutos (totais);
- Será considerada apenas a PEA (ocupados e desocupados) analfabeta, descartando a sua população inativa (PNEA – População Não Economicamente Ativa), para que a análise seja mais coerente e próxima da realidade;
- Será considerado o pleno processo de alfabetização da PEA analfabeta (ex.: da meta de erradicação do analfabetismo prevista no PNE 2014-2024 para o ano de 2015);
- A renda média de PEA analfabeta igual a R\$608,31;
- A renda média PEA municipal igual a R\$1.049,79.

Assim, temos:

$$PEA^{NA} = PIA - PNEA$$

Ou

$$PEA^{NA} = Ocupada + Desocupada$$

Considerando os seguintes valores:

- ✓ $PIA = 100\%$ (29.518);
- ✓ $PEA^{NA} = 65,16\%$ (19.234);
- ✓ $PNEA = 34,86\%$ (10.284);

Onde,

- ✓ PIA = População em Idade Ativa não alfabetizada (com 15 anos ou mais de idade);
- ✓ PEA^{NA} = População economicamente ativa não alfabetizada;
- ✓ $PNEA$ = População não economicamente ativa (inativa) analfabeta, não classificadas como ocupadas ou desocupadas.

Considerando as informações acima, podemos mensurar, a seguir, um valor para estimar o impacto do analfabetismo na economia do município, levando em conta os rendimentos da PEA^{NA} :

$$RP = RM^M - RM^{NA}$$

E

$$CP_T = RP * PEA^{NA}$$

Onde,

- ✓ RP = Receita potencial;
- ✓ RM^M = Renda média da população economicamente ativa municipal;
- ✓ RM^{NA} = Renda média da população economicamente ativa não alfabetizada;
- ✓ CP_T = Custo potencial total;
- ✓ PEA^{NA} = População economicamente ativa não alfabetizada.

4.4.1. Resultados encontrados para o impacto do analfabetismo sobre a renda

Com isso, a receita potencial (RP), constitui a diferença de renda entre a renda média da PEA de 10 anos ou mais de idade do município (RM^M) e a renda média da PEA da população não alfabetizada de 15 anos ou mais de idade (RM^{NA}). Essa diferença, que foi de R\$441,48, é o valor potencial que a população analfabeta poderia acrescentar à sua renda média de R\$608,31, caso fossem alfabetizados, passando a ter a renda média igual a renda do município (R\$1.049,79).

O custo potencial total (CP_T) é a estimativa do impacto que a população economicamente ativa não alfabetizada (PEA^{NA}) causa na economia municipal. O valor estimado refere-se ao quanto o município deixa de ganhar por ter essa quantidade da sua PEA

em situação de analfabetismo. Essa perda se dá pela multiplicação entre a receita potencial (RP) e a população economicamente ativa não alfabetizada (PEA^{NA}). O valor total do impacto ou perda encontrado, de acordo com o modelo de cálculo acima, foi de R\$8.491.426,32.

4.4.2. Elevação da renda média da PEA analfabeta e municipal

Porém, essa elevação da renda média da PEA analfabeta (RM^{NA}), que igualaria a renda média municipal ($RM^{NA} = RM^M = R\$1.049,79$), também elevaria a renda média da PEA municipal (RM^M). Para analisar essa hipótese, antes de tudo, devemos considerar outros fatores:

- A PEA (ocupada mais desocupada) alfabetizada com 15 anos ou mais de idade têm como parâmetro a mesma taxa percentual da população de 18 anos ou mais de idade, que é de 91,10%;
- A PEA municipal com 10 a 14 anos de idade é de 27.363 habitantes em 2010 (IBGE, 2010);
- O processo de alfabetização elevaria a renda da PEA analfabeta à renda média municipal.

Assim, temos:

$$1) \quad PEA^A = P_{15\leq}^A * T_A^{PEA}$$

$$2) \quad PEA^M = PEA^A + PEA^{NA} + P_{10\leq 14}^A$$

$$3) \quad RT^{PEA} = PEA^M * RM^M$$

$$4) \quad RPT^{PEA} = RT^{PEA} + CP_T$$

$$5) \quad RPM^{PEA} = \frac{RPT^{PEA}}{PEA^M}$$

Onde,

- ✓ PEA^A = População economicamente ativa alfabetizada;
- ✓ $P_{15\leq}^A$ = População alfabetizada com 15 anos ou mais de idade;
- ✓ T_A^{PEA} = Taxa da população economicamente ativa alfabetizada;

- ✓ PEA^M = População economicamente ativa municipal;
- ✓ PEA^{NA} = População economicamente ativa não alfabetizada;
- ✓ $PEA_{10\leq 14}^A$ = População economicamente ativa alfabetizada entre 10 e 14 anos de idade;
- ✓ RT^{PEA} = Renda total da população economicamente ativa municipal;
- ✓ RM^M = Renda média da população economicamente ativa municipal;
- ✓ RPT^{PEA} = Renda potencial total da população economicamente ativa municipal;
- ✓ CP_T = Custo potencial total;
- ✓ RPM^{PEA} = Renda potencial média da população economicamente ativa municipal.

4.4.2.1. Resultados para elevação da renda

Para encontrar essa nova renda média municipal, precisa-se, primeiro encontrar alguns números, obtidos pelos cálculos anteriores.

No primeiro, encontra-se a PEA^A (189.182 pessoas) pela multiplicação entre a $P_{15\leq}^A$ (199.988 pessoas) e a T_A^{PEA} (91,10%).

No segundo, somamos a população encontrada da PEA^A (189.182) às populações da PEA^{NA} (19.234) e da $P_{10\leq 14}^A$ (27.363), para encontrar a PEA^M (228.786).

No terceiro, fazemos a multiplicação entre a PEA^M (228.786) e a RM^M (R\$1.049,79), e encontramos a RT^{PEA} (R\$240.177.254,94).

Depois, no quarto, soma-se a RT^{PEA} (R\$240.177.254,94) com o CP_T (R\$8.491.426,32) encontrado anteriormente, para chegarmos ao valor da RPT^{PEA} (R\$248.668.681,26).

Por fim, no quinto, consegue-se chegar ao valor da RPM^{PEA} (R\$1.086,91) através divisão da RPT^{PEA} (R\$248.668.681,26) pela PEA^M (228.786), encontrada no segundo cálculo.

A nova renda média municipal da população economicamente ativa da cidade é R\$37,12 maior que a anterior. Com isso, é possível afirmar que o analfabetismo da PEA tem um impacto de 3,54% na renda média municipal, que seria a porcentagem equivalente a elevação da renda média da PEA municipal, caso a PEA analfabeta deixasse a condição de analfabetismo e alcançasse a renda média municipal.

4.4.3. Análise da renda futura

Diante desses fatos, em um universo de 228.786 pessoas economicamente ativas, considerando o processo de alfabetização da PEA analfabeta e a elevação da sua renda média ao mesmo nível da municipal e relembrando que o valor do Custo potencial total, encontrado anteriormente, foi de R\$8.491.426,32. Temos:

$$RFT^{PEA} = \Delta RM^M (RPM^{PEA} - RM^M) * PEA^M$$

E

$$RFT^{PEA} = CP_T$$

Onde,

- ✓ RFT^{PEA} = Renda futura total da população economicamente ativa municipal;
- ✓ ΔRM^M = Variação ou diferença entre a RPM^{PEA} e a RM^M ;

4.4.3.1. Resultados para renda futura

Assim, encontra-se a RFT^{PEA} (R\$8.491.426,32) que é a rentabilidade perdida pela não elevação da renda que seria originada pelo processo de alfabetização da PEA não alfabetizada. Esse valor é dado pela multiplicação da variação da renda média municipal (R\$37,12) pela população economicamente ativa municipal (228.786).

Em seguida, verifica-se que a Renda futura total da população economicamente ativa municipal é igual ao valor do Custo potencial total, R\$8.491.426,32. Ou seja, é o mesmo valor observado por dois pontos de vista diferentes. O CP_T pode ser analisado como um custo presente do analfabetismo na PEA, enquanto a RFT^{PEA} é o rendimento futuro potencial que pode ser acrescentado pela PEA analfabeta, considerando o pleno processo de alfabetização e a elevação da sua renda.

Ambos os valores são dados pela PEA analfabeta, seja pelo custo presente ou pela renda potencial futura. É uma perda presente e, mesmo tempo, um possível ganho futuro. Também, é uma mensuração do impacto do analfabetismo na renda média de PEA e na economia de Vitória da Conquista. Uma estimativa do valor que deixa de ser movimentando pela economia da cidade mensalmente que influenciaria no crescimento econômico da cidade.

4.4.4. Participação da PEA analfabeta na renda média municipal

Com base nos resultados encontrados até o momento, é possível realizar uma estimativa sobre a participação da renda média da PEA analfabeta na renda média municipal. Para isso, considera-se as seguintes informações:

- ✓ RM^{NA} = Renda média da população economicamente ativa não alfabetizada (R\$608,31);
- ✓ PEA^{NA} = População economicamente ativa não alfabetizada (19.234 habitantes);
- ✓ RT^{PEA} = Renda total da população economicamente ativa municipal (R\$240.177.254,94);

Diante disso, é possível estimar a taxa de participação da renda média da PEA analfabeta sobre a renda média municipal usando uma regra de três simples, assim temos:

$$\Delta iRM_{PEA}^{NA} = \frac{(RM^{NA} \times PEA^{NA}) * 100}{RT^{PEA}}$$

Onde,

- ✓ ΔiRM_{PEA}^{NA} = Taxa de participação da renda média da população economicamente ativa não alfabetizada.

4.4.4.1. Resultados para participação do analfabetismo na renda municipal

Assim, verificamos que a taxa de participação da renda média da PEA analfabeta representa 4,87% do total da renda média municipal. Nota-se que essa taxa é bem inferior quando comparada as taxas encontradas da população alfabetizada, menos da metade. Assim, presume-se que o potencial participativo da PEA analfabeta sobre a renda municipal está reduzido a menos da metade, considerando que a taxa de participação na renda acompanhasse as taxas de participação populacional.

Por exemplo, a taxa de analfabetismo da PIA municipal é de 12,86%, presumindo que a taxa de participação da renda da PEA analfabeta acompanhe a sua taxa populacional, a mesma elevaria sua participação na renda em 7,99 pontos percentuais. Essa elevação constitui um

aumento considerável na renda da PEA analfabeta, quase três vezes. Diante de todos os fatos e resultados encontrados, é possível afirmar que existe um potencial econômico ocioso da população analfabeta de Vitória da Conquista, principalmente no que diz respeito ao incremento na renda, um potencial não aproveitado de forma eficiente.

A população analfabeta de Vitória da Conquista, em boa parte, abastece mercados secundários na cidade que pagam salários baixos. A cidade utilizou-se da população analfabeta para alcançar e elevar os níveis de crescimento econômico, porém não aproveitou todo o potencial dessa população, fato que não impediu a cidade de crescer, mas que poderia ajudar a ter crescido ainda mais. Esses fatos estão de acordo com as ideias apresentadas pela TCH e a teoria da segmentação.

4.5. Síntese do capítulo

Este capítulo buscou relacionar as condições de trabalho e renda da PIA analfabeta, onde um fator está diretamente ligado ao outro. A condição de analfabetismo interfere nas condições de trabalho, o que irá refletir, por consequência, nos rendimentos do analfabeto. Foi apresentado as condições de atividade, ocupação e ocupação por atividade da PIA analfabeta em 2010.

Isso mostrou que o mercado de trabalho formal da cidade possui baixa qualificação educacional e profissional. Com isso, notou-se que existe uma grande parcela da população analfabeta ocupada, tanto no mercado formal, quando informal. A segmentação do mercado na cidade se mostra presente, principalmente pelo setor de serviço e comércio, justificando a ocupação no trabalho pelos analfabetos, porém justificando também as diferenças salariais, caracterizadas pelo mercado secundário.

As diferenças salariais também são evidenciadas pelos diferentes níveis educacionais, evidenciando a existência das premissas da TCH na determinação da renda-salário da população. Diante do exposto, verificou-se que o analfabetismo age de forma negativa na determinação da renda.

Esse fato justifica a ideia apresentada no final do capítulo, na qual sugere que uma elevação no nível educacional, dada por um hipotético processo de alfabetização, pode elevar não só a renda da população analfabeta, como também a renda média municipal. E também, que o grande número de pessoas analfabetas da cidade impacta negativamente sobre a renda e na economia de Vitória da Conquista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a relação entre analfabetismo e crescimento econômico em Vitória da Conquista, na qual, notou-se uma contradição: enquanto a economia da cidade apresentou altos índices de crescimento entre 1999 e 2013 (596%), a taxa de analfabetismo se manteve praticamente constante no mesmo período. Essa contradição acaba divergindo de premissas teóricas, inclusive a Teoria do Capital Humano, que defendem a educação como condição de crescimento e desenvolvimento. Porém, existem outros fatores que explicam o crescimento e o desenvolvimento, o que não impede que a educação seja um dos fatores, talvez o principal, o que justifica a abordagem da TCH e que também é um consenso no campo econômico.

Assim, essa questão nos permite pensar em 3 hipóteses para explicar essa situação controversa: 1) A relação entre analfabetismo e crescimento fica confirmada, o que sugere que caso o analfabetismo fosse menor, as taxas de crescimento alcançadas seriam maiores ainda, conforme sentença a Teoria do Capital Humano; 2) A economia de Vitória da Conquista tem um mercado segmentado que se utiliza da grande quantidade de analfabetos para viabilizar seu crescimento, de acordo com as considerações da teoria do mercado segmentado; e 3) Grande número de analfabetos de Vitória da Conquista está localizada na região rural no extratos da população inativa da cidade, o que não compromete o crescimento municipal.

Para tanto, utilizou-se análises dos relatórios da CEPAL (2009) e da UNESCO (2006-2014), sobre o analfabetismo, além do PNE 2014-2024, no intuito de relacionar a educação e o analfabetismo ao desenvolvimento e ao crescimento, tendo o analfabetismo como um problema socioeconômico. Inclui-se também como referencial teórico a Teoria do Capital Humano, em contraponto, e críticas, comentários e contribuições a TCH, utilizando-se da teoria da segmentação no mercado de trabalho e das contribuições de Freire sobre o analfabetismo, em uma corrente mais social, relacionando analfabetismo a pobreza e abordando fatores sociais. Foi necessário analisar a condição do analfabetismo na População em Idade Ativa (PIA) analfabeta do município de Vitória da Conquista – BA, utilizando, como recorte temporal, o período entre 1991 e 2010 e, posteriormente, apenas o ano de 2010 para análise de renda média e ocupação no mercado de trabalho municipal.

Nesse sentido, análises econômicas empíricas enfatizam os efeitos agregados da educação para a economia e a sociedade, agindo, inclusive, como uma externalidade positiva. A educação é um fator produtivo fundamental para a modernização dos sistemas produtivos e no comportamento dos indivíduos economicamente. No âmbito educacional, as taxas de

analfabetismo e alfabetização tornam-se variáveis importantes para explicar o crescimento econômico dos países.

Os impactos socioeconômicos do analfabetismo são destacados no relatório da CEPAL (2009). O problema do analfabetismo, principalmente entre jovens e adultos, é tema constante nas conferências da UNESCO, desde 1948, em Paris. As nações unidas tratam o analfabetismo como um problema sério a ser encarado e superado, diretamente ligada ao subdesenvolvimento e aos problemas sociais, como a pobreza e a miséria.

O analfabetismo age como um freio de mão para a economia. No trabalho, impacta negativamente sobre a qualidade e a produtividade, na questão individual, são pessoas com pouca oportunidade e possibilidade de crescimento, sob total subordinação. Age de maneira negativa também sobre a renda, analfabetos tem os menores rendimentos, contribuindo pouco economicamente. Fatores sociais constituem outro grave problema relacionado ao analfabetismo: desigualdade e exclusão social. O analfabetismo traz muitas consequências negativas sociais e econômicas, tanto individual quanto coletivamente, e não só para a sociedade, mas também para o governo ou país inteiro.

No que diz respeito à Teoria do Capital Humano, defende o conhecimento como forma de capital humano, e a decisão de investir nesse capital partiria não só do indivíduo, mas também das partes mais interessadas em elevar a produtividade, no caso, o governo. Para Schultz (1973), o crescimento não explicado da economia, enquanto todos os outros fatores permanecem constantes, seria explicado pela elevação do capital humano. Segundo Becker (1964), a taxa de rendimentos é o principal determinante do investimento em capital humano. Já nos estudos de Mincer (1958:1974), é destacado a importância da família nas decisões de investimento em capital humano e que maiores níveis educacionais são responsáveis por maiores rendimentos.

Porém, alguns estudiosos negam a relação direta, isolada e casual entre educação, emprego, renda e desenvolvimento, ideia defendida pela Teoria do Capital Humano. A teoria da segmentação do mercado de trabalho surge como uma crítica construtiva e complementar a TCH, na medida em que apresenta outros fatores que influenciam nas diferenças salariais e em oportunidade no mercado de trabalho. Além disso, aborda a existência de dois mercados, um mais e outro menos tecnológico, que influenciam nos fatores abordados.

Verificou-se que Vitória da Conquista possui um grande número de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Em 2010, possuía 29.518 pessoas analfabetas em idade ativa. Neste mesmo ano, a cidade apresenta taxas de analfabetismo melhores que as taxas da Bahia e do Nordeste, estado e região em que o município está inserido. Porém, quando comparadas às

taxas para o Brasil, as taxas municipais de analfabetismo se encontram mais elevadas. Também notamos que nem um dos três iria alcançar ou ao menos se aproximar da meta do PNE para 2015. Esses resultados e tendências também foram observados quando analisados os fluxos escolares entre Vitória da Conquista, a Bahia e o Brasil. Entre 2000 e 2010, foi verificado uma queda de 10% da evasão escolar e aumentos consideráveis nos níveis educacionais da população, destacando o ensino superior completo que teve um aumento da população de praticamente 3 vezes.

Foi possível notar que nacionalmente, a cidade está muito mal ranqueada, inclusive no próprio estado. Apenas considerando a população analfabeta, de jovens e adultos do município, nota-se que é maior que a população inteira de 75% dos municípios baianos. Vitória da conquista é uma cidade média muito importante na Bahia, sendo um centro regional de grande influência, tendo a terceira maior população e o 5º maior PIB do estado, com elevadas taxas de crescimento anual e apresentando um crescimento de praticamente 600% entre 1999 e 2013.

A taxa da PNEA se mostra muito maior na população analfabeta, quando comparada a população municipal. Nas análises realizadas de trabalho, a PIA analfabeta está dividida no em dois grupos: os que não sabem ler (analfabetos absolutos ou plenos) e os que sabem ler (de acordo com as definições, enquadrados na categoria de analfabetos funcionais). Como a zona rural possui taxas de analfabetismo bem elevadas, o número de analfabetos inativos é grande.

Verificou-se que o mercado de trabalho formal da cidade possui baixa qualificação, praticamente metade da população ocupada no mercado formal não possuem o ensino fundamental completo. A elevada taxa de ocupação da PEA analfabeta em relação aos desocupados, sugere que a exista um grande número de analfabetos no mercado formal da cidade, além de um elevado número de analfabetos no mercado informal, como se observa na tabela 4.

O setor de serviços e o comércio são os maiores responsáveis pela geração de emprego na cidade, setores que, de acordo com a teoria da segmentação, podem ser classificados como de mercados secundários, de baixo nível tecnológico, menor qualificação e menores salários. Além disso, são setores que têm a maior participação no PIB municipal, indo assim, em conformidade com a primeira hipótese desse trabalho, onde a cidade utilizou-se também do grande contingente de analfabetos durante o período de elevado crescimento que a cidade apresentou.

Na análise sobre a renda, observou-se que a renda média da população de analfabetos plenos é quase o dobro da de analfabetos funcionais. Comparando a renda média da população analfabeta com a renda média de outros níveis educacionais (fundamental, médio e superior), é

possível evidenciar as diferenças de renda por cada nível de instrução. Confirmando, neste sentido de determinação da renda, o pensamento da TCH sobre o impacto dos anos de estudo no rendimento das pessoas.

Em comparação com a renda média do município, a renda média da população analfabeta é, aproximadamente, 42% menor. Através dos estudos sobre a renda, buscou-se estimar o impacto da PEA analfabeta sobre a renda municipal, conseqüentemente sobre o crescimento econômico. Considerou-se os valores absolutos e a condição plena de alfabetização da PEA analfabeta, que também consiste em uma meta da PNE 2014-2024.

O processo de alfabetização, supondo que os novos alfabetizados conseguissem esse aumento de 42% em sua renda, faria com que a renda municipal aumentasse em 3,54%. Com os resultados obtidos, foi possível estimar o decréscimo total de R\$8.491.426,32 na renda municipal. Esse valor corresponde ao que a economia de Vitória da Conquista deixou de ganhar ou movimentar pelo analfabetismo da sua PEA. O valor é originado pela diferença salarial da PEA analfabeta e municipal, e com ele foi possível identificar o impacto na renda municipal, ou seja, uma possível elevação posterior da renda média do município. Com base nas informações encontradas, também foi possível estimar a participação da renda média da PEA analfabeta sobre a renda média municipal, na qual verificou que a renda média da PEA analfabeta representa 4,87% do total da renda média da PEA de Vitória da Conquista.

Esse indicador foi estimado considerando um hipotético processo de alfabetização da PEA analfabeta, que inicialmente elevou a renda analfabeta e em seguida, conseqüentemente, a renda média municipal. Os resultados encontrados sobre a renda confirmam a primeira hipótese levantada neste trabalho, sustentada pela TCH, na qual é estabelecida uma relação entre analfabetismo e desenvolvimento, onde um menor índice de analfabetismo, impulsionado pelo processo de alfabetização, faria com que as taxas de crescimento apresentadas pelo município, entre 1999 e 2013, pudessem ser ainda maiores.

Foi verificado que dentro dos dois grupos (analfabetos plenos e funcionais) também existe uma grande disparidade, comprovando que um grau de instrução mais elevado, mínimo que seja, no caso o fato de saber ler, melhora as condições de trabalho e emprego. Nessa análise de emprego, vimos o como a população analfabeta tem pouca participação no mercado formal.

O mercado de trabalho de Vitória da Conquista apresenta grande segmentação, o setor de serviços é o responsável pela maior parcela do PIB municipal, e em conjunto com o comércio são responsáveis por 61% dos empregos formais. De acordo com a teoria da segmentação, é necessário a existência dois mercados para o funcionamento da estrutura econômica: um mercado menos avançado que auxilia um outro mais avançado tecnologicamente.

No mercado secundário os níveis de qualificação e salarial são menores, sendo abastecido pela população menos instruída e qualificada. Em Vitória da Conquista, 87% da população ocupada possui apenas o ensino fundamental completo, sendo que 48% não completou o ensino fundamental. Analisando a população analfabeta de Vitória da Conquista por tipo de ocupação de atividade, nota-se que a mesma se concentra no mercado secundário da cidade, de menor qualificação, confirmando a segunda hipótese, na qual a economia da cidade utilizou-se da grande quantidade de analfabetos para viabilizar seu crescimento.

A cidade precisa ter uma atenção especial às taxas de analfabetismo da zona rural, que são 3 vezes maiores que as taxas da zona urbana, apesar dessa população representar apenas pouco mais de 10% da população total do município. As taxas rurais do município são piores que as da Bahia e do Brasil, este último também possui taxas urbanas bem melhores.

Porém, dada a elevada porcentagem de pessoas não ativas entre a população analfabeta, acredita-se que a elevada taxa de analfabetismo da zona rural é constituída por um grande número de pessoas na condição de economicamente inativas, principalmente pessoas idosas e famílias que produzem para o próprio consumo, entre outros. Além disso, a zona rural da cidade está espalhada em uma área muito grande, a distância e as dificuldades de transporte acabam isolando a população, tornando difícil tirar parte dessa população da condição de inatividade e aumentar sua participação na economia municipal.

Considera-se também que a atividade predominante na zona rural da cidade é a agropecuária, que tem a menor participação no PIB da cidade. Tais fatores não impediram o crescimento econômico da cidade, confirmando a terceira hipótese, em que o grande número de pessoas analfabetas nos extratos de inatividade da zona rural não comprometeu o crescimento municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Vitória da Conquista, BA**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/vitoria-da-conquista_ba>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2015. **Alfabetização – 15 anos ou mais/ EJA – Educação de Jovens e Adultos**. Ed. Moderna. São Paulo – SP, p. 82-89, 2015.

AZEVEDO, João P., ULYSSEA, G., MENDONÇA, R., FRANCO, S.. **Avaliação do impacto da alfabetização de adultos sobre o desenvolvimento humano: uma análise com dados secundários**. UFF/Economia, Niterói – RJ, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD218.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

BALASSIANO, M., SEABRA, Alexandre A., LEMOS, Ana H.. **Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?** Rev. Adm. Contemp. vol. 9. nº 4. Curitiba - PR, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000400003>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

BARRETO, Carla A., RISCAL, Sandra A. **Algumas notas sobre o analfabetismo e a modalidade educação de jovens e adultos**. Rev. HISTEDBR On-line, nº 4, Campinas – SP, 2008, p. 291-301. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/29/Art18_29.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

BAYER, Felipe F. A.. **O capital humano e a economia do conhecimento – o caso da federalização da universidade regional de Blumenau (furb)**. Monografia, Sta. Catarina, Florianópolis, 2011.

BECKER, Gary S.. **El capital humano**. Madrid: Alianza Universidad Textos, Alianza Editorial, 1983[1964].

BECKER, Gary S.. **Human capital**. National Bureau of economic research. s, with special reference to education. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

CASTILHO, Mara L., SILVA, José M. A.. **Relação entre capital humano, emprego e crescimento econômico no Brasil: diagnóstico do final do século XX**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O369.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

CEPAL. **Cohesión social: Inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2007.

CEPAL. UNESCO. **Impacto social y económico del analfabetismo: modelo de análisis y estudio piloto**. Publicación de las Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2009.

CORDEIRO, W. (2010). **12 Motivos para transformar Vitória da Conquista em Região Metropolitana do Sudoeste da Bahia**. Disponível em:

<<http://www.walcordeiro.com.br/v1/2010/02/22/12-motivos-para-transformar-vitoria-da-conquista-em-regiao-metropolitana-do-sudoeste-da-bahia/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2015.

DEEPASK. **Analfabetismo: veja taxa e o número de analfabetos por cidade do Brasil**.

Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=Confira-a-taxa-de-analfabetismo-no-seu-municipio>>. Acesso em: 8 de junho de 2016.

DINIZ, Leandro R. A.. **Discursos sobre a alfabetização no Brasil**. Disponível em:

<http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem10pdf/sm10ss18_08.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2015.

ECONOMIABR. **Biografias de Economistas**. Disponível em:

<<http://economiabr.net/biografia/index.html>>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA (2016). **Biography of Jacob Mincer**. Disponível em:

<<http://global.britannica.com/biography/Jacob-Mincer>>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

ESTADÃO (2009). **Alfabetização aumenta a renda de adulto em até 25%**. Disponível em:

<<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,alfabetizacao-aumenta-renda-de-adulto-em-ate-25-diz-estudo,355853>>. Acesso em: 05 de abril de 2015.

ESTADÃO (2012). **IBGE muda faixa etária da população em idade ativa na Pnad 2011**.

Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-muda-faixa-etaria-da-populacao-em-idade-ativa-na-pnad-2011,933448>>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

FGV (2009). **Efeitos da alfabetização de adultos sobre o salário e o emprego**. Disponível em:

<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/vladimir_apresentacao.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

FIUZA-MOURA, Flavio K., SOUZA, Solange de C. I., e MAIA, K. (2014). **Capital humano e segmentação no mercado de trabalho: uma análise da indústria catarinense, por níveis de intensidade tecnológica**. Disponível em:

<http://www.apec.unesc.net/VIII_EEC/sessoes_tematicas/3%20-%20Demogr.%20Merc.%20Trabalho/CAPITAL%20HUMANO%20E%20SEGMENTA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

FOLHA (2001). **Economistas negam relação direta entre analfabetismo e economia**.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u3500.shtml>>. Acesso em: 16 de julho de 2016.

FOLHA (2001). **Pesquisadores vinculam analfabetismo e economia**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2703200132.htm>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

FRAGO, Antônio V.. **Alfabetização na sociedade e na história: Vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993.

FREIRE, P.. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P.. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**. Lisboa: Edições Base, 1978.

GADOTTI, M.. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul, 2000.

GARCIA, M.. **Um saber sem escrita: visão de mundo do analfabeto**. Revista Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 75, p. 16, 1990.

GIMÉNEZ, G.. **A dotação de capital humano na América Latina e no Caribe**. Revista CEPAL 86, p. 103-122. Agosto de 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bahia, Vitória da Conquista – Síntese das informações**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=293330&idtema=16&search=bahia|vitoria-da-conquista|sinthese-das-informacoes>>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos (2010)**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Notas Metodológicas (2010)**.

Disponível

em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados da amostra – Rendimentos**. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=293330&idtema=108&search=bahia|vitoria-da-conquista|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-rendimento-->>>. Acesso em: 03 de junho de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio. **Censos Demográficos 1992, 2000 e 2010**. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2015.

INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional. **Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**. Inst. Paulo Montenegro. São Paulo-SP, maio de 2016.

INFANTE, M. I.. **Alfabetismo funcional en siete países de América Latina**. Santiago de Chile: UNESCO, abril, 2000.

INFANTE, M. I. **Investigación regional sobre analfabetismo funcional**. Santiago de Chile: UNESCO/OREALC, 1994.

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia. **Temperatura média (°C) – Vitória da Conquista**. Consulta, 2014.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Analfabetismo**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=analfabetismo&ordering=category&searchphrase=all&Itemid=32&option=com_search>. Acesso em: 21 de dezembro de 2015.

KELNIAR, Venessa C., LOPES, Janete L., PONTILI, Rosângela M.. **A Teoria do Capital Humano: Revistando Conceitos**. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/05-Vckelniartrabalhocompleto.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

LIMA, R. **Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação**. Dpto. De Economia da UNB, Rio de Janeiro-RJ, 1980, p. 2017-272.

MARSHALL, A.. **Princípios de economia: tratado introdutório**. (Col. Os Economistas). Tradução de R. Almeida & O. Strauch. v. II. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MINCER, J.. **Investment in human capital and personal income distribution**. Journal of Political Economy, Vol. 66, Nº 4. Aug. 1958, pp 281-302.

MINCER, J.. **Schooling, experience and earnings**. New York: Columbia University, p. 71-92, 1974.

NOVAIS, Adriano C., GUSMÃO, Wesley P. S.. **Impactos dos Gastos Orçamentários no Desenvolvimento da Educação Pública de Vitória Da Conquista - Bahia (2000-2010)**. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/encontroadministracaopolitica/artigos/EAP049.pdf>>. Acesso em: 8 de junho de 2016.

PNE – **Plano Nacional de Educação (2014-2024): Linha de base. Meta 9**. Brasília, DF, p. 159-176: Inpe, 2015.

PMCV - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, **SMED - Secretaria Municipal de Educação 2014**. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/educacao/>>. Acesso em: 9 de junho de 2016.

PMCV - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **História, dados estatísticos e economia**. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2016.

RIBAS, U. R.(2007). **Teoria do Capital Humano**. Disponível em: <<http://www.bancodedadoszonasul.com.br/htmlarea/midia/artigos/50520072011173202.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

ROCHA, Maúna S. de B., PONCZEK, Vladimir. **Efeitos da alfabetização de adultos sobre salário e emprego**. Escola de Economia de São Paulo, FGV, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6686/TD%20215%20-%20Ma>>

[%C3%BAAna%20Soares%3b%20Vladimir%20Ponczek.pdf?sequence=1&isAllowed=y>](#). Acesso em: 20 de outubro de 2015.

SCHULTZ, Theodore W.. **O Capital Humano – Investimento em Educação e Pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHULTZ, Theodore W.. **Investment in human capital**. American Economic Review, v.51, p.1-17, mar. 1961a.

SMITH, A.. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. Tradução de Luiz João Baraúna. v. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, A.. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. Tradução de Luiz João Baraúna. v. II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SEI -Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. v. 4. Salvador: SEI, 2010

SOUTO, Roberto L. S.. **O papel dos distritos industriais como vetor do desenvolvimento regional: uma análise do Distrito dos Imborés em Vitória da Conquista**. Monografia, UNIFACS, Salvador, 2015.

TEIXEIRA, P. N.. **Jacob Mincer: A Founding Father of Modern Labour Economics**. Oxford University Press, 2007.

UNESCO (2006). Why literacy matters. In Unesco (Ed.), **Education for all. Literacy for life (pp. 135-145)**. Paris: Unesco Publishing, 2006.

UNESCO (2008). **Alfabetização de jovens e adultos no brasil**. Brasília, 2008.

UNESCO (2010). **Relatório global sobre a aprendizagem e educação de adultos**. Tradução de Patrícia Ozório. Brasília, 2010.

UNESCO (2013). **Glossário de Terminologia Curricular**. Tradução: Rita Brossard. Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil, 2013.

UNESCO (2013/14). **Education for All Global Monitoring Report**. UNESCO Publishing, 2013/14.

UNESCO - **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

UNICEF/UNESCO (1990). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**). Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

XAVIER, I. (org.) **A evolução dos conceitos de Alfabetização no Brasil**. (Texto preparado para Curso de Especialização em 1991 na UFMA). Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 1992.